



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS
Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHIS

Rafael de Almeida Daltro Bosisio

Entre o escritor e o historiador:

A história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo

Rio de Janeiro

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Entre o escritor e o historiador:
A história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo

Rafael de Almeida Daltro Bosisio

Programa de Pós-Graduação em História Social / IFCS / CFCH
Mestrado em História

Orientador:
Prof. Dr. Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães

Rio de Janeiro

2007

Entre o escritor e o historiador:
A história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo

Rafael de Almeida Daltro Bosisio

Dissertação submetida à banca do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS/UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Prof. Dr. MANOEL LIMA LUIZ SALGADO GUIMARÃES – Orientador

Profa. Dra. ANDRÉA DAHER

Prof. Dr. ILMAR ROHLOFF DE MATTOS

Rio de Janeiro

2007

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro.

Entre o escritor e o historiador: A história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo – Rio de Janeiro, 1844 – 1876 / Rafael de Almeida Daltro Bosisio. – Rio de Janeiro, 2007.

ix, 150 f.

Dissertação (Mestre em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007.

Orientador: Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães

1. Joaquim Manuel de Macedo. 2. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 3. Literatura. 4. Brasil Imperial. – Dissertações. I. GUIMARÃES, MANOEL LUIZ LIMA SALGADO (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus pais, Ney e Marlene, e minha família: meu irmão Fábio, minha cunhada Cristiane, sobrinha e afilhada Giovanna, avó, tios, tias e primos, por sempre respeitarem as minhas escolhas e por estarem a meu lado durante toda a minha vida.

A minha linda namorada Natalia Neves, por estar a meu lado durante toda esta etapa, corrigindo o meu texto, compartilhando os momentos difíceis e consolando-me durante as crises de ansiedade e insegurança.

Ao meu orientador professor doutor Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães, que sempre esteve presente nos momentos em que precisei, com uma orientação tranqüila e precisa, e indicações de leituras valiosas. Agradeço também pela maneira como hoje leio, compreendo e penso História; além, é claro, pela calma e paciência que sempre teve comigo.

À professora doutora Luciana Villas Boas Castelo Branco pelo trabalho em conjunto no Projeto FINEP/FUJB/FUNAG/CHDD e as infinitas horas de diálogos sobre literatura e sobre meu texto da dissertação. Agradeço também pela disponibilidade de tempo e disposição para ajudar, que teve com as minhas questões durante a elaboração da dissertação.

Ao professor doutor Geraldo Moreira Prado, por acreditar em meu trabalho no desenvolvimento em conjunto do projeto citado acima e incentivar-me a continuar caminhando pelas veredas da literatura. Ao diplomata e professor Fernando Figueira de Mello por ter-me ajudado na prova de admissão ao mestrado; por orientações de escrita e de pesquisa; e, principalmente, por confiar em meu trabalho com incentivo e auxílio na construção do projeto citado acima. À professora doutora Andrea Viana Daher agradeço o interesse que sempre mostrou pela pesquisa, auxiliando-me com indicações de leituras.

À Maria do Carmo Strozzi Coutinho, por ter-se colocado disponível para a revisão gramatical de trabalhos e pela sua amizade. Agradeço também por jamais ter-se incomodado com a minha presença em seu ambiente de trabalho, mesmo depois de não fazer mais parte de sua equipe.

Aos meus amigos: André, Brenda (pelos textos sobre Segundo Reinado e memória), Carlos Krämer (pela paciência com que ouviu minhas eternas lamentações),

Débora, Eduardo (FUNAG), Fabinho, Frederico (FUNAG), Índio, Júlia, Magno, Paloma (afilhada), Rodrigo, Sandro, Thiago (Mut) e Vagner.

Aos meus amigos, colegas de profissão e companheiros de mestrado – Henrique Gusmão, Fernando Penna, Luciana Fagundes e Newman Caldeira – agradeço, simplesmente, por tudo: pelas indicações de fontes e leituras; pelas discussões de texto; pela disponibilidade; pelos almoços intermináveis; enfim, pela amizade! Ao Newman, agradeço também pelo exemplo de perseverança e pelos trabalhos de pesquisa que dividimos, conseguindo, assim, nos sustentar durante todo o mestrado.

A todo o corpo de funcionários e estagiários do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), por me auxiliarem nas pesquisas, disponibilizando o espaço, o equipamento e a atenção. Em especial, ao Diretor do CHDD, embaixador Alvaro da Costa Franco Filho, pelas indicações de leitura; pelos livros emprestados; pelo auxílio no entendimento dos textos e no desenvolvimento da dissertação; e, principalmente, por sempre ter deixado as portas do CHDD abertas para mim, mesmo depois de ter deixado de fazer parte do corpo de estagiários.

Às funcionárias Gladys e Sandra, do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/UFRJ), que sempre resolveram as dificuldades em assuntos de ordem prática da vida acadêmica.

Às seguintes instituições, que possibilitaram a realização da pesquisa: Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais; Biblioteca do Itamaraty e seus funcionários; Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), em especial agradeço à Coordenadora do núcleo, Professora Doutora Vera Lúcia Cabana Andrade; e Real Gabinete Português de Leitura.

RESUMO

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. **Entre o escritor e o historiador**: A história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo. Orientador: Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

O romântico Joaquim Manuel de Macedo é um dos principais expoentes da literatura brasileira da segunda metade do século XIX. Destaca-se, na extensa bibliografia do autor, a capacidade de descrever a sociedade e os costumes da corte do Rio de Janeiro. Macedo exerceu muitas atividades na sociedade que descrevia, entre elas a de membro atuante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou seja, a de historiador. O presente trabalho pretende explorar duas faces de Macedo: a de escritor e a de historiador. Para cumprir esta proposta, existem objetivos: o primeiro é um objetivo geral, qual seja o de identificar na obra de Macedo a questão da perda e a dialética memória/esquecimento como linha mestra. Seguem-se outros três, mais específicos, que enfocam questões pontuais: primeiro, buscar um projeto pedagógico-moral na obra de Macedo, tomado como parte de uma ação pedagógica das elites políticas imperiais, própria do ideal civilizatório; segundo, apontar o impacto da formação médica de Macedo em sua obra ficcional e histórica, tendo em vista que, durante o século XIX, a medicina e a história procuravam diagnosticar os sintomas e prognosticar os desfechos, sendo o foco da primeira no indivíduo e o da segunda na sociedade; e terceiro, identificar como o autor expressou as construções imaginárias sobre o Brasil e sua história, na produção de Macedo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir da leitura, empreendida pelo autor, das regras de produção de história no oitocentos.

ABSTRACT

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. **The History of Imperial Brazil through the pen of Joaquim Manuel de Macedo, writer and historian**. Orientador: Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

Joaquim Manuel de Macedo occupies one of the most important places in the romantic Brazilian literature of the second half of the XIX century. The social habits of the Rio de Janeiro imperial court are portrayed, as a recurrent background, throughout his vast bibliography. Macedo himself played more than one role in the society he described so well. Besides literature, he was interested in History, in a depth that granted him membership at the prestigious Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, although he had graduated in Medicine, a field in which he developed studies on melancholy and the processes of dealing with loss, probably driven to the subject by his other interests. The present work intends to study two aspects of such a rich personality – the writer and the historian – and the general objective proposed is to try to prove that the main line in Macedo's novels are the matter of loss and the dialectic remembrance/oblivion. Three specific objectives will focus on 1) the identification of a pedagogic/moral project in his literary work, which would confirm the existence of pedagogic actions produced by the imperial political elite, according to an ideal of civilization; 2) the impact caused by Macedos's scientific formation in his fictional and historical production, by establishing a parallel between XIX century's methods of diagnostics and prognostics of symptoms, with the one difference that Medicine focused on individuals and History observed societies; 3) the identification, in his historical work, of a nation building process and the imaginary concepts absorbed by the author from the rules to historical production at the time.

SUMÁRIO

Introdução: o “Memorista-Historiador”.....	1
1. O “Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo”.....	11
1.1 – Um “Homem de letras”.....	12
1.2 – Um homem em seu tempo.....	26
1.3 – A rede de estilos de Joaquim Manuel de Macedo.....	33
2. Joaquim Manuel de Macedo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.....	38
2.1 – Os primeiros anos.....	41
2.2 – O 1º Secretário Joaquim Manuel de Macedo.....	59
2.3 – O Orador Joaquim Manuel de Macedo.....	68
3. Considerações sobre a perda.....	77
3.1 – O médico.....	80
3.2 – O romancista.....	98
3.3 – O historiador.....	115
Conclusão.....	130
Referências Bibliográficas.....	133
Anexos.....	142

INTRODUÇÃO: O “MEMORISTA-HISTORIADOR”

“O passado é um livro imenso cheio de preciosos tesouros que não se devem desprezar; e toda a terra tem sua história mais ou menos política, suas recordações mais ou menos interessantes, como todo o coração tem suas saudades”.¹

Joaquim Manuel de Macedo, escritor romântico de renome, exerceu, entre outras atividades, a de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ele não foi um mero expectador das sessões do grêmio, sua participação no instituto foi ativa e tinha uma linha mestra: pensar a nação brasileira a partir de uma civilização baseada na moral.

A frase que abre o trabalho foi escrita no mesmo ano em que Macedo escreveu seu único trabalho em que pretendia pensar a história do Brasil, *Dúvidas sobre alguns pontos da História Pátria*, no qual pode ser percebida a sua maneira de pensar o passado e papel da história. Ele entendia que uma das funções da história seria guardar o passado, porém, não só o passado político de uma nação, mas também suas tradições e recordações, inclusive as sentimentais. Daí, intitular-se um “memorista-historiador”.²

Entre vários intelectuais que pensaram a escrita da história do Brasil no oitocentos, optou-se por Macedo, tendo em vista dois fatores: o primeiro é a constatação de ele ter sido um dos autores brasileiros mais lidos no século XIX e ter chegado ao XX como um autor de um só romance, *A Moreninha*³; o segundo – e mais importante – é o fato de que seus textos produzidos no IHGB foram poucos estudados e passaram como obras sem importância para a construção do saber histórico no Brasil do século XIX.

Questões sobre o conhecimento histórico na obra de Macedo estão associadas ao romance de costumes e sua capacidade de descrição da sociedade fluminense, em que o escritor, membro dessa mesma sociedade, tornava-se, ao mesmo tempo, um personagem ativo e descritivo. Essa característica levou Sodré⁴ a dizer que, em sua obra ficcional, Macedo reflete o próprio leitor de seus livros e, talvez, neste ponto esteja o segredo de seu sucesso.

¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991. p. 20.

² MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Editora UNB, 1988. p. 8.

³ Interessante é que grande parte de seus críticos ressaltam a popularidade de suas obras como uma de suas características.

A produção de textos de memória do romancista está concentrada no IHGB e é composta essencialmente por orações fúnebres, que eram lidas nas sessões cerimoniais de encerramento de trabalhos do Instituto, abertas ao público, e que eram, ao mesmo tempo, sessões comemorativas do aniversário de sua fundação. Dispensando qualquer interrogação sobre a função do discurso, pesquisadores têm identificado a oração fúnebre como etapa obrigatória, contingente e pouco significativa no programa das cerimônias. Contudo, segundo Nicole Loraux⁵, a oração fúnebre deve ser vista não como uma “prosa de aparato”, a cargo dos historiadores da literatura, mas sim como uma instituição, em que a palavra-memória das sociedades aristocráticas se faz presente. Segundo a historiadora francesa, “estudar, na condição de historiador, o discurso aos mortos, significa, portanto, recusar-se a reduzi-lo a uma rubrica contingente do cerimonial”⁶.

Esse discurso é uma palavra política da agremiação, que se torna evidente quando se tem em vista que as sessões eram abertas ao público em geral e, nelas, as orações eram apresentadas também com um caráter de louvor coletivo. Segundo Loraux⁷, considerar a oração fúnebre uma instituição não significa isolá-la do contexto em que se insere, pelo contrário, ainda que dotada de uma função própria, ela integra o vasto conjunto dos rituais e da vida política daquela associação. Conceder ao discurso o seu lugar neste contexto é, portanto, determinar a sua interação com ele.

Joaquim Manuel de Macedo também tem sido estudado na literatura, pedagogia e história da educação como professor do Imperial Colégio D. Pedro II e produtor de manuais didáticos⁸. Além dos dois fatores citados acima, um ponto que observei e que me levou a construir a hipótese principal desse trabalho, foi o fato de existir uma nuance que permeia toda a sua obra: a questão da perda. Essa questão vem acompanhada da dialética memória/esquecimento que está ligada a uma nostalgia melancólica.

Neste sentido, o trabalho aqui apresentado desenvolve-se a partir da atuação de Joaquim Manuel de Macedo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, visando

⁴ SODRÉ, Néson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960. p. 208.

⁵ LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. São Paulo: Editora 34, 1994. (Coleção Trans). p. 37.

⁶ Idem. p. 38.

⁷ Idem.

⁸ Cf.: MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000. (Coleção Aprendizado do Brasil 1) e GASPARELLO, Arlette. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004. p. 128-133.

responder especificamente à seguinte questão: – Como, na obra do escritor, expressam-se as construções imaginárias sobre o Brasil e a sua história no oitocentos?

Para responder a esta questão, três hipóteses de trabalho serão desenvolvidas. A primeira é uma hipótese mais geral, segundo a qual a obra de Macedo tem como linha mestra a questão da perda de algo ou de alguém, que é acompanhada da dialética memória e esquecimento, a qual, por sua vez, está ligada à tristeza e à melancolia. Já as outras duas são mais específicas, enfocando questões pontuais do trabalho: em primeiro lugar, é possível observar o impacto da formação médica de Macedo em sua obra ficcional e histórica, tendo em vista que, durante o século XIX, a medicina e a história procuravam diagnosticar os sintomas e prognosticar o desfecho, sendo que a primeira tinha o foco no indivíduo e a segunda o tinha na sociedade; e, em segundo, observa-se que as construções imaginárias sobre o Brasil e sua história expressam-se, na produção de Macedo no Instituto Histórico, a partir da leitura, empreendida pelo autor, das regras de produção de história no oitocentos.

Com relação à tipologia das fontes, o trabalho está centrado na obra ficcional e nos trabalhos de Joaquim Manuel de Macedo produzidos no IHGB. Em números, sua obra compõe-se de vinte romances, quatorze peças teatrais, duas crônicas e um poema-romance; como membro do Instituto Histórico, escreveu ainda vinte discursos na função de orador, cinco relatórios na de primeiro-secretário, um discurso na de presidente, um artigo sobre a invasão holandesa e diversos pareceres. Além disto, Macedo possui diversos artigos publicados em jornais e revistas, três manuais didáticos de história do Brasil, um livro sobre corografia, um livro de biografias e uma obra médica⁹.

Dentro desse grupo, a pesquisa teve como fontes primárias as seguintes obras: os romances, principalmente *A Moreninha* e *Um Noivo a Duas Noivas*; as crônicas; a tese de medicina; o artigo, os relatórios e os discursos produzidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicados na revista do próprio instituto. As peças de teatro não foram trabalhadas por uma questão de tempo para a execução do trabalho, visto que, além de existir uma bibliografia específica para análise de peças teatrais, essa parte da obra do escritor está no mesmo sentido de seus romances, como, por exemplo, o tom

⁹ Para um quadro completo de sua obra veja o anexo I.

moralizante e o final feliz. Esta opção também foi feita levando em consideração que o objeto central da pesquisa aparece nesse grupo de obras apenas como pano de fundo.

Toda a documentação é de domínio público e pode ser encontrada, principalmente, na Biblioteca Nacional, no Real Gabinete Português de Leitura e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, todos no Rio de Janeiro.

Macedo escreveu sua obra sob o impacto das idéias românticas que chegavam ao Brasil vindas da Europa, tornando-se um dos autores que ajudaram a consolidar o romance-romântico no Brasil. Com sua ficção moralizante, de tom suave, voltada sempre para o final feliz, com o casamento entre os personagens, o romancista foi um dos escritores mais populares do seu tempo, fato que fez com que adentrasse os lares das famílias da boa sociedade imperial¹⁰. Nesses lares, quem lia e consumia os romances eram, em sua maioria, as mulheres e, seguindo este raciocínio, é possível dizer que suas obras circulavam no próprio meio que descreviam.

Sua única obra médica, publicada no mesmo ano de lançamento de seu primeiro romance, volta-se para um público bem limitado: seus professores e colegas médicos. A tese versa sobre um tema bastante recorrente entre os médicos (e também escritores românticos) ao longo do século XIX: a nostalgia. Mesmo tendo atuado pouquíssimo nesta atividade, Macedo se destacou no campo da medicina, segundo Myriam Bahia Lopes e Ronald Polito¹¹, por ser o seu trabalho um dos primeiros testemunhos da construção das idéias de saudade e nostalgia no Brasil como sentimentos observados em seu caráter patológico.

Com relação às suas obras sobre a história do Brasil (ver anexo I), uma parte, de cunho pedagógico, está publicada em livros; e a outra, na forma de artigo, na revista do IHGB. Algumas se voltavam para o seu trabalho como professor de história e corografia do Imperial Colégio Pedro II; outras foram encomendadas pelo governo imperial, destinadas às exposições internacionais de Viena e Filadélfia¹². Já a sua obra de memória como membro do IHGB está dividida em três partes: relatórios, discursos e

¹⁰ Cf.: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

¹¹ LOPES, Myriam Bahia; POLITO, Ronald. Posfácio de *Considerações sobre a nostalgia*, de Joaquim Manuel de Macedo. São Paulo: Unicamp, 2004. p. 133.

¹² São elas: *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II - 4 ano*; *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II - 7 ano*; *Lições de História do Brasil para uso das Escolas de Instrução Primária*; e *Mulheres Célebres*. As destinadas às exposições internacionais de Viena e Filadélfia são: *Noções de Corografia do Brasil* e *Ano Biográfico Brasileiro*. Há também a obra incompleta *Efeméride Histórica do Brasil*.

pareceres. Os primeiros são relatos anuais das atividades do instituto; os segundos são orações fúnebres que contêm as biografias dos sócios falecidos naquele ano, incluindo a análise dos feitos de cada um desses sócios; e os pareceres referem-se a obras recebidas pelo instituto e à admissão de novos sócios (são curtos e bem objetivos, geralmente comentados nos relatórios).

Estas obras estão destinadas a um público que se subdivide em três categorias diferentes: os membros do Instituto Histórico, estudantes (não só do Imperial Colégio Pedro II) e o público estrangeiro. A ação pedagógica presente nessas obras é dirigida à construção da identidade nacional da nova nação que estava sendo forjada e à sua promoção, ora através da educação, ora através da propaganda no exterior.

Existe ainda um terceiro grupo das obras de Macedo que também versa sobre história e memória: alguns romances¹³ e as duas crônicas sobre a cidade. Produtos de sua atividade de escritor, essas obras são destinadas ao grande público, ou seja, a um público bem mais heterogêneo do que o mencionado no parágrafo anterior. Nelas, a ação pedagógica também está voltada para a construção da identidade nacional, só que, diferentemente, o sentido destas obras é recuperar o passado e direcioná-lo ao caminho que levaria ao surgimento da nação vindoura. Quanto à crítica social contida em alguns desses romances, pode-se dizer que ela também estava acompanhada de uma ação pedagógica, visto que, para Macedo, ela serviria como uma forma de alertar os leitores para o que estava ocorrendo de negativo na sociedade imperial. As críticas sempre eram concluídas com um ensinamento moral, que seria uma maneira de fazer com que o leitor enxergasse determinado fato sob uma determinada ótica. Em outras palavras, Macedo também “lecionava” para seus leitores, ora escrevendo sobre a história de um lugar, ora sobre o que estava acontecendo politicamente e socialmente em sua época, como uma espécie de “história contemporânea”.

A pesquisa centrar-se-á nas obras de Macedo publicadas pelo IHGB, visando atender à questão geral do trabalho. Entretanto, as crônicas sobre a memória da cidade e as obras destinadas às exposições internacionais também serão pesquisadas, pois é necessário buscar nessas obras esclarecimentos para a construção do trabalho.

O período de abrangência do trabalho vai, justamente, desde o início da vida pública de Macedo, em 1844, com a publicação de seu primeiro romance e de sua tese

¹³ São eles: *A Carteira de Meu Tio*, *O Culto do Dever*, *Memórias de um Sobrinho de Meu Tio* (continuação da obra anterior), *O Rio do Quarto*, *A Luneta Mágica*, *As Vítimas Algozes* e *As Mulheres de Mantilha* (que ele mesmo intitula como um romance histórico).

de medicina, até o ano de sua morte, 1882. Esse período localiza-se inteiramente no Segundo Reinado e tem a cidade do Rio de Janeiro (a corte) como ambiente.

A leitura destas obras será feita com o foco na questão da perda e buscando as construções sobre o Brasil e a sua história no oitocentos, isto é, as obras serão lidas na tentativa de buscar estas construções e analisá-las dentro do conhecimento histórico daquele momento.

Tendo em mente este quadro, pode-se fechar o conjunto de fontes, de uma maneira geral, na tese de medicina, em alguns romances e nos relatórios e orações fúnebres produzidos por Macedo no IHGB.

Sem a presunção de esgotar o tema e inserido no campo da história, o trabalho apresenta a produção de Macedo como uma obra que representava os costumes da sociedade fluminense, principalmente de sua camada social dominante. O trabalho, nesse sentido, tem a intenção de contribuir para recuperação da figura de Joaquim Manuel de Macedo, como um intelectual que também pensou a nação e colaborou para a escrita da história do Brasil no oitocentos. Assim, o trabalho deve contribuir com o campo da história da literatura e, num âmbito maior, com o da história da cultura brasileira.

Fazendo uma pequena revisão bibliográfica dos trabalhos que tratam de Joaquim Manuel de Macedo como tema, pode-se constatar aquilo que boa parte de seus críticos dizem: apesar de ter sido um dos autores mais lidos no século XIX, Macedo acabou um pouco esquecido no século XX, tendo apenas o romance *A Moreninha*, dentre toda a sua extensa e popular obra, mantido a popularidade.

No entanto, encontramos alguns trabalhos de pesquisa sobre romances envolvendo o nome de Macedo, que estão mais voltados para as suas atividades de professor e escritor. No primeiro caso, os temas estão relacionados com os manuais didáticos produzidos para seus alunos do Imperial Colégio Pedro II, destacando-se obras como a de Selma Rinaldi de Mattos, *O Brasil em Lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*¹⁴, a de Arlette Gasparello, *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária*

¹⁴ MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em Lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000. (Coleção Aprendizado do Brasil 1).

brasileira¹⁵, a de Antônio Holzmlister Oswaldo Cruz, *Organizando o passado: a “fundação historiográfica” de nacionalidade nos manuais de Joaquim Manuel de Macedo*¹⁶, e a de Regina Yolanda Mattoso Werneck, *o Currículo pleno da escola de Joaquim Manuel de Macedo*¹⁷. E, no segundo caso, são abordados temas relacionados com a construção da sua obra e alguns aspectos dela em particular, como nas obras de Ana Maria Almeida, *Contradição e conciliação na obra de Joaquim Manuel de Macedo*¹⁸, de João Carlos de Carvalho, *As estratégias discursivas no romance: a narrativa e o negro em “As Vítimas Algozes” e “Viva o Povo Brasileiro”*¹⁹, e de Fátima Cristina Rocha, *Três passeios pela cidade carioca: figurações do Rio de Janeiro em Joaquim Manuel de Macedo, Lima Barreto e Rubem Fonseca*²⁰.

No que diz respeito à crítica, há artigos de jornais e revistas e capítulos de livros sobre Macedo, que ao longo de anos foram publicados à parte, ou como uma apresentação ou introdução de alguma de suas obras; além disso, há alguns prefácios e apresentações também. Com relação aos artigos podem ser citados os de Constâncio Alves, *A posição de Macedo na Literatura Brasileira*²¹, de Humberto de Campos, *As Modas e os Modos no romance de Macedo*²², de Plínio Doyle, *Joaquim Manuel de Macedo no IHGB*²³, de Dutra e Melo, *A Moreninha*²⁴ (feito com Macedo ainda vivo), de Max Fleiuss, *Macedo no Instituto Histórico*²⁵, de Temístocles Linhares, *Macedo e o*

¹⁵ Op. cit.

¹⁶ CRUZ, Antônio Holzmlister Oswaldo. *Organizando o passado: a “Fundação Historiográfica” da nacionalidade nos manuais didáticos de Joaquim Manuel de Macedo*. 2001. 57f. Monografia – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹⁷ WERNECK, Regina Yolanda Mattoso. *O currículo pleno da escola de Joaquim Manuel de Macedo*. 1977. Tese de Mestrado – CFCH, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹⁸ ALMEIDA, Ana Maria. *Contradição e conciliação na obra de Joaquim Manuel de Macedo*. 1979. 186 f. Tese de Mestrado – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹⁹ CARVALHO, João Carlos. *As estratégias discursivas nos romances: A narrativa e o negro em “As Vítimas Algozes” e “Viva o Povo Brasileiro”*. 1993. 97 f. Tese de Mestrado – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁰ ROCHA, Fátima Cristina Dias. *Três passeios pela cidade carioca: figurações do Rio de Janeiro em Joaquim Manuel de Macedo, Lima Barreto e Rubem Fonseca*. In: OLIVEIRA, Ana Lúcia M. de. *Linhas de fuga: trânsitos ficcionais*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004. p. 71-86.

²¹ ALVES, Constâncio. *A posição de Macedo na Literatura Brasileira*. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 24 de jun. 1920.

²² CAMPOS, Humberto de. *As Modas e os Modos no romance de Macedo*. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 5-45, out. de 1920.

²³ DOYLE, Plínio. *Joaquim Manuel de Macedo no I.H.G.B.*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 291, 1971.

²⁴ MELO, A. F. Dutra e. *A Moreninha*, *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v. II, 24, p. 746-751, 15 de out. de 1844.

²⁵ FLEIUSS, Max. *Macedo no Instituto Histórico*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 141, t. 87. p. 431-442, 1920.

*romance brasileiro*²⁶, de Machado de Assis, *O culto do Dever de Joaquim Manuel de Macedo*²⁷ (feito com Macedo ainda vivo), de Franklin Távora, *Discurso do Orador do IHGB*²⁸, de Artur Mota, *Perfis Acadêmicos: cadeira n.º 20 – Joaquim Manuel de Macedo*²⁹, de Guilherme Pereira das Neves, *Joaquim Manoel de Macedo: história e memória nacional*³⁰, de Astrogildo Pereira, *As Memórias de um Sobrinho de Meu Tio*³¹ e de Veiga Miranda, *A Pedra da Moreninha*³². Já os artigos de livros são os de: de Heron de Alencar, *Macedo*³³, de Antônio Cândido, *O honrado e facundo Joaquim Manuel de Macedo*³⁴ e de Galante de Sousa, *Machado de Assis e outros ensaios*³⁵. E no que diz respeito aos prefácios e apresentações têm-se: a introdução de Antônio Cândido, *Macedo, realista e romântico*³⁶, a Apresentação de Bella Jozef³⁷, os prefácios de Jackson Figueiredo³⁸, Jamil Haddad³⁹, Astrogildo Pereira⁴⁰ e o de Raquel de Queiroz⁴¹.

Dentro deste grande apanhado de obras pode-se destacar algumas críticas, como as de época, de Dutra Melo e Machado de Assis, e as de Astrogildo Pereira, Heron de Alencar, Galante de Sousa e, principalmente, as de Antônio Cândido. Pode-se também destacar alguns autores que trataram da história da literatura brasileira como um todo,

²⁶ LINHARES, Temístocles. Macedo e o romance brasileiro, *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, n.10, jun. 1958, p. 111-117; n.14, jun. 1959, p. 97-105; e n.17, p. 127-134.

²⁷ ASSIS, Machado de. O culto do Dever de Joaquim Manuel de Macedo, *Semana Literária*, Rio de Janeiro, 8 mai. 1866.

²⁸ TÁVORA, Franklin. Discurso do Orador do IHGB, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. XLV, 1882.

²⁹ MOTA, Artur. Perfis Acadêmicos: cadeira n.º 20 – Joaquim Manuel de Macedo, *Revista da Academia Brasileira de Literatura*, ano XXXII, n. 13, v. XXXV, maio de 1931.

³⁰ NEVES, Guilherme Pereira das. Joaquim Manoel de Macedo: história e memória nacional. In: *VII REUNIÃO da SBPH*, 1987, Florianópolis.

³¹ PEREIRA, Arstrogildo. As Memórias de um Sobrinho de Meu Tio, *Revista Acadêmica*, n. 46, set. 1939.

³² MIRANDA, Veiga. A pedra da Moreninha. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 25 jun. 1920.

³³ ALENCAR, Heron de. Macedo. In: COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Sul Americana, 1956. v. 1, tomo 2, p. 856-862.

³⁴ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1997. Vol.2, p. 121- 129.

³⁵ SOUSA, J. Galante de. *Machado de Assis e outros ensaios*. Brasília: Livraria Cátedra Ed.; RJ: MEC/INL, p. 133 a 195, 1979.

³⁶ _____. Macedo, realista e romântico. Introdução de *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo. São Paulo: Martins, 1952, 2 vols.

³⁷ JOZEF, Bella. *Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Agir, 1971. (Nossos Clássicos). p. 5-17.

³⁸ FIGUEREDO, Jackson, Prefácio de *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

³⁹ HADDAD, Jamil Almansur, Prefácio de *Memórias da Rua do Ouvidor* de Joaquim Manuel de Macedo. São Paulo: Comp. Edit. Nacional, 1952, p.5-16.

⁴⁰ PEREIRA, Astrogildo. Prefácio de *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, de Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942.

⁴¹ QUEIRÓZ, Raquel de. Prefácio de *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1945. p. 10-17.

em livros, fazendo observações interessantes, muitas vezes com biografias, sobre a obra de Joaquim Manuel de Macedo, entre estes: Antônio Amora⁴², Alfredo Bosi⁴³, Ronald de Carvalho⁴⁴, Afrânio Coutinho⁴⁵, Sílvio Romero⁴⁶, Néelson Werneck Sodré⁴⁷, José Veríssimo⁴⁸ e, principalmente, Wilson Martins⁴⁹. Estes trabalhos, apesar de terem uma visão geral da literatura brasileira, contêm boas críticas à obra de Macedo e dados pessoais diferenciados, sendo, neste quesito, o dicionário sobre autores brasileiros de Sacramento Blake o mais consultado⁵⁰. Além disso, há autores mais voltados para a produção de livros didáticos, em que é possível encontrar algumas informações interessantes sobre Macedo, destacando-se Douglas Tufano⁵¹. Por fim, há as obras biográficas de Ernesto Sena, *História e histórias*⁵², produzida através de entrevistas com a viúva do escritor; e de Tania Serra, *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos – a luneta mágica do II reinado*⁵³, que foi largamente utilizada neste trabalho. Esta obra é de 1979 – sua primeira publicação – e foi fundamental para resgatar a figura de Macedo dentro da história da literatura brasileira, pois suscitou a hipótese de que Macedo teria sido não só o pioneiro no romance-romântico, mas também no romance-realista.

Para encerrar essa introdução, segue-se um breve preâmbulo dos capítulos:

O primeiro está dividido em duas partes: a primeira, faz uma pequena biografia de Joaquim Manuel de Macedo, onde se descreve sua trajetória de vida, englobando aspectos pessoais e profissionais, utilizando alguns críticos que trabalharam com ele,

⁴² AMORA, Antônio Soares. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1955. p. 64-65.

⁴³ BOSI, Alfredo. *História Concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.

⁴⁴ CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1925. p. 279-280.

⁴⁵ COUTINHO, Afrânio (dir.). *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1955. 2 vols.

⁴⁶ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1943, vol. V. p. 11-73.

⁴⁷ Op.cit.

⁴⁸ VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

⁴⁹ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vols. II, III e IV. São Paulo: Cultrix/USP, 1977.

⁵⁰ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1983. v.4, p. 529.

⁵¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Joaquim Manuel de Macedo*, seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios por Douglas Tufano. São Paulo: Abril Educação, 1981. (Literatura Comentada).

⁵² SENA, Ernesto. Joaquim Manuel de Macedo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 174, 24 jun. 1911; e _____. *História e histórias*. Paris, Buenos Aires: Casa Editorial Hispano-Americana, [19--]. p. 65 a 82. Essas obras contêm biografias de outros escritores também.

⁵³ SERRA, Tania Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: A luneta mágica do II reinado*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

principalmente Antônio Cândido; a segunda, traça um panorama da época, buscando a relação entre esta e o papel do romance naquela sociedade, trabalhando o movimento literário romântico. Assim, contextualiza-se Macedo em seu tempo, com uma análise de sua atuação na sociedade da corte do Rio de Janeiro, vinculando sua vida à história e à literatura do Segundo Reinado brasileiro.

No segundo capítulo, trabalha-se com a documentação principal pesquisada, analisando a atuação de Macedo no Instituto Histórico. Paralelamente reflete-se um pouco sobre o próprio instituto e o tipo de história que lá se produzia. Assim, esta seção está dividida em três partes: os primeiros anos de Macedo no IHGB, seus anos como 1º Secretário e seus longos anos como Orador, nas quais são trabalhados principalmente os relatórios anuais e as orações fúnebres produzidas por Macedo no Instituto Histórico, com o intuito de apontar os padrões de civilidade, o discurso historiográfico daquele momento e a ação pedagógico-moral do escritor.

No terceiro, aprofunda-se a análise da tese médica, dos romances e da produção de memória, em três partes que enfocam a questão da perda. A primeira analisa a questão na sua obra médica, enxergando-a no sentido da nostalgia, ou seja, a perda da pátria. Na segunda, são enfocados os dois romances selecionados para trabalhar a perda do indivíduo na forma de perda moral e/ou do objeto amado – perdas individuais. A terceira, trabalha sua produção no IHGB, tratando da perda da história, isto é, das lacunas deixadas ora por falta de documentos, ora por indivíduos-memórias que deixam de existir. Neste capítulo é constante a dialética memória/esquecimento que perpassa seus itens.

Por fim, o trabalho é concluído com uma reflexão sobre o que foi analisado ao longo dos capítulos, de acordo com as hipóteses elaboradas.

CAPÍTULO I

O “SR. DR. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO”

1.1. UM “HOMEM DE LETRAS”

Joaquim Manuel de Macedo foi o primeiro escritor romântico de grande repercussão no Brasil e, segundo Sílvio Romero¹, um dos mais lidos autores nacionais. Construiu uma extensa obra ao longo da vida, escrevendo romances, poemas, peças de teatro, manuais didáticos, participando em revistas e jornais, tornando-se um dos escritores mais fecundos da literatura brasileira.

Filho do boticário Severino de Macedo Carvalho e Benigna Catarina da Conceição, Joaquim Manuel de Macedo nasceu em 24 de junho de 1820, numa modesta casa em São João de Itaboraí, freguesia da província do Rio de Janeiro. Era o caçula de três filhos, sendo o mais velho o negociante Francisco Antônio de Gouveia, nascido em 1807, e, em seguida, o farmacêutico e político João Coutinho de Macedo, nascido em 1813. De acordo com o biógrafo Ernesto Sena², que teve a oportunidade de entrevistar a viúva do romancista, Macedo era temperamental, com o gênio forte e um caráter severo e intransigente. Fisicamente, durante a maturidade, Macedo aparentava uma estatura regular e um corpo reforçado, normalmente usava barba com bigode escanhoado (ver anexo III). Seu vestuário apresentava poucas mudanças, portanto, quando em casa, vestia branco; já na rua, “trazia indefectível sobrecasaca e calça preta e chapéu alto de pêlo”. Tinha o hábito de escrever à noite, depois de tomar chá às nove horas, e só parava as duas ou três da manhã.

Em 1817, São João de Itaboraí foi descrita por Pires Aires de Casal³ como uma “povoação considerável em sítio pouco levantado, com aspecto aprazível, e pouco arredada da margem direita do rio Varge, que toma aqui o nome da povoação”, na qual “farinha, feijão, açúcar fazem a riqueza de seus habitantes, que também recolhem algum arroz, milho e café”, próxima ao pequeno porto *Das Caixas*, que fundeava a Baía de Guanabara e por onde escoavam os gêneros produzidos por aquelas lavouras e pessoas para a corte.

Macedo passou a infância nessa vila, na qual realizou os seus estudos primários em escola pública e acompanhou as lutas pela emancipação política do país. Alguns anos depois, Macedo escoou, como os produtos de sua região, para a corte, no intuito de realizar os preparatórios para ingressar na Escola de Medicina, tendo êxito em sua expectativa.

Nesse momento, tanto a cidade que Macedo deixava como a que o recebia estavam passando por grandes transformações. Em 1833, Itaboraí foi elevada à condição de vila, como

¹ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1943.

² SENA, Ernesto. Joaquim Manuel de Macedo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 174, p. 2, 24 jun. 1911.

³ CASAL, Aires de. *Corografia brasílica*. Tomo II. São Paulo: Edições Cultura, 1943. p. 25.

decorrência do Ato Adicional de 1831, que a desmembrou da cidade do Rio de Janeiro, tornando esta última o Município Neutro da Corte. Desde então, Itaboraí passou a competir em votos na Assembléia Provincial com a vila de Praia Grande (atual Niterói), sobre qual seria a capital da província do Rio de Janeiro. Milliet de Saint-Adolphe, em seu dicionário sobre o Império do Brasil de 1845, descreveu a vila de Itaboraí e seus aspectos político, social, econômico e geográfico da seguinte maneira:

Um decreto de 15 de janeiro de 1833 conferiu a esta freguesia à título de vila com o nome de São João d 'Itaboraí [...] 2 anos depois esta nova vila competiu com a da Praia Grande, repartindo-se entre elas os votos da assembléia provincial sobre a qual seria a capital da província do Rio de Janeiro. É esta vila cabeça da comarca de seu nome, dum legião de guarda nacional e dum colégio eleitoral composto atualmente de 34 eleitores; tem uma das mais belas igrejas da província. Seus habitantes são mui sociáveis e inclinados à música e à dança. O distrito da vila de Itaboraí consta dos termos das freguesias da Trindade, Rio Bonito, São José da Boa Morte, Itambi e Vila Nova ou Aldeia de São Bernabé; região-no [*sic*] o rio Macacú, e o Cacerubú, que recolhe os ribeiros Bonito, Tanguá, Muticapira e Iguá, os quais todos dão navegação e canoas, e mais aos sudoeste correm por ele os ribeiros navegáveis apelidados rios de Tambi e Aldea. Cultivam-se neste distrito a maior parte dos gêneros do país, e com particularidade canas de açúcar e café, que se transportam em barcos de Porto das Caixas e de Vilanova para a cidade do Rio de Janeiro⁴.

Já a corte, vivia o turbulento período da Regência. O debate político girava em torno dos temas da centralização ou descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias e da organização das forças armadas. Não existia um consenso entre os grupos políticos dominantes, que se encontravam divididos entre liberais moderados ou exaltados, e absolutistas. Socialmente, além de brancos, libertos e imigrantes, a cidade possuía um grande contingente de escravos.

Entretanto, Macedo nunca esqueceu de sua terra natal e sempre que podia não só voltava à Itaboraí, como também recorria aos seus romances para descrevê-la. No romance *O Rio do Quarto* (1869) ela está descrita assim:

A Vila de Itaboraí, cabeça de uma das comarcas da província do Rio de Janeiro, está assentada sobre uma graciosa colina pouco elevada mas em situação tão feliz, que do alto dela se domina e aprecia o mais belo quadro da natureza campestre. Por qualquer lado que os olhos se dilatam, os olhos se esquecem embebidos em imensos vales semeados de campos e estabelecimentos agrícolas, fazendas, sítios e montes isolados; e enfim, ao longe, muito ao longe, a serra dos Órgãos, alcantilada e imensa, remata esse painel magnífico, levantando uma trincheira que se perde nas nuvens diante do olhar cobiçoso e insaciável.

Formosa pela sua posição, a vila, pequeno povoado que consta de pouco mais de cem casas, oferece uma edificação pouco regular, e sem dúvida defeituosa, como

⁴ SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. 2ª edição. Tomo I. Paris: Casa de J. P. Aillaud Editor, 1845. p. 479-480.

todas as cidades, vilas e povoações que tiveram seu princípio no tempo colonial; entretanto ela se distingue por alguns edificios relativamente dignos de menção; a sua igreja matriz é uma das melhores e mais espaçosas da província; possui uma casa da câmara municipal muito decente, uma casa de mercado, um teatro, e entre as principais habitações particulares, a mais importante de todas, a casa em que se hospedaram el-rei D. João VI, e o S. D. Pedro II, quando visitaram este ponto da província.⁵

No decorrer de seus estudos na capital do Império brasileiro, Macedo demonstrou grande interesse pelas letras, sendo atraído principalmente pelo jornalismo e pelas manifestações culturais associadas ao Romantismo. Com uma nova maneira de ver o mundo e a natureza, o Romantismo e seus ideais pautados pela liberdade chegaram ao Brasil no mesmo momento que se desejava a construção de uma identidade nacional brasileira; desta maneira, uma de suas características foi logo posta em evidência – a valorização da nação e de suas tradições. Nesse contexto, os escritores desejavam criar uma literatura genuinamente brasileira.

Macedo, então, passou a colaborar na imprensa periódica, principalmente em periódicos de Itaboraí (como exemplos, *O Itaboraense* e *O Popular*) e na *Minerva Brasiliense* – entre 1843 e 1845. Paralelamente, no ano de 1844, Macedo conseguiu duas grandes realizações: formou-se em Medicina, com a defesa da tese *Considerações sobre a nostalgia*; e, antes mesmo da colação de grau, sob a forma de folhetim no *Jornal do Commercio*, publicou seu primeiro romance (e mais famoso) intitulado: *A Moreninha*. Ainda nesse mesmo ano, Macedo foi eleito sócio do recém-criado Conservatório Dramático do Rio de Janeiro⁶.

Durante algum tempo, Macedo atuou como médico em sua cidade natal, clinicando principalmente para as camadas mais baixas da população, que passou a chamá-lo carinhosamente de “Doutor Macedinho”. Sua tese trata de temas de psicologia e psiquiatria, bastante comuns durante os anos de 1840, inserindo-se no momento de institucionalização acadêmica destas duas ciências no Brasil, que coincide com a criação mesma da Faculdade de

⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *O rio do Quarto*: romance. 3ª ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901. 281 p. (Coleção dos Autores Célebres da Literatura). p. 7-8. Além desse romance, Macedo também ambienta em Itaboraí o romance *O forasteiro* (1856) e escreve um artigo sobre a vila na Revista do IHGB, em 1848.

⁶ O Conservatório Dramático Brasileiro foi criado em abril de 1843 e encerrou suas atividades em maio de 1864. Durante o seu funcionamento teve a missão de incentivar os autores teatrais, procurando corrigir-lhes os vícios e emitindo juízos sobre as obras nacionais e estrangeiras. De novembro do ano de sua criação até 1851, teve também a função de censurar peças que ferissem a religião, os bons costumes, as leis do Estado e a família imperial, entretanto, quase sempre, o julgamento das peças baseava-se em critérios pessoais e um forte moralismo. Foram seus membros, além de Joaquim Manuel de Macedo, Diogo Bivar (que foi presidente do conservatório – também membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Martins Pena, Joaquim Norberto, André Pereira Lima, Antônio José de Araújo, Tomás José Pinto de Serqueira, Vieira Souto, entre outros.

Medicina do Rio de Janeiro⁷. É importante observar que a nostalgia é um tema bastante recorrente na literatura romântica e traz em seu bojo a construção de uma idéia de pátria, pois sua caracterização é ligada à questão do deslocamento e do desenraizamento⁸.

Com dois promissores caminhos profissionais a seguir, Macedo percebeu que teria que tomar uma decisão. Entretanto, com a enorme popularidade do seu primeiro romance, a sua opção já estava tomada pelo caminho da literatura.

Por outro lado, parece que a opção de Macedo foi tomada também por um golpe do destino. Em 1850, morreu-lhe o pai e, segundo Ernesto Sena⁹, o escritor abateu-se por uma crise moral acompanhada de um profundo descrédito na medicina. Para ilustrar esse fato, Sena conta que, um dia, Macedo procurava afobado por um médico que assinasse um atestado de óbito. Um amigo lembrou-o de que era médico e que poderia assinar o atestado, e, quando Macedo deu conta do que o amigo lhe disse, teria respondido que só mesmo para assinar atestados de óbitos servia seu diploma e assinou-o. A partir desse momento, ainda segundo Sena, Macedo teria afirmado que não mais usaria o título de doutor antes do nome, o que a leitura da folha de rosto da grande parte de suas obras desmente, pois, continua assinando-as como *Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo* ou *Doutor Macedo*.

Da carreira médica, restou somente o carinhoso tratamento de “Doutor Macedinho”, o que não significou dedicação exclusiva ao trabalho de escritor. Para um “homem de letras” (como também para o grupo restrito da elite imperial), eram variadas as atribuições e atividades dentro da acanhada sociedade imperial, e Macedo não era uma exceção, e sim a própria regra.

A repercussão do primeiro sucesso foi tão grande que perdura até hoje. O crítico literário brasileiro Dutra e Melo, contemporâneo de Macedo, comentou positivamente aparecimento do romance assim: “vê-se que uma facilidade, uma simpleza, um não sei que de franco, de interessante, de desimpedido, são os dotes principais do estilo em que é manejada *A Moreninha*; e tal julgamos a ser o caráter do autor”¹⁰. Alguns anos mais tarde, o romancista José de Alencar, em seu livro *Como e por que sou romancista*, fez uma observação em que se nota a repercussão do romance.

⁷ LOPES, Myriam Bahia; POLITO, Ronald. Posfácio de *Considerações sobre a nostalgia*, de Joaquim Manuel de Macedo. São Paulo: Unicamp, 2004. p. 115.

⁸ Esses temas encontram-se aprofundados no terceiro capítulo.

⁹ Op. cit. p. 2. “O que vale a ciência se um filho não pode salvar seu bom pai! Não acredito nela, nem tenho coragem de clinicar [...] Não sou mais médico, procurarei outro meio de viver [...]”.

¹⁰ DUTRA e MELO, A. F. *A Moreninha*, *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v. II, 24, p. 748, 15 de out. de 1844.

Naqueles bons tempos da mocidade, deleitava-o a literatura, e era entusiasta do Dr. Joaquim Manoel de Macedo, que pouco havia publicara o seu primeiro e gentil romance – *A Moreninha*.

Ainda me recordo das palestras em que meu companheiro de casa falava com abundância de coração em seu amigo e nas festas campestres do romântico Itaboraí¹¹, das quais o jovem escritor era ídolo.

[...]

Que estranho sentir não despertava em meu coração adolescente a notícia dessas homenagens de admiração e respeito tributadas ao jovem autor da *Moreninha*!¹².

Assim, nos anos que seguem, Macedo publicou mais três romances, *O Moço Loiro* (1845) – outro grande sucesso –, *Os Dois Amores* (1848) e *Rosa* (1849), sempre na forma de folhetim¹³, no *Jornal do Commercio*. Nesse último ano, também escreveu sua primeira peça de teatro, chamada *O Cego*, dando continuidade em 1854, com *Cobé*. Entre 1849 e 1855, Macedo redigiu, junto com Gonçalves Magalhães, Fernandes Pinheiro, Manoel Araújo Porto Alegre e Antônio Gonçalves Dias (representantes da primeira geração romântica), a *Revista Guanabara*, que se intitulava artística, científica e literária, na qual publicou parte de seu poema-romance chamado *A Nebulosa* (publicado inteiramente em 1857).

Ainda em 1849¹⁴, mais exatamente em abril, Macedo assumiu mais uma de suas diversas atividades: a de professor. Foi nomeado lente de História do Brasil do Imperial Colégio Pedro II (ver anexo IV), no Rio de Janeiro, tornando-se também, a partir de janeiro de

¹¹ Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí (1802-1872): político Conservador, foi presidente de província, deputado, senador, conselheiro de Estado, ministro em diversas pastas e presidente do Conselho de Estado nos gabinetes de 11 de maio de 1852 e de 16 de julho de 1868.

¹² ALENCAR, José de. *Como e por que sou romancista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 39.

¹³ O folhetim era um novo “fazer” literário, uma via de comunicação fácil, ágil, informativo e crítico, no entanto não podia perder o tom de fantasia e sonho, assim não seria enfadonho para o leitor. Era escrito e publicado diariamente nos jornais (o escritor escrevia exaustivamente). Funcionando como as novelas atuais, causava certa expectativa no público sobre o que ocorreria no próximo capítulo. Para maiores informações cf.: José de Alencar. *Como e por que sou romancista*. Op. cit.; Antônio Cândido. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8ª ed. Vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1997. p. 97-120 e Sidney Chalhoub. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 133-143.

¹⁴ Sobre esse importante momento da vida de Macedo, Galante de Sousa diz o seguinte: “Marca dois aspectos na vida de Macedo – o magistério e a política – atividades que, aliadas à de escritor, levará até os últimos dias. O magistério chegou-lhe às mãos com a nomeação, a 3 de abril desse ano, para professor da 2ª Cadeira de História e Geografia do Colégio Pedro II. A política levou-o a candidatar-se à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, legislatura de 1850-1851. Nas listas publicadas em dezembro de 49 pela imprensa do Rio de Janeiro, o seu nome aparece entre os candidatos votados nos diversos municípios fluminenses, mas não conseguimos apurar em fonte oficial a sua eleição. Deve ter ficado como suplente, porque num discurso, pronunciado em julho de 1853, na mesma Assembléia Provincial, e reproduzido n^o *A Nação* de 27 de agosto, ele próprio declara que em 1850 teve a honra de sentar-se durante 20 dias naquelas cadeiras. Foi nesse ano, portanto, o seu primeiro passo na vida parlamentar, e não em 1854 como geralmente se afirma. [...] Financeiramente consegue também ir vencendo. Dos oitocentos mil réis que ganhava no Colégio Pedro II, passou a um conto e duzentos, com a nomeação a 28 de setembro de 1850 para professor da 1ª Cadeira de Geografia e História”. SOUSA, J. Galante de. *Machado de Assis e outros ensaios*. Brasília: Livraria Cátedra Ed.; RJ: MEC/INL, 1979. p. 136-137.

1858, professor de Corografia¹⁵, cargo que exerceu até a morte. Ele mesmo recorda esta nomeação em seu livro *Um Passeio Pela Cidade do Rio de Janeiro*, quando escreveu que:

Em 1858, criou-se uma aula especial de história e corografia do Brasil, uma outra de geografia geral e encarregou-se do ensino de história média ao professor de história antiga.

Foi nomeado então professor de história do Brasil o Dr. Joaquim Manuel de Macedo, e professor de geografia o Sr. Dr. Pedro José de Abreu.¹⁶

No entanto, suas aulas, diferente de seus romances, não pareciam agradar a todos, como se pode notar nessa observação de um ex-aluno seu, o memorialista José Vieira Fazenda.

Macedo conservava sempre na aula ar austero, conquanto soubéssemos que ele cá fora era lhano, espirituoso [...] Nunca pude compreender como, sendo Macedo homem ilustrado, não permitisse a seus alunos apreciar a nossa História, com um pouco de filosofia. Era repetir o que estava no compêndio e nada mais. Se Nabuco fosse vivo não me deixaria mentir. Muitas vezes fui chamado à ordem, quando pretendia fazer considerações sobre a guerra holandesa, Inconfidência Mineira, Pedro I, a dissolução da Constituinte, etc. E quando dava na mente transcrever na pedra, palavra por palavra, os fastidiosos mapas anexos ao compêndio? Aquilo era grande cacetada, diminuída pelo socorro de algum companheiro, verdadeiro ponto soprador, como se usa no teatro. Nesses dias Macedo levava a escrever folhetins para a *Revista Popular* ou a rever provas de escritos seus. De quando em vez, levantava a cabeça, ou não via a *cola* ou se mostrava despercebido, enquanto o pobre paciente suava em bicas e almejava a hora de terminar a aula.¹⁷

Além do habitual costume da *cola* que perdura até hoje, pode-se ver no relato que nem na sala de aula “Doutor Macedo” (como era chamado por seus alunos) deixava seus escritos de lado, aproveitando todo e qualquer tempo para rever ou corrigir as provas ou até mesmo escrever folhetins. Porém, isso não parece ter alterado a sua competência ou a confiança que o imperador tinha na sua atividade como professor, pois, durante alguns anos, o escritor lecionou aulas gratuitamente de história do Brasil para as princesas D. Isabel e D. Leopoldina.

Também nesse campo, Macedo produziu obras e gerou discussões. Ele escreveu compêndios que foram de grande repercussão didática (até meados do século XX ainda se usavam eles), nos quais divulgava os princípios e os conteúdos trabalhados por Francisco

¹⁵ Era uma disciplina que mesclava história e geografia do Brasil. Ver também SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 6ª ed. Tomo I. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1858. Chorographia: (do grego *chôra*, país, e *graphô*, eu descrevo). Descrição, representação de alguma região.

¹⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1991. p. 174.

¹⁷ VIEIRA FAZENDA, José. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XLV, p. 243, 1924 apud MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000. (Coleção Aprendizado do Brasil. 1). p. 16.

Adolfo de Varnhagen em sua *História Geral do Brasil* (1854); são eles: *Lições de História do Brasil para o uso dos alunos do Imperial Colégio do D. Pedro II*, do 4º ano (1861), *Lições de História do Brasil para o uso dos alunos do Imperial Colégio do D. Pedro II*, do 7º ano (1863) e *Lições de História do Brasil para o uso das escolas de Instrução Primária* (1865). Suas obras, de perfil conservador, se chocavam com o compêndio de José Ignácio Abreu e Lima¹⁸, chamado *História do Brasil* (1843), gerando divergências entre os dois intelectuais. Entretanto, segundo Selma Rinaldi de Mattos, as obras de Macedo teriam valor por fixar

para sucessivas gerações da boa sociedade imperial conteúdos, métodos, valores e imagens de uma História do Brasil que cumpria o papel de não apenas legitimar a ordem imperial, mas também e sobretudo de pôr em destaque o lugar do império do Brasil no conjunto das *Nações civilizadas* e o lugar da boa sociedade no conjunto da sociedade imperial, permitindo, assim, a construção de uma identidade.¹⁹

No momento em que Macedo escreve seus livros (meados do século XIX), a história estava se institucionalizando como uma disciplina nova, que, além da função de “mestra da vida”, passa a ter um caráter mais “filosófico”. Ela se torna “um terreno privilegiado da demonstração do sentido da existência social”²⁰. Com a busca do progresso e da civilização nos povos e nações, a narrativa histórica passa a se apresentar como a biografia da nação.

Segundo Selma Mattos, “mais do que os contrastes entre os sucessos nas duas atividades [de historiador e professor], o que singulariza o Macedo autor das *Lições* é a unidade que acabou por estabelecer entre as mesmas”²¹. Em suma, Macedo conseguiu de modo significativo articular as duas atividades, proporcionando o conhecimento da história “verdadeira” pela via do ensino público.

No início dos anos de 1850, o romancista investiu seu tempo no jornalismo político, como membro do Partido Liberal e redator do jornal *A Nação* (função que exerceu de 1852 a 1854), e nos romances *Vicentina* (1853), *A Carteira de Meu Tio* e *O Forasteiro* (ambos em 1855), publicados sob a forma de folhetim no jornal *A Marmota Fluminense*, do tipógrafo, livreiro e editor Francisco de Paula Brito (1809-1861). Estes são

¹⁸ José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869). Militar, político e escritor pernambucano, serviu em Angola, lutou ao lado de Simon Bolívar pela libertação da Venezuela e participou da revolta Praieira (1848). Defensor de idéias socialistas, publicou livros como *Compêndio de História do Brasil* (1843) e *O Socialismo* (1855).

¹⁹ Op. cit. p. 17.

²⁰ FURET, François. O nascimento da História. In *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, [19--]. p. 121-123. (Construir o Passado 8).

²¹ Op. cit. p. 61.

Romances urbanos por excelência, ali aparecem a casa e a rua, o namoro e o casamento, o escravo doméstico e o homem de comércio, a moça casadoira e o estudante, o médico e o político, entre outros tipos e situações do cotidiano; histórias quase sempre caracterizadas por um realismo miúdo.²²

Com relação à livraria de Paula Brito, pode-se dizer que ela foi inovadora e pioneira no universo da cidade do Rio de Janeiro, incentivando novos e jovens autores, publicações diversas (de livro e periódicos a livretos de ópera) e também encontros e debates entre seus frequentadores, substituindo a livraria Mongie neste papel.

Em 1831, Paula Brito comprou uma loja de encadernação localizada na Praça da Constituição (atual Praça Tiradentes), na qual instalou a Tipografia Fluminense de Brito & Co., que mais tarde foi chamada de Tipografia Imparcial de Brito. Entre 1831 e 1861, Paula Brito foi responsável pela publicação de mais de 80 periódicos e de uma grande série de primeiras edições, reunindo nomes como Martins Pena, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Araújo Porto Alegre, Teixeira e Souza, Machado de Assis e, é claro, Joaquim Manuel de Macedo. Ele foi o editor da Biblioteca Guanabarensis, destinada à publicação de obras completas que circulavam na *Revista Guanabara*, de revistas feministas, como *A Fluminense Exaltada*, de periódicos diversos e, até mesmo, de publicações referentes à medicina. Em 1850, Paula Brito organizou seu maior empreendimento ao criar a Empresa Tipográfica Dois de Dezembro, com a qual, além de novas lojas, obteve uma casa de chá. Sua oficina transformou-se num espaço de sociabilidade de escritores, artistas, políticos e viajantes, que lá se reuniam para discutir o momento político, novos livros, entre outros assuntos.

E foi dessas reuniões que nasceu a *Sociedade Petalógica*, uma espécie de sociedade cultural que funcionava como um ponto de encontro dos “homens de letras” (entre eles Macedo), que se reuniam para debater diversos assuntos e “dar asas à imaginação”. Segundo Laurence Hallewell,

A Petalógica – o nome imaginado por Brito referia-se à vida solta que seus membros davam à imaginação (uma peta = uma mentira) reunia todo o movimento romântico de 1840-1860: poetas, de Antônio Gonçalves Dias a Laurindo Rabelo, romancistas como Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida ou Teixeira de Souza, compositores como Francisco Manuel da Silva, artistas como Manuel de Araújo Porto Alegre e atores como João Caetano dos Santos. Aí compareciam também líderes da sociedade... ministros do governo..., senadores..., jornalistas e um número surpreendentemente alto de médicos [...].²³

²² MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Op. cit. p. 12.

²³ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1985. 80 apud MATTOS, Selma Rinaldi de. Op. cit. p. 16.

Na vida amorosa, entre os anos de 1835 e 1850, Macedo conheceu e casou-se com Maria Catarina Sodré, que era prima-irmã do poeta ultra-romântico Álvares de Azevedo, do historiador Moreira de Azevedo e cunhada do poeta maranhense Odorico Mendes. Semelhante aos seus heróis e suas heroínas, Macedo enfrentou diversos obstáculos para conseguir sua amada, vencendo a oposição do pai dela, Baltasar Sodré, dono de engenho de açúcar e aguardente em Itaboraí, e concretizando o casório após dez anos de namoro. Segundo consta, Catarina foi quem o inspirou na criação de Carolina, personagem principal do romance *A Moreninha*.

De 1856 a 1865, Macedo dedicou sua atenção para o teatro, instrumento de comunicação que, segundo Nelson Werneck Sodré, preparava o público para aceitar e apreciar o romance²⁴. Escreveu as peças *O Fantasma Branco* (1856), *O Primo Califórnia* (1858), *O Sacrifício de Isaac* (1859), *Luxo e Vaidade* (1860), *O Novo Otelo*, *Lusbela e A Torre em Concurso* (todas em 1863). Estas o tornaram, segundo Astrogildo Pereira, um dos dramaturgos comediógrafos mais aplaudidos deste período²⁵. Além da produção de peças, produziu também uma série de novelas que publicou sob o título de *Os Romances da Semana* (1861) e colaborou na *Revista Popular* (entre 1860 e 1862), publicação mensal do também editor de alguns de seus livros B. L. Garnier (conhecido maldosamente como “Bom Ladrão Garnier”).

Como cronista, em 1862, Macedo publicou o livro *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*, constituído de crônicas feitas para a coluna “Um passeio”, do *Jornal do Commercio*, entre 31 de janeiro de 1861 e 17 de agosto de 1863, no qual descreve os costumes urbanos e o ambiente da cidade do Rio de Janeiro no apogeu do Império. Nele, segundo Fátima Rocha,

Macedo toma emprestado dos relatos de viajantes não só o cuidado com o registro minucioso de usos e costumes, mas ainda modos de narrar e até mesmo a “imagem-guia” da viagem, que se converte num passeio, de curto trajeto, pela cidade.²⁶

²⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960. p. 208.

²⁵ PEREIRA, Astrogildo. Prefácio de *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, de Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942. p. VIII.

²⁶ A expressão “imagem-guia”, utilizada por Fátima Rocha, está de acordo com a seguinte afirmação de Flora Süssekind: “é a imagem-guia do ‘passeio’ que permite a Macedo alinhar, com sua cartografia miúda de cronista, tantos lugares, casos e épocas diversas por que passa, ora rapidamente, ora com vagar e atenção”. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 230 apud ROCHA, Fátima Cristina Dias. “Três passeios pela cidade carioca: figurações do Rio de Janeiro em Joaquim Manuel de Macedo, Lima Barreto e Rubem Fonseca”. In: OLIVEIRA, Ana Lúcia M. de. *Linhas de fuga: trânsitos ficcionais*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004. p. 72.

Essa grande capacidade descritiva faz Antônio Cândido lembrar do valor documentário da obra de Macedo, ou seja, o valor histórico. Esse valor, constantemente presente nessas obras, traz temas importantes para compreender o cotidiano daquela época.

O valor documentário permanece grande, por isso mesmo, na obra que deixou. Os saraus, as visitas, as partidas, as conversas; os domingos na chácara, os passeios de barca; as modas, as alusões à política; a técnica do namoro, [...] eis uma série de temas essenciais para compreender a época, e que encontramos bem lançados em sua obra, de que constituem talvez o principal atrativo para o leitor de hoje.²⁷

Os anos de 1865 a 1870 foram de intensa produção de romances, chegando à marca de nove romances em cinco anos! Foram estes: *O Culto do Dever* (1865), *Voragem* (1867), *Memórias do Sobrinho de Meu Tio* (1868), *O Rio do Quarto*, *A Luneta Mágica*, *As Vítimas-Algozes*, (todas em 1869), *Nina*, *A Namoradeira* e *As Mulheres de Mantilha* (as três em 1870). Porém, essa atenção dada aos romances não fez Macedo abandonar as outras áreas em que atuava, produzindo também no teatro *Remissão dos Pecados* (1870).

A atividade política também ocupou seu tempo nesses anos, pois foi deputado pelo Partido Liberal na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 1854 e na Assembléia Geral Legislativa, nos anos de 1864/1866, 1867/1868 e 1878/1881. Nessas legislaturas teve a oportunidade

de reafirmar a sua adesão irrestrita à Monarquia constitucional, augurando que o governo tivesse a capacidade de realizar as reformas necessárias – jurídica, eleitoral, administrativa – que abririam o caminho seguro em direção à libertação dos escravos, isto é, sem os riscos da luta entre os partidos políticos e da conflagração social.²⁸

Deve ser feita uma ressalva neste ponto, a fim de observar uma posição política de Macedo que era muito delicada na época: a de defensor da abolição. Luiz Felipe Alencastro, no primeiro capítulo do volume II da coleção *História da Vida Privada no Brasil*, quando faz uma pequena análise do livro *As Vítimas-Algozes* comparando-o com o da escritora norte-americana Harriet Beecher-Stowe, *A Cabana do Pai Tomás* (*Uncle Tom's Cabin*), mostra como Macedo trabalhava a sua defesa da abolição.

Mas as razões do abolicionismo de Macedo baseavam-se em princípios diametralmente opostos aos de Beecher-Stowe. Esta pensava que a escravidão era ruim porque transformava o cativo num coitadinho. Macedo sustentava que a escravidão era péssima porque tornava o cativo um criminoso, um verdugo de seus

²⁷ Op. cit. vol. 2. p. 129.

²⁸ MATTOS, Selma Rinaldi de. Op. cit. p. 16

senhores. De vítimas os escravos passavam a ser algozes; era preciso se desembaraçar deles, largá-los na natureza.²⁹

Macedo ainda diz em seu livro que toda a escravidão é perversa, porém a inteligente é muito mais perversa do que a brutal. Isso porque a segunda odeia por instinto, a outra com reflexão, ou seja, enquanto em uma o escravo apenas mata o senhor, na outra ele mata e ri das agonias do senhor, torturando-o.

Em 1868, ocorreu um fato político que influenciou decisivamente na prosa e na vida pessoal de Macedo. No dia 15 de julho caiu o Ministério Liberal do baiano Zacarias de Góes e Vasconcelos³⁰, ocasionando a dissolução da Assembléia Geral da qual Macedo faz parte. O ato do Poder Moderador colocou os Conservadores novamente no poder, tendência que foi confirmada após as eleições de janeiro de 1869. Assim, para equilibrar o orçamento doméstico, Macedo voltou às atividades literárias no ritmo que mantinha antes de ser eleito deputado, isto é, frenético. A falta de dinheiro mergulhou o escritor em dívidas e deu origem a romances-folhetins digressivos com pouca qualidade e muitos erros³¹.

Outra consequência desse fato político, foi, a partir de maio de 1869, a atuação dos liberais – entre eles Dr. Macedinho – no jornal do partido, *A Reforma* (dirigido pelo liberal Francisco Otaviano), fazendo uma forte oposição ao governo. Macedo, com o seu “liberalismo de corte conservador”, parafraseando Mattos³², escreveu artigos entre maio de 1869 e maio de 1870 temperados com o ácido de sua indignação moral. Sua prosa ganhou um tom de denúncia e realismo que permite uma crítica social mais contundente, mais áspera, entretanto, segundo Tania Serra,

Tolhido pela falta de dinheiro, o que o obriga a produzir “em massa”, vai perder sua posição inovadora na história da literatura brasileira, voltando aos folhetins melodramáticos, perdido num emaranhado teórico do qual não se desvencilhará até a morte. Sua ficção de transição é romântica, realista, gótica e naturalista, tudo ao mesmo tempo, na tentativa de manter o leitor que está deixando de lhe ser fiel, pois

²⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem no Império. In *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 91.

³⁰ Gabinete Liberal de 3 de agosto de 1866 até 15 de maio de 1868 – Presidente do Conselho: Zacarias de Góes e Vasconcelos; Império: Fernandes Torres; Justiça: João Lustosa da Cunha Paranaguá, Visconde de Paranaguá, e depois Martim Francisco Ribeiro de Andrada; Estrangeiros: Martim Francisco Ribeiro de Andrada, depois Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, Paranaguá e finalmente João Silveira de Sousa; Fazenda: Zacarias; Marinha: Afonso Celso de Assis Figueiredo; Guerra: Silva Ferraz e depois Paranaguá; Agricultura, Comércio e Obras Públicas: Manoel Pinto de Sousa Dantas.

³¹ Wilson Martins afirma que “esteve nas mãos de Macedo criar (...) nosso romance realista, se não o tivesse freneticamente soterrado debaixo da calíça folhetinesca”. MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Volume II. São Paulo: Cultrix/USP, 1977. p 414. apud SERRA, Tania Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: A luneta Mágica do II Reinado*. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 143.

³² Op. cit. p. 14.

não está satisfeito com seu novo retrato. Essa situação da recepção a suas obras agravará ainda mais os problemas financeiros do autor d'*A Moreninha*³³.

Assim, entre os anos de 1857 e 1869, Macedo viveu seu apogeu como homem público. Como escritor, ganhou prestígio e popularidade com o poema-romance *A Nebulosa*, sendo, inclusive, promovido ao oficialato da Ordem da Rosa (em setembro de 1857); como político, engrossou as fileiras do Partido Liberal com dois mandatos de deputado na Assembléia Geral; e, como membro de associações culturais, participou ativamente de todas elas, tendo sido eleito para cargos importantes dentro destas.

Em 1864, acontece o episódio mais exemplar do momento vivido por Macedo (que também aponta características do caráter do escritor). O imperador convidou-o para assumir a pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros no Gabinete de 31 de agosto de 1864³⁴, entretanto, o romancista recusou o convite argumentando que valorizava sua independência pessoal. Não satisfeito com a resposta, Sua Majestade mandou-o chamar e insistiu para que aceitasse a pasta do Ministério dos Negócios do Império, e Macedo, segundo Salvador de Mendonça³⁵, teria recusando novamente o convite respondendo que não era rico o suficiente para ser um ministro independente e, por isso, não estaria disposto a deixar um possível ministério endividado ou ladrão.

Na década de 1870, Macedo dividiu-se novamente nas suas diversas atividades. Como romancista escreveu *Um Noivo a Duas Noivas*, *Os Quatro Pontos Cardeais*, *A Misteriosa* (todos em 1872) e *A Baronesa de Amor* (1876)³⁶; e como dramaturgo, *Cincinato Quebra-Louça* (1873). Em 1873 também escreveu, sob encomenda do governo imperial, a obra *Noções de Corografia do Brasil*, destinada à Exposição Internacional de Viena, realizada no mesmo ano (esta obra possui traduções para inglês, francês e alemão). E, em 1876, *Ano Biográfico Brasileiro* (escrita em quatro volumes, com o seu suplemento escrito em 1880), outra obra feita sob encomenda do governo imperial, por ocasião da Exposição Internacional de Filadélfia, nos Estados Unidos da América (esta possui tradução apenas para inglês).

³³ Op. cit. p. 146.

³⁴ Gabinete Liberal de 31 de agosto de 1864 – Presidente do Conselho: Francisco José Furtado; Império: José Liberato Barroso; Justiça: Francisco José Furtado; Estrangeiros: Carlos Carneiro de Campos, 3º Visconde de Caravelas, e depois João Pedro Dias Vieira; Fazenda: 3º Visconde de Caravelas; Marinha: Francisco Xavier Pinto Lima; Guerra: Henrique de Beaurepaire Rohan, Visconde de Beaurepaire, e depois José Egídio Gordilho de Barbuda, Visconde de Camamú; Agricultura, Comércio e Obras Públicas: Jusuino Marcondes de Oliveira Sá.

³⁵ MENDONÇA, Salvador de. O Macedo, na coluna Cousas do Meu Tempo. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1913.

³⁶ Ainda há os romances póstumos *Voragem e Panfilio* (edição de 1904 cuja autoria é contestada) e *Amores de um médico* (1953).

O homem público foi reconhecido pelo Estado e convocado para trabalhar em seu nome. Seus pares, membros da elite intelectual do país, impediram que o ilustre romancista fosse deixado à própria sorte, o que seria equivalente a entregá-lo à crítica dos jovens intelectuais da geração de 1868, que enxergavam nele o representante oficial da literatura romântica. Entretanto, identificado com a visão oficial do país e da literatura, Macedo não se desvencilhou dos cânones românticos para seguir os preceitos da nova escola realista; ademais, o romancista é atacado fortemente pela crítica que o relaciona com o governo imperial e as instituições oficiais que de que fazia parte.

Em 1877, Macedo ainda teve tempo para publicar em forma de livro a *Efeméride Histórica do Brasil*³⁷, a qual deixou incompleta. Em 1878, publicou *Memórias da Rua do Ouvidor*, conjunto de crônicas que, inicialmente, escreveu anonimamente no *Jornal do Commercio*, contando a história da rua desde que foi Desvio do Mar, em 1568, até a segunda metade do século XIX. Nesse mesmo ano, também escreveu *Mulheres Célebres*, manual para a instrução primária do sexo feminino encomendado pelo governo imperial. Nele, Macedo faz a seguinte reflexão sobre a profissão de professor:

Em relação à influência que pode exercer sobre o futuro do homem, o professor de instrução primária é muito mais importante do que o lente catedrático da universidade de maior nomeada. [...] Paciência evangélica é requerida do professor primário. [...] a mulher é pelo menos igual ao homem em capacidade intelectual para o magistério de instrução primária, sendo naturalmente superior, muito superior a ele em capacidade moral e adequada para o ensino e a educação dos meninos nas escolas primárias³⁸.

Ao longo desta vida cheia de afazeres, Macedo ainda encontrou tempo para ser membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Conselho Diretor de Instrução Pública da Corte³⁹. Também ganhou a comenda da Ordem de Cristo. Na Academia Brasileira de Letras é patrono da cadeira número 20 e a Academia Fluminense de Letras o tem como patrono da de número 23.

³⁷ Algumas das efemérides foram publicadas no jornal *O Globo*, entre os anos de 1874 e 1876 e só vão até o mês de abril.

³⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Mulheres célebres*. Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1878. p. 7-21.

³⁹ Com a promulgação da lei de regulamentação do ensino primário e secundário da corte, em 17 de fevereiro de 1854, os trabalhos ficaram centralizados no Ministério do Império, através da *Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária*, e consolidou as diretrizes que pretendiam transformar a corte numa espécie de centro, de onde emergiriam medidas e instituições modelares – como o Colégio Pedro II – a serem seguidas pelas províncias. Macedo, através de seus manuais didáticos, também fazia parte desse grupo de intelectuais que pretendiam pensar a instrução e o ensino de história, e acreditava que a corte deveria ser esse centro modelar para as demais províncias.

No ano de 1880, em pleno ostracismo e endividado, ainda produz a peça *Antonica da Silva*⁴⁰. Entretanto, uma desconhecida doença que já o consumia há alguns anos, e que os biógrafos dizem ser de origem mental⁴¹, se agravou; esquecido pelo público há alguns anos⁴², em 11 de abril de 1882 Joaquim Manuel de Macedo faleceu em Itaboraí. O *Jornal do Commercio* do dia posterior noticiou sua morte assim:

Após dois anos de padecimentos, faleceu este distinto brasileiro às 4 ½ horas da manhã de ontem, na vila de São João de Itaboraí, onde nascera a 24 de junho de 1820. Formado pela escola Médica do Rio de Janeiro, nunca exerceu a medicina, e desde a sua primeira mocidade dedicou-se á carreira literária, na qual conquistou bem reputado nome, que será recordado com o apreço que merece por quem leu ou ler os seus numerosos romances e as variadas peças que escreveu para o teatro nacional.⁴³

Enterrado em Itaboraí, ao lado de sua efígie há uma placa de bronze com os seguintes dizeres: “À Memória do Dr. Joaquim Manoel de Macedo – O Povo de Itaboraí – Nascido em 24 de Junho de 1820, falecido em 11 de abril de 1882. Erigido em 1º de novembro de 1887”.

⁴⁰ Ainda há duas peças póstumas, a comédia *O macaco da vizinha* – publicada em 1885 – e o drama *Uma pupila rica* – publicada em 1995. A peça *Vingança por Vingança* (1877) não foi encontrada e parece que não é de autoria de Macedo – houve um equívoco de Sílvio Romero e Sacramento Blake quando a mencionaram como parte da obra de Macedo, pois, existe uma peça com o mesmo nome e a mesma descrição de Constantino José Gomes de Sousa, publicada em 1869.

⁴¹ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 143. O ex-aluno Alcides Flávio menciona a doença mental de Macedo da seguinte maneira: “– Coitado! Ele não podia esconder a doença cruel, que chegava... – Sim; vinham-lhe aquelas temerosas lacunas de memória, e ele quase chorava [...] Abateu-se-lhe aos poucos, em longos anos, o refulgente edifício, e nas ruínas de uma simples animalidade uma lanternazinha não se apagou: Macedo falava e julgava encarnar a sua criação de Moço Loiro. – Que dolorosa contingência! – Dolorosa! A idéia mais querida, a que mais fundo penetrou, essa vem à tona, quando o cérebro se calcina. O nosso maior general, coberto das glórias merecidas, na extrema velhice, já amolecido, se arrepelava pela demora da promoção a alferes [...]”. FLÁVIO, Alcides (pseudônimo de Antônio Fernandes Figueira). *Velaturas*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1920. p. 280.

⁴² Esta observação está contida em ALENCAR, Heron de. Macedo. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Sul Americana, 1956. p. 858. “A morte veio encontrar quase no olvido, e com certeza na indiferença do público, o homem que fora a figura central das reuniões elegantes ou literárias de seu tempo, o mais popular e festejado dos escritores de então. A crítica, mesmo antes de seu falecimento, já lhe havia sendo menos favorável do que nos primeiros tempos”.

⁴³ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1882.

1.2. UM HOMEM EM SEU TEMPO

Doutor Macedinho, como era carinhosamente chamado por seu público, foi um escritor muito popular. Essa popularidade deveu-se ao tom ameno e moralizante de sua obra ficcional, com intrigas amorosas, personagens sentimentais e final-feliz – com o casamento entre os protagonistas –, bem ao gosto dos leitores da época. Com estas características a obra ficcional de Macedo adentrou em todos os lares em que se cultivava a leitura das que eram consideradas famílias da boa sociedade imperial, fato que o tornou um escritor muito querido do público – inclusive da família imperial. Nesses lares eram, em sua maioria, as donzelas e as senhoras que compravam e liam esses romances – o próprio Macedo referia-se ao seu leitor chamando-o de “senhora” ou “leitora”. Portanto, o espaço de circulação desses romances era o próprio espaço por eles descrito.

Todo esse afeto que o público dedicou ao romancista foi retribuído na forma de crônicas sobre a cidade do Rio de Janeiro, com descrições excelentes de locais e costumes da corte. Como aponta Fátima Rocha, “Macedo transita das *crônicas do tempo* para a tradição oral e desta, outra vez, para a *fiel narração dos fatos*”⁴⁴, e, nesse sentido, ela aponta Macedo como responsável pelo mapeamento histórico-geográfico da corte.

A crônica de costumes, segundo Robert Pechman, além de uma forma de literatura, era um veículo de difusão e consolidação de um imaginário urbano⁴⁵. Nela existe a primeira tentativa de representação da cidade, “através da qual se pode capturar o quadro de costumes de uma época e, a partir daí, a realidade de um mundo que começava a se esvaziar das formas de orientação multisseculares”⁴⁶.

Assim, ainda de acordo com Pechman, a crônica em Macedo

Tem a função de conhecimento, ou melhor, de ensinamento. Macedo quer dar a conhecer a seu público a história da cidade e de seus monumentos, mas também quer ensinar – através de pequenas lições exemplares – a uma burguesia emergente (seus leitores), os princípios de uma ética a partir da qual possam se haver com as atribulações da vida urbana. Passeando, Macedo aproveita para contar histórias, cultivar o amor pelas coisas locais, criticar os vícios e estimular a adesão a uma ética, cujo desafio é a vida cosmopolita⁴⁷.

⁴⁴ Op. cit. p. 73.

⁴⁵ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 178.

⁴⁶ Idem. p. 182.

⁴⁷ Idem. p. 190.

O período de produção da sua obra localiza-se inteiramente no Segundo Reinado. Em relação aos anteriores, esse foi um período marcado pela estabilidade, tendo em vista que o golpe da maioria de D. Pedro II apaziguou o clima tenso nas províncias. Os primeiros anos de governo de D. Pedro II foram orientados para restabelecer a paz interna, fato que efetivamente ocorreu na década de 1850. Assim, as revoltas e o perigo da fragmentação territorial se tornaram muito menos presentes.

O cenário político do Segundo Reinado foi dominado pelos partidos Conservador e Liberal, tendo, a partir da década de 1870, as idéias republicanas tomando corpo, com o surgimento do Partido Republicano e a publicação do *Manifesto Republicano*, ambos no Rio de Janeiro. No entanto, os partidos não tinham grandes ideais, mas sim objetivos pessoais⁴⁸. Na política externa foi um período de afirmação do Brasil, principalmente a partir dos anos de 1850, permeado por muitos conflitos, principalmente com os países do Prata (Uruguai e Argentina) e a longa e custosa Guerra do Paraguai, além de incidentes como o rompimento e depois reatamento de relações com a Inglaterra⁴⁹. Economicamente, as lavouras cafeeira e açucareira, sustentadas pelos braços escravos, eram os pilares da economia brasileira, o que fez aparecer, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, muitas casas comerciais e bancárias.

A escravidão foi o grande tema de debate do Segundo Reinado, pois, ao mesmo tempo em que a Inglaterra pressionava o Brasil para proibir o tráfico e, se possível, aboli-lo, existia uma grande demanda por braços na emergente lavoura cafeeira em expansão; logo, a abolição contrariava os interesses dos fazendeiros. A escravidão era um problema de difícil solução, pois, além da pressão inglesa pela abolição e da necessidade de braços para uma lavoura em expansão, o governo imperial também tinha em vistas projetar uma civilização nos trópicos. Na tentativa de dar conta da questão escravista, o governo apresentava-a como uma herança colonial, assumindo o compromisso de por término a essa questão para o futuro, todavia, o governo imperial também criou um aparato legal para inserir a escravidão num quadro de legalidade. A escravidão torna-se parte do compromisso do projeto civilizatório do Império. Daí a observação feita por Luiz Felipe Alencastro:

o escravismo não se apresenta como uma herança colonial, como um vínculo com o passado que o presente oitocentista se encarregaria de dissolver. Apresenta-se, isto sim, como um compromisso para o futuro: o Império retoma e reconstrói a

⁴⁸ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da educação, 2000. (Didática 1). p.173-242.

⁴⁹ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. Barão do. *Esboço da história do Brasil*. Brasília: MRE-FUNAG, 1992.

escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a sobre a contemporaneidade.⁵⁰

Com a riqueza do café, emergiu uma elite, que ostentava seu luxo em bailes e festas em suas mansões e casas de veraneio na corte do Rio de Janeiro, centro político, econômico e intelectual do Brasil. Essa riqueza provinda do café favoreceu o crescimento das camadas médias urbanas, o que fez com que aumentasse a valorização e a educação das mulheres e a conseqüente difusão do livro pelo comércio e pela biblioteca.

Entretanto, enquanto a corte ostentava sua riqueza e suas transformações urbanas, as outras províncias e boa parte da população tinham sérias dificuldades financeiras. Todavia, toda essa riqueza ostentada pela elite proporcionou grandes transformações na sociedade brasileira, principalmente no Rio de Janeiro, influenciando no desenvolvimento da vida social e trazendo inovações como: a inauguração da primeira linha regular de navios transatlânticos (*paquetes*) entre o Brasil e a Europa, em 1852⁵¹; o funcionamento da primeira estrada de ferro no Brasil (Rio de Janeiro - Petrópolis), em 1858; o sistema de iluminação a gás na cidade do Rio de Janeiro, em 1874⁵², entre outras. Assim, somando-se os progressos dos campos econômico, social e intelectual, a capital do Império mudou sua fisionomia social, nos moldes do Segundo Império Francês.

Desde a chegada da família real em 1808, o Brasil estava passando por diversas transformações políticas, econômicas e sociais. Uma dessas importantes mudanças foi a permissão para a impressão e funcionamento de tipografias no Brasil, que gerou como conseqüência uma grande atividade jornalística, principalmente de cunho político. Com o passar dos anos, os escritores românticos iriam utilizar esse meio de comunicação para escreverem crônicas e folhetins. Esta liberalização cultural permitiu que as mesmas tipografias que imprimiam jornais também pudessem imprimir traduções de obras estrangeiras, e isso, de certo modo, acelerou a divulgação do Romantismo no Brasil.

Entretanto, o gênero romântico só começaria a ganhar força nos anos de 1820 e 1830, com a volta da família real para Portugal e o movimento da Independência de 1822. Com uma nova maneira de ver o mundo e a natureza, o Romantismo e sua ânsia por liberdade chegaram ao Brasil recém-independente no mesmo momento em que se desejava a construção de uma

⁵⁰ Op. cit. p. 17.

⁵¹ Esta transformação foi especialmente importante porque foi um marco no imaginário imperial no que diz respeito ao tempo, já que uma viagem que outrora levava meses, agora esta é feita com uma regularidade e exatidão de 28 dias. “O tempo imperial entra em sincronia com o tempo da modernidade européia”. Idem. p. 39.

⁵² Esta também é importante pois atrai as famílias para fora de casa, dando uma nova dimensão à preocupação com a aparência. Idem. p. 85.

identidade nacional. Características como a liberdade, a valorização da nação e das tradições nacionais foram incorporada pelos primeiros escritores românticos. Neste contexto, os escritores ambicionaram a criação de uma literatura autenticamente brasileira e este esforço, segundo Antônio Cândido, era visto como “um ato de brasilidade.”⁵³.

Os anos de 1830 foram o ponto de partida de uma nova fase da vida intelectual brasileira. Houve uma dinamização e progresso de todos os gêneros de produção literária, sendo o ano de 1836 um marco, pois, com a publicação de *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves Magalhães, e, principalmente, da revista *Niterói, Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes* (na França), do grupo de Gonçalves Magalhães, Araújo Porto-Alegre e Torres-Homem, os ideais do movimento romântico (nesse caso o termo significa o movimento em geral, englobando literatura, pintura e outros campos da arte) foram muito divulgados no Brasil.

Assim, em uma simbiose dos campos intelectual e político, houve a preocupação da elite dirigente com a construção da identidade nacional, de uma história nacional⁵⁴. Neste quadro, a divulgação no Brasil dos ideais românticos, com suas características renovadoras derivadas do iluminismo oitocentista, colaborou para o processo de consolidação da autonomia nacional, tanto no que diz respeito à literatura, quanto nos outros campos das artes, abraçando a idéia de um projeto de construção de nação. Portanto, o movimento romântico encontrou um campo fértil para o seu crescimento, fazendo surgir no Brasil o romance como gênero, até então desconhecido pelo público brasileiro⁵⁵. As camadas médias urbanas, em crescimento, encontraram no romantismo e no romance romântico o veículo de expressão de um estado de espírito repleto de sentimentos profundos, consumindo esses romances, a poesia e o teatro. A imprensa teve um papel fundamental na divulgação do movimento, pois a maioria dos romances foi publicada nos jornais (*Jornal do Commercio*, por exemplo) em forma de folhetins⁵⁶, para o consumo de seu público.

O romance-romântico possuía uma função específica naquela sociedade, diferente da que ele ocupa hoje, pois, era uma forma de entretenimento familiar que, tendo em mente os

⁵³ CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro). p. 73.

⁵⁴ É importante observar essa preocupação na epígrafe da revista *Niterói* que dizia: “Tudo pelo Brasil, e para o Brasil”.

⁵⁵ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Vol. 2. Op. cit. p. 97-131.

⁵⁶ José de Alencar cita várias vezes em seu livreto o folhetim, ressaltando a sua importância: “[...] houve idéia de oferecer aos assinantes da folha um mimo de festa. Saiu um romance, meu primeiro livro [...] Escrevi *Cinco Minutos* em meia dúzia de folhetins que iam saindo na folha dia por dia, e que foram depois tirados em avulso sem nome do autor... novos assinantes reclamavam seu exemplar e a procura de algumas pessoas que insistiam por comprar a brochura [...]”. ALENCAR, José de. *Como e por que sou romancista*. Op. cit. p. 58.

diferentes momentos históricos, ocupava quase a mesma função que a telenovela tem atualmente. Essa função é muito bem exemplificada nesse trecho de José de Alencar, em seu livro *Como e Por que Sou Romancista*:

Essa prenda [aqui ele está se referindo à sua boa eloquência] que a educação deu-me para tomá-la pouco depois valeu-me em casa o honroso cargo de *ledor*, com que eu me desvanecia como nunca me sucedeu ao depois, no magistério ou no parlamento. Era eu quem lia para minha boa mãe não somente as cartas e os jornais, como os volumes de uma diminuta livraria romântica formada ao gosto do tempo.⁵⁷

O romance romântico, também possuía um caráter de moralidade e civilidade, que estava de acordo com o projeto civilizatório das elites políticas do Segundo Reinado. Esse caráter moralizante é reforçado pelo crítico José Veríssimo, no trecho em que se refere aos romances de Macedo:

São romances morais, de família; leitura para senhoras e senhoritas de uma sociedade que deles próprios se verifica inocente, pelo menos sem malícia, e que, salvo os retoques romanescos, essas novelas parecem que retratam fielmente.⁵⁸

O romance como possuidor de um caráter de civilidade estava entrelaçado ao projeto de construção da nação, logo, o romance funcionava como um instrumento que estava presente tanto na construção da nação, quanto na de um caráter de moralidade e civilidade na sociedade imperial. É nesse sentido que Antônio Cândido observa:

E como além de recurso estético foi um *projeto* nacionalista, fez do romance verdadeira forma de pesquisa e descoberta do país. A nossa elite cultural intelectual encontrou nisto um elemento dinamizador de primeira ordem, que contribuiu para fixar uma consciência mais viva da literatura como estilização de determinadas condições sociais. O ideal romântico-nacionalista de criar uma expressão nova de um país novo encontra no romance a linguagem mais eficiente.⁵⁹

Nesse contexto, Joaquim Manuel de Macedo surge como um autor de transição, que ajudou a consolidar o Romantismo no Brasil, com o seu “romance de costumes, de um realismo misturado ao destempero melodramático, ou atenuado pelo bom humor mediano”, como diz Antônio Cândido⁶⁰. Ou, de uma maneira mais didática, é possível referir Macedo como pertencente à primeira geração de românticos⁶¹, pois é certo que seu romance de estréia,

⁵⁷Op. cit. p. 25-26.

⁵⁸VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. 237-241.

⁵⁹CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Vol. 2. Op. cit. p. 99-100.

⁶⁰CÂNDIDO, Antônio. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. p. 45.

⁶¹JOZEF, Bella. *Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Agir, 1971. (Nossos Clássicos).p. 7.

A Moreninha, além de ter obtido um grande sucesso de público, consolidou o gênero romance no Brasil, dando forma e consistência a ele. A importância que Macedo teve no desenvolvimento desse gênero pode ser percebida pelo comentário de José de Alencar, citado parágrafos atrás, em seu livreto *Como e Por Que Sou Romancista*⁶².

Antônio Cândido também aponta para um aspecto importante do papel social de Macedo, quando assinala que com a publicação d'*A Moreninha*, pela primeira vez no Brasil, a figura profissional do escritor.

Na obra de Macedo, aparece pela primeira vez no Brasil a figura virtualmente profissional do escritor, o homem que mesmo não vivendo da sua obra (que seria impossível no acanhado meio do Rio de Janeiro daquele tempo), se apresenta e é avaliado como produtor regular de textos que formam um conjunto, mediante o qual será aplaudido ou rejeitado. O seu papel social, sob este aspecto, foi decisivo.⁶³

O impacto de sua obra foi sentido tanto na “boa sociedade” que ele representava em seus romances, quanto nos escritores românticos que vieram após sua primeira publicação, como o exemplo citado acima. Macedo foi um escritor que, apesar de ter sofrido duras críticas durante o século XX⁶⁴, chegou até o XXI, para o grande público, como o autor de um romance – *A Moreninha* – já que este foi, além do primeiro romance romântico, o mais popular de todos eles.

Uma das críticas mais atuais sobre o romancista é a de Tania Serra, em seu livro *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*⁶⁵, que consegue recuperar a obra de Macedo no campo da literatura brasileira. O livro é uma minuciosa biografia do escritor ano a ano, que também traz uma bibliografia completa da obra e um levantamento de toda a crítica sobre o romancista. De acordo com Serra, a obra de Macedo pode ser dividida em duas fases: na primeira, intitulada “Macedo das mocinhas” (1844-1866), o escritor foi

um arauto dessa nova ordem da classe média que se quer aristocrática. Ele, ao mesmo tempo, registra e dá o exemplo, à moda dos antigos *exemplarium* da contística árabe, para toda uma classe urbana fluminense, que nele vê seu espelho mágico da transformação de vida em literatura, alegre, despreziosa e independente como o jovem país. Não seria exagerado afirmar que esse momento da obra do escritor de Itaboraí foi um grande *Bildungsroman*, destinado a elevar seus leitores ao novo papel de elite aristocrática do país, ao qual autores românticos pensavam poder fazê-los ascender. E, assim procedendo, Macedo percorreu seu próprio caminho, usando a Fama e a Glória como armas para vencer a barreira da classe⁶⁶.

⁶² Cf.: ALENCAR, José de. *Como e por que sou romancista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 39

⁶³ CÂNDIDO, Antônio. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. Op. cit. p. 45

⁶⁴ Como por exemplo, as dos críticos Heron de Alencar e Néelson Werneck Sodré.

⁶⁵ Op. cit.

Já na segunda fase, intitulada “Macedo dos adultos” (1867-1882), o escritor viveu a transição do Romantismo para o Realismo e tentou mudar de público, visando aos leitores da sua geração⁶⁷: a mulher madura, seu marido (os pais de família) e a elite cultural. Macedo, que sempre falou do que conhece, acentuou o caráter descritivo e a oralidade em sua obra. Entretanto, seu público não perdoou a mudança de rumo e estilo e voltou-se para os *novos* – Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Visconde de Taunay – e, até mesmo, um novo escritor que despontava na década de 1870: Machado de Assis. Sem conseguir ver seus novos romances reeditados, Macedo perdeu parte do público e parte da sua renda – os romances antigos tinham constantes reedições –, morrendo, assim, endividado e pouco valorizado por seu público.

Um outro aspecto que permeia o livro de Serra é o tratamento dado ao escritor enquanto político e homem público. Para a pesquisadora, Macedo “foi um homem de enorme prestígio durante o II Reinado e chegou a representar a própria literatura oficial no final de sua vida, quando se vê rejeitado pelo público e pelas editoras.”⁶⁸.

Esse caráter de representante da literatura oficial rendeu muitas críticas a Macedo por parte dos novos escritores, ou seja, muitas críticas que eram feitas ao escritor, na verdade, estavam direcionadas aos órgãos governamentais que, de fato, Macedo representava – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, e, até mesmo, o próprio governo imperial⁶⁹.

É neste panorama de grandes transformações que Joaquim Manuel de Macedo ambientou sua obra ficcional: retrata os costumes dos salões, de uma camada social rica e afrancesada, apresentou personagens ligados à corte do Rio de Janeiro e descreveu minuciosamente todo o luxo e ostentação que permeava esse espaço. Assim, compreendido em seu tempo, o romancista aparece como uma figura de destaque na acanhada sociedade do Segundo Reinado.

⁶⁶ Idem. p. 13.

⁶⁷ Macedo estava em plena maturidade física e mental com 47 anos em 1867.

⁶⁸ SERRA, Tania Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: A luneta mágica do II reinado*. Op. cit. p. 14.

⁶⁹ A trajetória de Macedo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro está trabalhada no segundo capítulo. É importante lembrar que nesse momento as idéias republicanas estavam tomando força e as contestações ao governo imperial eram muitas. Se por um lado Macedo era associado ao “antigo” e conservador, por outro ele tentava romper com o Romantismo, escrevendo romances e peças mais próximos do Realismo e, até mesmo, do Naturalismo.

1.3. A REDE DE ESTILOS DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO

O Dr. Joaquim Manuel de Macedo, para quem hoje só temos lágrimas de saudade, era um talento, que se fazia admirar pela sua fecundidade sempre brilhante, e que se reproduzia em todos os estilos.

Joaquim Norberto de Sousa Silva⁷⁰

Proferido por ocasião da descida ao túmulo do esquife de Joaquim Manuel de Macedo, o discurso de Joaquim Norberto de Sousa Silva aponta para uma das principais características de Macedo: a brilhante fecundidade, que não estava restrita apenas ao Macedo romancista, mas, como proferira Norberto, “se reproduzia em todos os estilos”. O ilustre filho de Itaboraí obteve destaque e reconhecimento de seus pares em todas as atividades que se predispôs a exercer.

O destaque ora vinha pela fecundidade, ora pela qualidade, e, muitas vezes, por ser um autor “facundo”, para usar a expressão de Antônio Cândido⁷¹. Considerando a definição de *espaço público* utilizada por Marco Morel⁷², a qual abrange três esferas de atuação,

Cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com o Estado; a esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados; e os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas.

pode-se afirmar, ainda, que a clareza dos escritos do doutor Macedinho possibilitou-lhe uma maior penetração nos *espaços públicos* em que atuava. Neste sentido, a obra de Macedo é marcada pelos diversos espaços sociais que eram freqüentados pelo próprio escritor. Nos romances e crônicas, existe uma descrição cuidadosa do ambiente das camadas mais abastadas da boa sociedade imperial e de suas diferentes práticas e formas de sociabilidade⁷³. Macedo conseguiu atender as normas de escrita exigidas por cada espaço que freqüentava, escrevendo de acordo com a exigência de cada tipo específico de público.

Na acanhada sociedade de corte residente na cidade do Rio de Janeiro, alguém que conseguisse atender as normas de escrita exigidas por diversos espaços públicos já teria um

⁷⁰ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo XLV, p. 438, 1882. O discurso foi novamente proferido na sessão ordinária do IHGB, de 9 de junho de 1882.

⁷¹ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Op. cit. p. 121.

⁷² MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 18.

⁷³ A expressão sociabilidade deve ser entendida como uma forma autônoma de sociação, uma forma de vida societária. Logo, “sociedade propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais”. Esse processo resulta em formas que ganham vida própria e são liberadas dos conteúdos, passando

grande sucesso. Ademais, conseguiria construir uma forte rede de relações, marcada pela interdependência⁷⁴. Macedo não só conseguiu alcançar o sucesso como, também, construiu essa rede de relações.

O romancista fazia parte da boa sociedade imperial que, segundo Ilmar Rohloff de Mattos⁷⁵, era um extrato da população brasileira que se enxergava como herdeiro da tradição ilustrada das “nações civilizadas” da Europa, que se via mais apto para dirigir o Império e inseri-lo no grupo das “nações civilizadas” do mundo e que compartilhava com estas os princípios da ordem e civilização.

Ainda na sua cidade natal, Macedo conviveu com personalidades da boa sociedade imperial, como o já famoso ator João Caetano dos Santos e o político Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí. Na corte, durante seus anos de faculdade de medicina, além do convívio com seus colegas estudantes, o escritor freqüentava várias sociedades literárias, circulando por diversas livrarias existentes na cidade, principalmente pela de Paula Brito, que, futuramente, seria responsável pela publicação de sua obra, tanto na forma de jornal, quanto na de livro (até o ano de 1861, quando morre Paula Brito).

Foi também através da livraria Paula Brito que Macedo, junto com os diplomatas Domingos Gonçalves Magalhães, Antônio Gonçalves Dias, Manuel Araújo Porto Alegre e o escritor Fernandes Pinheiro – todos representantes da primeira geração romântica e membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – publicou, entre os anos de 1849 e 1855, a *Revista Guanabara*.

Provavelmente, foi nessas sociedades literárias que Macedo conheceu dois grandes amigos⁷⁶: Joaquim Norberto e Araújo Porto Alegre. Estes dois, na sessão do Instituto Histórico de 19 de junho de 1845, indicaram o nome do romancista para ser sócio correspondente da seção de história⁷⁷. A indicação foi aceita e aprovada por unanimidade e o jovem Macedo passou a conviver com um grupo seleta de pessoas "ilustres" do Império, os sócios do IHGB. Esse novo espaço, com suas regras e práticas de sociabilidade, proporcionou ao romancista novos horizontes intelectuais e novas possibilidades. Pertencer ao grupo seleta

a existir por si mesmas. Cf.: SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAIS FILHO, Evaristo de (org.) *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 168.

⁷⁴ Cf.: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁷⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987. p. 1-7.

⁷⁶ Cf.: *REVISTA do Livro*, Rio de Janeiro, n.23/24, jul./dez. 1961. Transcrição da carta de 21 de fevereiro de 1872, de Joaquim Norberto para Araújo Porto Alegre: “O Macedo está em Itaboraí. Deu agora para escrever a vapor. Produz muito, escreve romances e dramas aos centos, mas com pouco cuidado no seu estilo e enredo, de modo que o vaidoso Alencar vai-lhe tomando os louros ganhos na áurea quadra dos Porto-Alegre, Magalhães e Gonçalves Dias. Está armando ao dinheiro para pagar dívidas segundo me disse”.

dos sócios do instituto representava não só uma mudança de *status* social, mas também lhe conferia respeitabilidade e reconhecimento perante os outros membros.

Em 1844, Macedo alcançou, com apenas vinte e quatro anos, um sucesso estrondoso com o romance *A Moreninha*, que o tornou um dos escritores mais lidos de seu tempo. Nesse mesmo ano, o escritor ainda se doutorou em medicina e tornou-se membro do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro e, em 1845, ainda entrou para o IHGB. No curto período de um ano, Macedo saiu do total desconhecimento para se tornar um escritor de renome nacional e membro, por mérito, da elite imperial. Desta maneira, o seu círculo social e, paralelamente, a rede de interdependências aumentaram consideravelmente e Macedo precisou distinguir-se socialmente, parecer e conviver com a elite à qual pertencia, logo, mudou-se de Niterói para a corte (ver anexo II) e passou a freqüentar assiduamente o Instituto Histórico. A necessidade de diferenciação é uma forma de afirmação da posição social alcançada e, para mantê-la, é necessário a busca constante por prestígio social e reconhecimento de seus pares.

Macedo consolidou seu prestígio e reconhecimento no final dos anos de 1840 e durante os anos de 1850, quando publicou várias obras de sucesso, tornou-se membro de diversas sociedades, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e ganhou a comenda da Ordem da Rosa.

Nesse mesmo período, mais precisamente em 1849, Macedo tornou-se professor de história do Brasil do Imperial Colégio Pedro II e, em 1858, tornou-se também professor de corografia. Mais êxito e prestígio que o levaram para o convívio com a família imperial, como professor de história das princesas. Nos anos de 1860, o romancista escreveu manuais didáticos com tamanho sucesso, que foram utilizados até meados do século XX – todos com base nos trabalhos do IHGB e na *História Geral do Brasil*, do diplomata e membro do IHGB Francisco Adolfo de Varnhagen. Macedo formou a geração que futuramente iria criticá-lo ferozmente – uma geração republicana e voltada para a escola literária realista e naturalista. O espaço do Colégio Pedro II possibilitou que Macedo convivesse com os melhores professores do Império, além de alunos que eram filhos da elite imperial, ou seja, parte da boa sociedade, como, por exemplo, Joaquim Nabuco e Vieira Fazenda.

Considerando a análise da obra de Macedo feita por Tania Serra⁷⁸, pode-se perceber que o escritor ganhou fama, dinheiro e construiu sua rede de relações até o final dos anos 1860. Durante esses quinze anos de vida pública, Macedo conseguiu estabelecer fortes

⁷⁷ Cf.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo VII, 1845. A trajetória de Joaquim Manuel de Macedo nesse instituto será abordada no próximo capítulo.

⁷⁸ Op. cit.

vínculos nos mais diversos espaços públicos que freqüentava, agindo de acordo com as formas de sociabilidade específicas de cada lugar. Entretanto, Macedo pouco usou da rede de relações que construiu para alcançar qualquer posicionamento nessa sociedade e, se essa rede o favoreceu em algum momento, foi por ações espontâneas e localizadas de indivíduos que a ela pertenciam. Ainda no seu auge (meados dos anos de 1860), o romancista declinou nomeações para presidência de províncias e pastas de ministérios. Parecia não lhe agradar a idéia de chegar a tais postos apenas por ter uma boa rede de relações ou por ser íntimo da família imperial, mas sim por sua distinção (mérito próprio).

O início de sua decadência foi a dissolução, em 1869, da Assembléia Geral, de que fazia parte. Após esse episódio, Macedo passou por graves problemas financeiros, tendo que se mudar da rua do Conde (atual rua visconde do Rio Branco), na corte, para a rua da Praia, em Niterói (ver anexo II). Na tentativa de resolver as finanças, o literato passou a escrever romances, peças, artigos para jornais "a duas mãos", dia e noite. Ciente da situação do escritor, o imperador, aparentemente sem a interferência direta de ninguém, teria promulgado o decreto assinado em 30 de novembro de 1870, que dava uma gratificação de seiscentos e quarenta mil réis anuais aos professores que tivessem acumulado quinze anos de "efetivo exercício no Colégio Pedro II".⁷⁹ No entanto, isso não bastou para impedir a decadência do escritor. Os anos de 1870 foram difíceis e Macedo foi muito criticado por uma nova elite, ligada às idéias republicanas e às novas escolas literárias. O imperador e a "velha" elite imperial também estavam sendo alvo de críticas e o próprio Império começava a ruir. Macedo era associado a esse passado, à "velha" escola romântica e ao discurso oficial do governo imperial. Não apenas uma decadência financeira, mas também uma perda de prestígio.

Macedo tinha perdido a capacidade de circular em diferentes espaços sociais, seus romances e peças não conseguiam mais agradar nem ao público, nem à nova elite e as críticas passaram, então, a ser ferozes. Por outro lado, no Instituto Histórico, o escritor vivia um bom momento, pois era reconhecido por seus pares, sendo sucessivamente reeleito para o cargo de Orador e ocupando, algumas vezes, a presidência das sessões. Sua posição naquele espaço já estava consolidada e, naquele momento, era bastante prestigiada.

Associado ao governo imperial, o escritor ainda conseguia circular em espaços públicos vinculados ao governo, como era o caso do Instituto Histórico, pois, numa sociedade de poucos letrados, rural, que tinha o regime escravista como base e na qual havia mais postos para serem ocupados do que profissionais capacitados para ocupá-los, um escritor do porte de

Macedo certamente teria um papel relevante no Estado. Não era a exceção um intelectual como ele exercer diversas atividades, pelo contrário, a regra era a convivência simultânea em espaços sociais, formados pelos mesmos grupos de pessoas. Em outras palavras, uma pessoa capacitada e bem formada ocuparia mais de uma função na sociedade e seria membro de praticamente todas as sociedades culturais e científicas.

Nesse sentido, Macedo conseguiu circular entre diferentes espaços sociais, respeitando e seguindo as mais variadas formas de sociabilidade que cada espaço exigia, com seus protocolos próprios. Viveu o seu tempo intensamente, com ativa participação na vida política e intelectual, buscando sempre o ideal romântico de construir uma nação que fosse uma civilização nos trópicos; morreu, em 1882, desacreditado pelo público, porém, prestigiado como homem de letras no IHGB.

⁷⁹ SOUSA, J. Galante de. *Machado de Assis e outros ensaios*. Op. cit. p. 142. Macedo era um dos poucos professores que tinham quinze anos de exercício no Colégio Pedro II.

CAPÍTULO II

**JOAQUIM MANUEL DE MACEDO NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

No lar doméstico eram outros epítetos ou nomes familiares dados às meninas pelos pais ou pelas escravas: a Irene chamavam *nhanhã*, diminutivo feminino que quer dizer filha do *senhor*, a Inês, que recebera no batismo o nome de sua mãe, a quem os escravos tratavam por *sinhá* corrução do nome *senhora* – chamavam *sinhazinha*, que, como se vê, é o diminutivo de *sinhá*.

Tenho quase a certeza de que hoje haverá de sobra quem me censure por estas explicações do que todos sabem, visto como ainda atualmente existe o cancro da escravidão, ainda há população escrava e, portanto, ainda há também nas famílias – *nhanhãs* e *sinhazinhas*, há senhores pais de – *nhonhôs* e *sinhás*, ou senhoras mães de – *sinhazinhas*; mas no século vigésimo os romancistas historiadores, que são os professores da história do povo, hão de agradecer este e outros esclarecimentos da vida íntima das famílias do nosso tempo.¹

Contida no romance *As Mulheres de Mantilha*, essa pequena explanação sobre a maneira que o escravo tratava o seu senhor e sua família mostra uma outra face de Macedo ainda não explorada neste trabalho: a de historiador.

Muito significativo, o trecho destacado mostra que Macedo possuía conhecimento de seu papel como romancista de divulgar a história brasileira ao grande público, isto porque, em primeiro lugar, ele não se propõe a escrever mais um mero romance repleto de intrigas, mas um romance histórico ambientado no Rio de Janeiro do século XVIII, apontando isso na própria introdução, onde dá uma série de informações históricas e termina dizendo que

Estas breves informações que acabamos de escrever dão idéia embora um pouco obscura da situação, costumes, prevenções, antipatias e disposições do Rio de Janeiro na época em que se vai passar o romance histórico que tomamos sobre nós escrever.²

Mais sintomático ainda desse conhecimento é o trecho em que diz que romancistas historiadores “são os professores da história do povo”. Entretanto, ao realizar uma reflexão mais aprofundada do trecho, percebe-se a maneira como Macedo entendia a escrita da história e seu papel na sociedade. Uma história que, a seu ver, deveria ser mestra da vida, com exemplos de moral, de virtudes (que muitas vezes eram biografias) e que o historiador deveria ter a função de professar estes exemplos para instruir o povo com os valores contidos neles.

Macedo não estava só nesta concepção de história, pelo contrário, a grande maioria dos “homens de letras” estudiosos da história partilhava dessa maneira de compreender as práticas sociais de construção do discurso historiográfico. E mais, para se intitular um

¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Mulheres de Mantilha*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. (Coleção Clássicos Brasileiros). p. 50.

² Idem. p. 25.

“historiador-memorista” – como o próprio Macedo faz – deveria pertencer à instituição reconhecida como desse discurso, em que a compreensão dele estava no âmago do debate da construção da idéia de nação. Assim, para entender como Macedo conseguia circular pelas atividades de escritor e “historiógrafo”, como usa Sacramento Blake³, é importante retomar um aspecto de sua trajetória não abordado anteriormente – o de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Joaquim Manuel de Macedo foi um dos membros mais ativos do IHGB, trabalhando quase trinta e sete anos e ocupando vários cargos desde o ano de seu ingresso – em 1845 – até o ano de sua morte. Apresentado por Joaquim Norberto de Souza e Silva e Manuel de Araújo Porto Alegre, Macedo teve sua admissão aprovada por unanimidade na sessão de 3 de julho de 1845, tornando-se um dos poucos membros que ingressaram nesta instituição com menos de vinte e cinco anos, como recorda Plínio Doyle⁴.

Entretanto, que instituição era essa em que Macedo ingressara?

³ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1983. p. 184.

⁴ DOYLE, Plínio. Joaquim Manuel de Macedo no I.H.G.B., *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 291, 1971.

2.1 – OS PRIMEIROS ANOS

Fundado em 21 de outubro de 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tratava-se de um empreendimento de caráter privado herdeiro de uma tradição iluminista, nos moldes das academias ilustradas do século XVIII. É nesse espaço que a produção historiográfica brasileira do século XIX tem seu lugar privilegiado. Ainda que marcada por um caráter elitista, essa produção conseguiu unir a tradição iluminista, que estava no bojo da criação da instituição, com o debate em torno da questão nacional, tema central da historiografia do século XIX.

Sua criação foi objeto de uma proposição encaminhada ao Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional⁵, por iniciativa do marechal Raymundo José da Cunha Mattos e do cônego Januário da Cunha Barbosa⁶. Meses após o estabelecimento do instituto, a casa já contava com uma subvenção anual do governo imperial de dois contos de réis⁷. E em 1840, o instituto já tinha se transferido das modestas dependências que ocupava na Sociedade Auxiliadora para o Paço da Cidade. A partir de então, as relações de proximidade entre o instituto e o Estado imperial deixaram de ser apenas de membros em comum, e passaram a uma relação, inclusive, de proximidade espacial. Logo, as relações e o comprometimento entre Estado e IHGB, entre construção de um Estado nacional e desenvolvimento de uma historiografia nacional brasileira, tornaram-se intensas.

Assim, segundo Manoel Guimarães, a criação do instituto foi

⁵ A Sociedade Auxiliadora da indústria Nacional foi fundada em 10 de outubro de 1827, no Rio de Janeiro, por Inácio Álvares Pinto de Almeida (negociante e fidalgo da Casa Imperial). Seu objetivo era contribuir para o progresso da pátria através de incentivo à indústria, sobretudo no que tange à aquisição de máquinas. A sociedade desfrutou de prestígio junto ao governo imperial e, mesmo sendo um organismo privado, logo se vinculou à Secretaria de Negócios do Império, passando a receber subsídio do Tesouro. Ademais, a instituição também editava uma revista especializada, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, onde eram divulgadas novidades do mundo das máquinas. Além de estreitos vínculos com instituições culturais do Império, a Sociedade Auxiliadora patrocinou a criação de muitas outras, como por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (1860). A partir de 1850, com a promulgação do Código Comercial, passou a dar consultoria ao governo, onde exercia as funções da antiga Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. E em 1861, passou a estar vinculada ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e obras Públicas, onde permaneceu até o fim da monarquia. Coordenou eventos e as Exposições Nacionais realizadas durante o Segundo Reinado, entretanto, sua importância está nos serviços de consultoria prestados ao governo imperial no que diz respeito à melhoria da produtividade da indústria nacional.

⁶ Januário da Cunha Barbosa (1780-1846): Cônego e político bastante atuante, prócer da Independência, foi diretor da Tipografia Nacional. Foi também sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mantendo participação ativa como secretário-perpétuo e sendo um dos principais responsáveis pela consolidação do instituto nos primeiros anos que sucederam a sua criação.

⁷ A proposta de subvenção era de autoria de Januário da Cunha Barbosa, e foi feita à Regência através da Assembléia Legislativa. A subvenção foi sendo ampliada sucessivamente, chegando a nove contos de réis no final do Império.

[...] parte de um projeto mais vasto das elites políticas, comprometidas em forjar simbolicamente a nação, e que incluía outras instituições como o Arquivo Nacional e o Colégio Pedro II, inscreve-se num conjunto amplo de instituições que, no mundo ocidental, irão dedicar seus esforços no sentido de recolher, preservar, pesquisar e divulgar as respectivas histórias nacionais.⁸

Continuando com Guimarães, o IHGB estabeleceu relações intelectuais com várias destas instituições, como o *Institut Historique de Paris* e a *Sociedade dos Antiquários do Norte*, com as quais partilhava posturas relativas ao tratamento da história. Relações estas que seguem uma das diretrizes dos estatutos da instituição elaborados pelo mesmo primeiro-secretário, cónego Januário da Cunha Barbosa. Segundo os estatutos, as diretrizes centrais para o desenvolvimento dos trabalhos deveria ser: coleta e publicação de documentos que fossem relevantes para a história do Brasil e o incentivo de estudos de natureza histórica ao ensino público⁹. Além disso, estes primeiros estatutos também apontam o desejo do IHGB em manter relações com instituições congêneres nacionais e internacionais. Articulado junto ao amplo projeto de centralização política que o Império desenvolveu a partir de meados do século XIX, o instituto deveria constituir-se num órgão central que incentivasse a criação de institutos históricos nas províncias e canalizasse para o Rio de Janeiro informações e documentos sobre as diferentes regiões do país, criando, portanto, os suportes necessários para a construção do Estado nacional brasileiro.

Os estatutos também definiam um número de cinqüenta membros ordinários, sendo vinte e cinco na Seção de História e outros vinte e cinco na Seção de Geografia, um número ilimitado de sócios correspondentes, nacionais e estrangeiros, e também os sócios de honorários – indivíduos que “por sua idade avançada, consumado saber e distinta representação estejam no caso de dar crédito ao Instituto”¹⁰ e que estavam isentos do pagamento da jóia de entrada (10\$000) e da taxa semestral (3\$000). Diferente do espaço sujeito à competição das universidades da Europa, a escolha dos sócios era feita, segundo o estatuto, essencialmente pela via das relações sociais, isentando o candidato de provar qualquer produção intelectual nas áreas de atuação do instituto. Levando em consideração o *espaço social* do IHGB e suas formas e práticas de sociabilidade, é possível perceber

⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e escrita da História. *Humanas*. Porto Alegre, vol. 23, n. 1/2, p. 126, 2000.

⁹ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo I, p. 22-23, 1839. “Artigo 1º. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil; e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que o seu cofre proporcione esta despesa”.

¹⁰ *Idem*. p. 19-20.

claramente a questão trabalhada por Guimarães¹¹, quando aponta que o IHGB e sua produção historiográfica (inclusive a própria nação em processo de construção) são marcados por “critérios que presidem e organizam um tipo de sociabilização, própria de uma *sociedade de corte*”. Desta maneira, a produção historiográfica acabava por escapar às regras e obrigações específicas do mundo acadêmico, onde o critério de escolha estava apoiado no domínio de um saber específico.

Nesse primeiro momento, o perfil do sócio do IHGB era, então, bastante homogêneo, pois, segundo Manoel Guimarães,

A maioria deles desempenha funções no aparelho de Estado, sejam aqueles que seguem a carreira da magistratura, após os estudos jurídicos, sejam os militares e burocratas que, mesmo sem os estudos universitários, profissionalizavam-se e percorriam uma carreira na média burocracia.¹²

Essa homogeneidade, como apontou José Murilo de Carvalho¹³, deu-se pela socialização, treinamento e carreira na formação jurídica da Universidade de Coimbra e no aparelho de Estado – elites burocráticas, mesmo recrutadas de forma heterogênea, se tornavam homogênea por esses fatores. Assim, Manoel Guimarães afirma que “é a partir desta perspectiva que a leitura da história brasileira será encaminhada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”¹⁴.

O surgimento de diferentes formas institucionais, como o IHGB e o Arquivo Nacional, foi viabilizado por um novo projeto historiográfico que se apropriava da tradição e dos métodos de pesquisa erudita e os submetia às exigências de uma cultura histórica modificada que via o passado

[...] como a lenta e progressiva caminhada da História em direção à sua cientificação, evidentemente percebida como a forma mais organizada, racional e, portanto, verdadeira de acesso e conhecimento do passado.¹⁵

¹¹ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 10, 1988. Para a expressão “sociedade de corte” cf.: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹² Idem. Cf.: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, a.156, n. 388, p. 473-481, jul/set. 1995.

¹³ CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁴ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. Op. cit. p. 11.

¹⁵ Idem.

Assim, segundo Guimarães, a produção historiográfica do IHGB teria um duplo projeto: “dar conta de uma gênese da nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo”¹⁶, ou seja, a nação que o instituto desejava construir, deveria surgir como o desdobramento de uma civilização branca e europeia nos trópicos. Caberia ao instituto pensar a história do Brasil de acordo com as condições e possibilidades que regiam a escrita da história em um dado momento e, também, de acordo com o projeto civilizatório do Estado Imperial, tendo em vista a construção da nação brasileira e sua inserção no rol das nações civilizadas. José Honório Rodrigues dá uma excelente definição do lugar que os institutos históricos ocupam na construção da história nacional:

Na história intelectual do Brasil os Institutos Históricos representam uma ação cultural pioneira. Eles procuraram, a princípio, descobrir o sentido da tradição do passado na sociedade brasileira. Estudando com carinho as nossas raízes, evocando nossas lutas políticas e sociais, tentaram pôr em relevo antes as influências sensíveis ou desprezadas dos nossos feitos do que nossos defeitos.

Os Institutos Históricos inauguraram na História da história brasileira uma nova fase. Até então, a história havia sido ou um sermão de padres ou uma crônica eclesiástica de virtudes cristãs. Coube aos Institutos Históricos tornar civil e política a História do Brasil.

Há na história do desenvolvimento dessas associações de cultura histórica um fato a ser registrado. Se é verdade que os Institutos Históricos foram quase sempre o centro ideológico do patriotismo nascente, não é menos certo que se tornaram, mais tarde, uma ou outra vez, a sede intelectual do tradicionalismo, doença infantil dos que confundem transmissão de valores sociais que se herdaram culturalmente com exploração política desses valores.¹⁷

O projeto político-historiográfico do IHGB, tendo como parâmetros a nação, a nacionalidade e o sentimento patriótico, tentava homogeneizar, tanto territorialmente quanto culturalmente, a visão do Brasil. E para isto buscava-se coletar documentos referentes ao passado brasileiro, tanto nas províncias quanto no exterior (principalmente Portugal e Espanha)¹⁸; e, paralelamente, também buscava-se dar enfoque na produção de estudos históricos e na sua divulgação junto à população, através de periódicos, livros e até mesmo do ensino escolar, com a intenção de forjar um laço em comum entre as pessoas, um desejo de adesão, ou seja, um sentimento de pertencimento a uma nação.

¹⁶ Idem. p. 8.

¹⁷ RODRIGUES, José Honório. A historiografia pernambucana na revista do Instituto Arqueológico. In: Índice anotado. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Separata da *Revista*, vol. XLIV. Apud CRUZ, Antônio Holzmlister Oswaldo. *Organizando o Passado: a “Fundação Historiográfica” da Nacionalidade nos Manuais Didáticos de Joaquim Manuel de Macedo*. 2001. 57 f. Monografia – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 9.

Entretanto, nesses primeiros, a instituição não se limitou a organizar documentos, nem tampouco às atividades de escrita da história. O instituto cuidou de construir uma memória nacional, semelhante à que Pierre Nora definiu na obra *Les lieux de mémoire*¹⁹, através da coleta de documentos para a história da nação brasileira, como, por exemplo, biografias de brasileiros ilustres, informações gerais (naturais, geográficas, históricas e econômicas) sobre as províncias, informações sobre costumes indígenas e cópias de documentos e parte de notas pesquisadas em secretarias, arquivos, cartórios etc.²⁰.

É nestas circunstâncias que a *Casa da Memória Nacional*, para usar a expressão de Lúcia Guimarães²¹, recebeu como sócio efetivo Joaquim Manuel de Macedo. O escritor conseguiu mostrar a sua faceta de historiador com grande desenvoltura, tendo sido, em 1848, eleito segundo-secretário. Entre 1845 e 1848 não se tem muitas referências e registros sobre o romancista nas atas das sessões, porém, é certo que, depois de eleito para seu primeiro cargo, passou a participar assiduamente, tornando-se um dos sócios que mais trabalhou pelo instituto.

Neste mesmo ano de 1848, Macedo apresentou seu primeiro trabalho no instituto, o salmo *O Amor da Glória*, lido na presença do imperador D. Pedro II, pela ocasião da inauguração dos bustos dos sócios falecidos cônego Januário da Cunha Barbosa e José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo). No “hino bíblico” (como intitula o próprio Macedo), ele faz uma digressão do ser humano sobre a face terra, desde a criação e o amor a Deus, até o louvor à glória dos dois sócios do IHGB recém-falecidos e a D. Pedro II.

Um trecho revelador que aponta suas prioridades como homem e sua visão de moral, e que vai permear tanto a sua obra de escritor²² quanto a de historiador, está assim escrito: “O Amor da Glória é o desejo ardente de honrar à pátria, aos pais, à esposa, e o de legar um nome

¹⁸ “[...] um instituto histórico e geográfico nesta corte, que principalmente se ocupe em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias do Império tão difícil por falta de um tomo ou prontuário, de que possam aproveitar nossos escritores”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo I, p. 4, 1839.

¹⁹ Memória nacional, de acordo com Nora, seria “a constituição gigantesca e vertiginosa de estoque de material, de tudo que nos é impossível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar”. NORA, Pierre. “Entre histoire et mémoire”. In: ____ (org.). *Les lieux de mémoire: La république*. Paris: Gallimard, 1984. p. XXVI.

²⁰ Cf.: BARBOSA, Januário da Cunha. Lembranças do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo I, p. 128-130, 1839.

²¹ Op.cit.

²² Para esta questão conferir o trabalho: BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. “*As mulheres do Doutor Macedinho*”: *As representações do feminino na ficção de Joaquim Manuel de Macedo*. 2004. 77f. Monografia – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ilustre aos filhos, e de ser útil aos outros homens”²³. Apontando que um homem que se enquadra nestas linhas deve ser lembrado pela pátria e tido como exemplo para os demais, Macedo mostra uma das características da produção historiográfica de seu tempo e de sua instituição: a história como exemplo de vida, como “mestra da vida”.

E de ser por isso lembrado pela pátria, abençoado pelos pais, e amado pela esposa; e de servir sua memória de farol aos filhos, e de ser louvado pelos outros homens.

E esse amor é como um arbusto que se cultiva no presente, e que só floresce no futuro.

[...]

Porque a glória é um trono, cujo primeiro degrau é o sepulcro, e é também uma coroa, que serve só na frente do esqueleto.²⁴

Este salmo, muito mais do que suas prioridades como homem e sua visão de moral, indica uma diretriz do instituto que só seria confirmada de maneira mais direta no ano de 1849 com a fala do próprio imperador D. Pedro II – a preocupação com a memória do Segundo Reinado e de seu governante.

Com vinte e três anos, D. Pedro II ainda não era assíduo freqüentador das sessões do Instituto Histórico, apesar do instituto já se encontrar sob sua proteção. Além desse fato, o imperador já possuía uma relação muito estreita com a casa, diferente da relação protocolar que a realeza européia do século XIX costumava ter com as instituições que desfrutavam da sua proteção.

O quadro social do IHGB contava, então, com a presença de grandes nomes da política brasileira, uns que estavam prestando serviços à dinastia de Bragança desde o tempo de Dom João VI, outros que iniciaram a carreira política no período da Independência e um terceiro grupo formado por políticos que chegaram ao governo após a Abdicação, no período da Regência. Esse corpo de sócios orientou todas as atividades do instituto com a constante preocupação de construir uma história nacional brasileira. Com o intuito de dotar o país de uma memória sobre o passado comum, esse projeto político estava articulado ao da construção da nação brasileira, sendo marcado pela homogeneidade intelectual dos idealizadores e, também pela fidelidade ao imperador.

Assim, o fio condutor da construção da memória nacional era a idéia de continuidade: a Independência não significava ruptura, mas seria algo natural, como a emancipação de um

²³ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo IV, p. 280, 1848.

²⁴ *Idem*.

filho do pai, e, nesse sentido, o Estado monárquico brasileiro, fundado oficialmente em 1822, apresentava-se como legítimo herdeiro e sucessor do Império português – como um representante direto das tradições da Casa de Bragança. Paralelamente, esses mesmos intelectuais, idealizaram o futuro, valendo-se do registro dos fatos bem sucedidos do Segundo Reinado.

Em 1843, o cônego Januário da Cunha Barbosa acaba por traçar as marcas que acompanhariam o então adolescente-imperador durante toda a sua vida: “[...] Príncipe à mais remota posteridade, acompanhado dos gloriosos epítetos de Protetor da Letras, Ciências e Artes, Amigo e Pai de seus patrícios e súditos [...]”²⁵.

Parece que toda essa preocupação está presente no salmo escrito por Macedo em 1848. Por mais que a oração seja direcionada aos sócios falecidos já mencionados, o romancista, na qualidade de segundo-secretário da instituição, não poupa elogios ao jovem imperador, chamando-o, nos versos finais do salmo, de “mancebo predestinado”.

Após fazer um longo elogio aos dois sócios, Macedo faz uma digressão sob o estado lastimável que “as letras” encontravam-se antes do aparecimento do imperador D. Pedro II, apontando, principalmente, para o pouco incentivo que elas recebiam no Brasil. Então, Macedo diz

E o Senhor Deus viu as lágrimas do sábio, e mandou um anjo para consolar o homem justo em sua aflição.

[...]

E ele envia à terra de seu lenho um mancebo predestinado, que há de marcar uma época nova para ela.

E esse mancebo trará sobre seus ombros a púrpura dos reis, e terá nos olhos o fogo do céu.

[...]

Porque ele é o maior de todos os homens das terras de Colombo, e sua cabeça se eleva acima de todas as cabeças.

Porque o mancebo predestinado e diadema de estrelas foi mandado à terra da Santa Cruz pelo Senhor Deus.

[...]

E aqueles que amarem a virtude, a pátria e as letras, serão animados e defendidos contra a prepotência dos pequenos potentados que abusam.

E os sábios que morreram hão de ser coroados com folhas daquela árvore, cujo madeiro é cor de sangue, e deu o nome à terra do Senhor Deus.

[...]

E os vindouros louvarão a memória do mancebo predestinado.

E vós outros contemporâneos haveis de levantar as mãos para os céus, e clamar:

[...]

Bendito seja o Senhor Deus, que nos enviou o mancebo predestinado.

²⁵ BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo V, p. 6, 1843. (Suplemento).

Porque o mancebo predestinado tem a alma voltada para o Senhor Deus, e o coração amorosamente inclinado para seus súditos, como o heliotrópio que se volta para o sol, e ao mesmo tempo se inclina para terra.²⁶

Esse trecho do salmo aponta bem a preocupação da instituição, personificada na figura de Macedo, com a construção da memória acerca do imperador. Em primeiro lugar, numa atitude típica de sociedades que funcionam nos moldes do Antigo Regime, o escritor trabalha a pessoa do jovem governante como alguém indicado por Deus para reinar sobre a terra predestinada, ou seja, um indivíduo ungido por Deus para governar uma terra abençoada. Nesses termos, D. Pedro II aparece como um governante ilustrado – *protetor das letras* – que veio para iluminar o saber no Novo Mundo, mas não como um “déspota esclarecido”, já que o sistema monárquico brasileiro tinha os moldes de uma monarquia constitucional. Também se deve observar que havia a preocupação em não atrelar a imagem do imperador a um déspota – que de fato o imperador não foi –, visto que o Império brasileiro deveria ser um prolongamento nos trópicos da civilização européia.

Em segundo lugar, é possível perceber o papel singular que o Império brasileiro ocupa no Novo Mundo. O “mancebo predestinado”, de acordo com a imagem que se deseja forjar, “é o maior de todos os homens das terras de Colombo”. D. Pedro II não é só governante do Brasil, mas o governante que comandaria a América no caminho do progresso e da civilização.

Também se pode fazer uma leitura desse trecho calcada na oposição civilização *versus* barbárie, tendo em vista a situação mais estável vivida pelo Brasil. Diferente das repúblicas americanas, o Brasil vivia um momento de esperança e progresso, com as últimas rebeliões sendo sufocadas pelo poder central e com a cafeeira em processo de expansão. O Estado monárquico alcançava a estabilidade interna, centrado numa aliança em que, de um lado, estavam o imperador e a alta magistratura – nela incluídos os membros do IHGB –, e de outro, o grande comércio e a agricultura, baseada no tripé grande propriedade, escravos e café²⁷.

Já as repúblicas americanas estavam marcadas por confrontos políticos internos, pela ausência de unidade, pelo mau desenvolvimento econômico e, principalmente, no entender das elites dirigentes daquela época, pela falta de um representante direto da civilização européia: dessa maneira, como o progresso e a civilização poderiam alcançar esses países? A

²⁶ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo IV, p. 282-284, 1848.

²⁷ Para melhores esclarecimentos conferir: CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. Op. cit.

elite imperial via nesses países o exemplo de barbárie e desordem que não deveriam seguir, mesmo tendo em sua sociedade, como parte do projeto civilizatório, o cancro da escravidão.

Todavia, os intelectuais do IHGB acreditavam que o Estado Imperial, passados os anos de conflitos (fase da mocidade do país), estava entrando na sua fase adulta. A paz e a unidade estavam garantidas, os problemas das repúblicas vizinhas passavam longe do Império, então, esses intelectuais passaram a se preocupar com a construção de uma memória do presente e, principalmente, da imagem do soberano. Construiu-se, em torno do monarca, uma memória nacional, fazendo escolhas do que deveria ser “esquecido” e o que deveria ser lembrado; ou seja, qualquer fato que colocasse em risco o projeto político nacional deveria ser censurado e guardado em sigilo, para que somente os sucessos do Império fossem lembrados²⁸.

Através das relações dinásticas, a figura do imperador D. Pedro II assegurava uma idéia de continuidade entre o passado, o presente e uma nova época – “um mancebo predestinado, que há de marcar uma época nova”. Se por um lado, lembrava-se a origem tradicional, descendente de linhagem européia; por outro, destacava-se a sua condição de natural do Brasil – “Porque o mancebo predestinado e diadema de estrelas foi mandado à terra da Santa Cruz pelo Senhor Deus”.

Um outro fato a observar no texto de Macedo é o realce dado a uma peculiaridade comum tanto ao país, quanto ao soberano: a juventude. Um príncipe jovem num país jovem – que acabavam de entrar na fase adulta – representavam a perspectiva de um futuro brilhante para ambos; e o próprio Macedo confirmaria essa perspectiva em 1856, na qualidade de primeiro-secretário do Instituto Histórico.

Porque cada ano que passa deixa em legado ao futuro uma conquista da civilização, um triunfo do gênio, e uma glória mais para o reinado do sr. dom Pedro II, que é o príncipe predestinado pela divina providência para lançar os seguros fundamentos da imensa grandeza do império do Brasil.

[...]

Ele é o imperador que, empunhando as rédeas do governo na época de sua maioridade, fez começar para os seus súditos *uma era nova*, em que as revoltas se extinguiram com anistias, a confiança sucedeu aos receios, *as artes e as letras acharam um protetor*, e as ciências um amigo devotado, todos os Brasileiros um pai, e o progresso político, o progresso moral e o progresso material receberam um impulso forte e patriótico.

[...]

²⁸ Ver a proposta do sócio Francisco Freire Allemão para a criação da “arca do sigilo” na *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo IX, p. 567, 1848

*É o imperador, que apagou os ódios e as paixões que dividiam os Brasileiros em dois campos inimigos, e levantou a paz, a concórdia e a felicidade da nação sobre as ruínas da intolerância e do egoísmo.*²⁹

Ainda nesse relatório, Macedo ressalta que em seu reinado jamais “se levantou um patíbulo, nem pela espada da lei derramou uma gota de sangue para punir um crime político”, isto é, o imperador tratou seus súditos revoltosos como um pai, que repreende o filho desobediente e o abraça em seguida. Assim, a construção da memória sobre o jovem imperador – que já tinha aspecto de pai e que jamais utilizou qualquer tipo de violência para consolidar ou legitimar sua coroa – ressaltou a tolerância e o culto ao intelecto como suas maiores virtudes.

É interessante notar como imagens tão comuns ao século XX estavam sendo forjadas no século XIX. Falas como: o Brasil lidera a América Latina, o Brasil é um país jovem, o Brasil é o país do futuro ou o futuro reserva um papel de destaque à nação brasileira; estavam em processo de construção no século XIX. A idéia de que no futuro o Brasil ocuparia um lugar de destaque entre as nações civilizadas estava de acordo com o direcionamento teleológico que a escrita da história tinha naquela época. A certeza do papel reservado ao Brasil no futuro, levou aos membros do Instituto Histórico a projetarem no devir o momento de redenção da nação brasileira, no qual todos os problemas seriam resolvidos.

A questão da construção da memória do Segundo Reinado recebeu atenção desde o momento inicial da criação do IHGB. Os membros do instituto já cuidavam com bastante zelo do que viriam a ser as futuras lembranças do reinado de D. Pedro II, escrevendo-as paralelamente e de acordo com o processo de consolidação do Império.

O intuito de registrar os acontecimentos do presente fora manifestado em diversos momentos pelo secretário-perpétuo Januário da Cunha Barbosa, como, por exemplo, no relatório de 1841, quando deu notícias do andamento do projeto que tinha o objetivo de acompanhar “a marcha gloriosa” do governo de D. Pedro II e que, pondo em destaque seus atos, fizesse “chegar ao conhecimento da mais remota posteridade os memoráveis acontecimentos do Império de Santa Cruz”.³⁰ A proposta à qual Januário fazia referência era a criação das *Efemérides*, sessão da revista em que – o como o próprio nome indica – seriam registrados fatos do momento que deveriam ser preservados do esquecimento e guardados como memória do passado. E nas palavras do próprio secretário, esses testemunhos seriam

²⁹ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XIX, p. 121-122, 1856. Suplemento. Grifos meus.

³⁰ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo III, p. 537, 1841.

fontes para os futuros escritores da história brasileira – “Neste registro de fatos, muito dos quais fugiram de nossa lembrança no correr dos tempos, encontrarão os escritores da história do Brasil suficiente matéria sobre a qual possam trabalhar”³¹.

Outro fundador do instituto que demonstrava preocupação com as lembranças do Segundo Reinado foi o político José Clemente Pereira³². Após o Golpe da Maioridade, no qual o político teve participação ativa, sugeriu que o instituto desse especial atenção aos acontecimentos relevantes do Segundo Reinado, organizando um livro denominado *Crônica do Senhor D. Pedro II*³³.

Essas duas iniciativas tornaram-se uma só, fazendo com que as *Efemérides* ganhassem força e espaço na instituição³⁴, passando a ser de responsabilidade do sócio Diogo Soares da Silva Bivar. De março de 1839 a março de 1841, o objetivo inicial das *Efemérides* de Bivar foi o de registrar acontecimentos cotidianos da corte, inclusive os negócios públicos. Entretanto, o critério de seleção foi se alterando e passaram a prevalecer os episódios de caráter político que tratavam dos sucessos do governo imperial; e, em 1842, Bivar passou a denominar seus escritos de *Crônicas*, visto que, as narrativas sobre o dia-a-dia da corte fluminense tinham dado lugar aos relatos sobre as campanhas das tropas imperiais contra os rebeldes nas províncias de São Paulo e Minas Gerais.

Esses relatos sobre a bem sucedida campanha de Luís Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias, assinalavam muito mais do que a vitória do governo central sobre um movimento que pleiteava maior autonomia administrativa e política das províncias; eles apontavam para um projeto de centralização do Império brasileiro, do qual também faziam parte. O registro de feitos do governo imperial significava não só construir lembranças dos vencedores, mas também evitar a *corrosão do tempo* sobre fatos que elucidavam a “verdadeira” história do Segundo Reinado, construindo, dessa maneira, o que deveria ser a memória do reinado de D. Pedro II. Assim, esses relatos acabavam por fortalecer e legitimar o processo de centralização do Império.

No final da década de 1840, com o Império já em fase final do seu processo de consolidação, um outro sócio do IHGB assumiu a posição de cronista. O médico, poeta de renome e futuro diplomata e barão do Araguaia, Domingos José Gonçalves de Magalhães, na

³¹ Idem. p. 529.

³² José Clemente Pereira (1787-1854): formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi deputado geral três vezes e senador uma vez, além de ministro em diferentes pastas em diversas ocasiões e conselheiro de Estado. Integrante da geração da Independência, foi também sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

³³ Cf.: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo II, 1840.

³⁴ A leitura das *Efemérides* é parte importante das sessões do IHGB até hoje.

qualidade de secretário do barão de Caxias, foi responsável pelo registro dos sucessos políticos e militares das tropas imperiais durante as duas grandes rebeliões do Segundo Reinado: a Balaiada, no Maranhão; e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. Essa parceria entre o melhor comandante de tropas do Império e o melhor poeta brasileiro daquele momento não era obra do acaso: enquanto o militar abria caminho para a política centralizadora do Império através da espada e da benevolência, anistiando os rebeldes; o poeta, através da pena, tecia as lembranças daquelas campanhas bem sucedidas ³⁵.

Da mesma forma, Macedo não foge de toda essa preocupação em torno do registro das memórias do Segundo Reinado e de seu governante quando diz em trecho de seu salmo: “E os vindouros louvarão a memória do mancebo predestinado. E vós outros contemporâneos haveis de levantar as mãos para os céus.”; em que se pode perceber esse desejo de construir uma imagem ideal de um reinado que, antes mesmo de acabar, ou melhor, ainda no seu início, já quer tornar-se história.

Também no já citado relatório de 1856, Macedo deixa claro qual papel está reservado a D. Pedro II e que memória está se construindo sobre ele, quando escreve: “É o imperador, que além do trono majestoso em que se senta, tem ainda um trono de amor no coração de cada um dos seus súditos, e há de ter um trono na memória da posteridade agradecida.” ³⁶. Macedo não questiona ou coloca em dúvida o lugar do imperador na memória da posteridade, pelo contrário, o romancista afirma que o lugar estará garantido e delimita-o, numa posição de acordo com as preocupações do instituto.

Imerso nessas inquietações, D. Pedro II parecia muito preocupado com o dever. Durante a inauguração das novas instalações do IHGB, no terceiro andar do Paço Imperial, em 15 de dezembro de 1849, essa apreensão com a memória do seu reinado tornou-se pública e veio à tona. Com então 24 anos, o imperador, sempre protocolar em suas falas, dirigiu uma extensa e expressiva recomendação aos sócios do Instituto Histórico:

Sem dúvida, srs., que a vossa publicação trimensal tem prestado valiosos serviços, mostrado ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as

³⁵ O trabalho sobre a Balaiada – *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão entre 1838 e 1840* – foi publicado na Revista do IHGB e valeu a Gonçalves de Magalhães uma medalha de ouro, em 1847, do próprio instituto, já que fora julgado o melhor trabalho histórico daquele ano. Já o trabalho sobre a Guerra dos Farrapos não teve o mesmo sucesso e ficou arquivado na instituição para servir de consulta a historiadores que trabalhassem o tema no futuro. Para entender melhor toda a questão que envolve esses trabalhos conferir: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op.cit. p. 534-535.

³⁶ Op. cit.

aplicações da inteligência; *mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertence digna, realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e, concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização de nossa pátria.*³⁷

Entretanto, talvez Sua Majestade ainda não tivesse percebido que a recomendação era desnecessária, pois, desde o primeiro momento, os membros do instituto já vinham cuidando da memória do Segundo Reinado. É interessante, também, observar que D. Pedro II entende a difícil missão do instituto e exige empenho exclusivo dos sócios no “amor da ciência” e na tarefa de levar a civilização ao solo brasileiro, ou seja, na tarefa de construir a nação brasileira. Por outro lado, entende-se também que o imperador antevê o problema que o instituto enfrentaria, anos mais tarde, de falta de trabalhos elaborados pelos sócios, devido ao excesso de atividades que a maioria deles exerce na sociedade imperial. Os sócios ficavam ocupados com suas atividades principais, deixando as atividades do IHGB em segundo plano.

Esse pronunciamento não é apenas um marco na mudança de atitude do imperador D. Pedro II para com o instituto, mas um marco institucional, que será lembrado três anos mais tarde, no relatório do 1º Secretário interino Joaquim Manuel de Macedo, como o momento da “regeneração das letras” no Brasil.

Brilhou finalmente do dia 15 de Dezembro de 1849. Uma sala do próprio Paço Imperial convenientemente alfaiada é entregue ao Instituto para a celebração de suas sessões, e para sua biblioteca e arquivo; e mais ainda, sentado à mesa dos nossos trabalhos, tomando parte neles, animando-nos, encorajando-nos com o mais belo e singular exemplo, vemos o *inclito Monarca Americano*, S. M. Imperial o Senhor D. Pedro II!...

É uma nova era que começa para nós: é ... digamos em uma palavra, é a *regeneração das letras*.³⁸

O marco institucional das mudanças físicas e de atitude do imperador foi tão forte que os membros acabaram por mudar a data anual da sessão comemorativa, outrora 21 de outubro – data da fundação do instituto –, para o dia 15 de dezembro. Uma mudança simbólica que, ao mesmo tempo, significava uma mudança de atitude dos membros e uma *regeneração* física e intelectual do instituto. Um espaço novo, próximo do imperador, e um novo instituto para elaborar a história da jovem nação brasileira. Macedo, num acesso de ufanismo, recorda assim

³⁷ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XII, p. 552, 1849. Grifos meus.

³⁸ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XV, p. 502-503, 1852. Grifos meus. Entre os anos de 1847 e 1851, a sessão comemorativa de aniversário do IHGB, quando era lido o discurso do Presidente, o relatório do 1º

esse “glorioso” dia: “Oh!... por Deus e pela pátria, que nos não cegue o mais justo orgulho a ponto de não vermos toda grandeza, toda majestade desse acontecimento glorioso: o dia 15 de Dezembro de 1849 *não pertence só ao Instituto, pertence ao Brasil inteiro!*”³⁹. A história do instituto confunde-se com a do Brasil, tornando-se uma só, legitimando, assim, o papel do IHGB como espaço da produção historiográfica brasileira e como o detentor da verdadeira história do Brasil no século XIX.

O “inclito Monarca”, a partir de então, passou a ser um freqüentador assíduo do Instituto Histórico. Patrono da casa desde doze anos de idade, assumiu o “cargo” de mecenas em tempo integral a partir de 1849, quando transfere a associação para o interior do próprio Paço Imperial. Passou, junto com o instituto, a cuidar da construção do seu próprio perfil. Patrono ativo e participante, preocupava-se até mesmo com a quantidade de membros nas sessões; instituiu prêmios anuais de incentivo à produção intelectual; distribuía os “programas históricos”⁴⁰ entre os membros, marcando prazos para a realização das tarefas; participava dos debates, muitas vezes trazendo livros recém-publicados para a pauta de discussão; etc.

Parece que os sócios do instituto não ficavam acanhados com a participação do imperador, pelo contrário, tanto os políticos veteranos, quanto os jovens bacharéis esmeravam-se nas tarefas que lhes eram sugeridas. E D. Pedro II correspondia aos esforços dos membros do Instituto Histórico interessando-se por todos os assuntos tratados na casa. Paralelamente a essa participação, o monarca ofertava freqüentemente manuscritos raros, obras valiosas, como a Biblioteca Americana, que pertencera ao naturalista alemão Von Martius. Contribuía com doações financeiras, patrocinava pesquisas e, inclusive, ensaiou uma singela contribuição ao escrever o necrológio do Dr. Antônio Moraes e Silva⁴¹.

A relação Instituto Histórico e D. Pedro II teve como fruto a representação de um “rei filósofo”, amante das letras; de um homem simples, cujo ideal, dizia-se, era ser “mestre-escola”⁴². Nesse sentido, Macedo escreve em seu já citado relatório de 1852:

E quem é esse Messias de nova espécie, que no meio do positivismo do século marcha triunfante e escoltado de tantos idealistas?... Quem é esse homem notável, essa espécie de semi-deus, que se eleva tão alto, e despede de sua fonte olímpica a luz da civilização, e ilumina o escuro canto do sábio com o clarão de sua majestade, e o mostra aos outros homens nos bancos da glória?... Quem é esse Americano, que desce do solo augusto, e depõe todos os atributos da majestade para

Secretário e o discurso do Orador, não esteve aberta ao público. Assim, o ano de 1852 foi importante, pois a sessão tinha voltado a ser aberta ao público e o IHGB podia apresentar as suas novas instalações.

³⁹ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XV, p. 511, 1852. Grifos meus.

⁴⁰ Cf.: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op.cit. p. 568-569.

⁴¹ Cf.: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXIII, p. 495-496, 1860.

⁴² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op.cit. p. 546.

sentar-se no recinto da inteligência, irmanar todas as categorias civis, colocar-se no coração do filósofo, nos lábios do poeta heróico, e nas páginas do historiador, escurecendo a glória de muitos de seus antepassados, e conquistando uma nova, tão grande como o novo mundo que nascera?... Quem é esse novo filho do Céu que começa a colher todos os epítetos consagrados aos homens que fizeram as delícias da humanidade? **O Imperador**.⁴³

Nessa passagem estão resumidos todos os anseios com relação à construção da memória do imperador D. Pedro II. A imagem de “rei filósofo” é muito forte. Para Macedo, o imperador tinha conseguido colocar no mesmo patamar três categorias atualmente distintas, mas que, no século XIX, ainda estavam em processo de profissionalização: o filósofo, o poeta e o historiador. Também é interessante perceber que, ao colocar essas categorias no mesmo nível, sem distingui-las, Macedo faz alusão aos sábios da Antigüidade.

Uma outra questão relevante nesse trecho é por que Macedo diz que o imperador consegue “irmanar todas as categorias civis”? Macedo escreve esse relatório no início dos anos de 1850, ou seja, num momento muito próximo ainda do fim das últimas rebeliões do Império; logo, a referência é ao fato de o imperador ter pacificado o Império e, depois, ter anistiado os rebeldes, colocando-os no mesmo nível civil dos demais súditos membros da boa sociedade.

Com relação aos escravos, Macedo estava de acordo com a legislação vigente, pois, levou em consideração a condição de mercadoria daqueles indivíduos, segundo a qual, eles não poderiam estar incluídos em qualquer categoria civil. Mas a despeito da escravidão legalmente instituída, Macedo estava escrevendo para seus pares, membros da boa sociedade imperial. E, nesse sentido, o “semi-deus” D. Pedro II seria o responsável por guiar uma nova época das letras brasileiras e, mais, uma nova época no novo mundo: uma época de glória, progresso e civilização.

Novamente, no ano de 1855, a imagem do imperador é reforçada através de virtudes como humildade e magnanimidade. Macedo, em seu relatório, aponta para um imperador humilde e preocupado com seu povo, quando fala que o imperador ficou na cidade do Rio de Janeiro durante a primeira grande epidemia de Cólera. E mais, fala também da sua capacidade de ser um “rei filósofo”, que, num ato de estoicismo e dedicação, consegue visitar os doentes de Cólera nos hospitais e, em seguida, assistir uma sessão do IHGB, como “um sábio de Siracusa”.

Entretanto, o Imperador levou adiante a sua imensa dedicação: desceu do trono e entrou nesses piedosos asilos, onde se adivinhava a dor e o sofrimento na

⁴³ Op.cit. p. 512.

horível decomposição dos traços fisionômicos e nos pungentes gemidos arrancados do coração de míseros doentes; visitou os hospitais, e pôs-se em contato com os coléricos, renovando o feito de grande homem do século, que em Jafa tocara com suas mãos os corpos infectos dos empestados para extinguir assim o terror, que abatia um exército vitorioso, e ensinar-lhe a triunfar também da peste pelo fato de arrostá-la e não temê-la.

E depois de tão belos feitos, plácido e sereno, o Imperador vinha entregar-se aos estudos de história e da geografia pátria, calmo e tranqüilo, como o sábio de Siracusa, que resolvia problemas ao ruído sinistro das batalhas e ao fragor do assalto impetuoso de uma cidade.⁴⁴

Essa preocupação em elaborar discursos que enfatizassem as lembranças do Segundo Reinado estava inserida em outra maior: a construção do Estado nacional brasileiro. Logo, esse desejo de transformar o presente definitivamente em história fazia parte de uma tentativa de constituir a memória ideal do reinado de D. Pedro II, ou seja, aquela memória que deveria ficar para a posteridade.

A atitude de tornar o presente logo em história seria uma tentativa de pôr fim às disputas – muitas vezes disputas físicas – em torno da construção histórica de determinados acontecimentos do presente. No caso em questão, pôr fim às disputas sobre os méritos e os deméritos do reinado de D. Pedro II, idealizando uma memória.

Ainda com respeito ao processo de construção da memória sobre o Segundo Reinado, o Instituto Histórico vivia um verdadeiro dilema: se, por um lado, enxergava como sua a responsabilidade da construção desta memória, por outro, tinha certo receio de tomar essa tarefa para si.

A causa deste receio estava no bojo de duas questões delicadas: A primeira seria porque muitos dos personagens que faziam parte da então história contemporânea brasileira também constituíam parte do quadro de sócios do instituto; logo, seria delicado tocar em assuntos que pudessem gerar debates e reacender paixões. Muitos dos sócios tinham participado politicamente, e até mesmo com armas em punho, de momentos difíceis da constituição do Império brasileiro, como, por exemplo, as guerras de independência e o conflituoso período das Regências. Corria-se o risco de reabrir antigas fissuras ou gerar outras novas, que pudessem colocar em xeque o processo de construção do Estado nacional brasileiro.

⁴⁴ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XVIII, p. 9, 1855. Suplemento. Ver também o discurso de Araújo Porto-Alegre, como orador do instituto em 1855, quando diz que: “[...] O Imperador num dia visitava todos os desgraçados acometidos da peste, no outro vinha sentar-se nos bancos do Instituto e nivelar-se como cidadão [...] Príncipe que estuda e abre conferência, discute o passado e prepara o futuro, compra livros aos sábios [...]”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XVIII, p. 553, 1855.

Relacionada diretamente à primeira questão, a segunda apresenta-se mais ligada à tarefa do historiador: como tratar da história contemporânea e, ao mesmo tempo, conseguir manter-se imparcial? Questão complicada e que até hoje ainda afeta o trabalho do historiador, alguns daqueles sócios do IHGB já apontavam na sua direção, quando debatiam sobre a imparcialidade de determinado texto ou proposta que visasse tratar da história brasileira daquele momento.

Na direção dessas duas questões, é possível entender a preocupação do instituto em selecionar os manuscritos e os trabalhos históricos entre os que poderiam ser publicados na revista e os que deveriam ser arquivados na “arca do sigilo” do instituto – para usar o termo da proposta de 1848, do sócio Freire Alemão – e também sua inquietação com relação à construção das lembranças do reinado de D. Pedro II: O que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido? Como construir essas lembranças? Diante desse dilema, propostas sobre a forma como deveria ser feita essa construção da lembrança obtiveram parecer contrário da Comissão de História do grêmio. Por exemplo, em 1863, o sócio Felizardo Pinheiro de Campos apresentou uma proposta sobre a elaboração de um livro pelo instituto cujo título seria *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. D. Pedro II*, que recebeu parecer contrário da Comissão de História, então formada por Joaquim Manuel de Macedo e Joaquim Norberto de Sousa e Silva⁴⁵.

Não se pode disputar a quem quer que seja a um homem ou a uma sociedade, o direito de escrever sobre fatos da história contemporânea do seu país; é porém certo que, usando desse direito, o escritor é sempre um juiz mais ou menos suspeito, e portanto incompetente para desempenhar cabalmente a empresa difícil que se arroja.

Sujeito às impressões veementes da atualidade, às paixões ao espírito de partido, à simpatias e antipatias, e, em uma palavra, sendo ator no drama de que procura dar conta, aquele que escreve sobre a história contemporânea do seu país escreve sempre um pouco a sua própria história, preside ao processo das idéias que tem sustentado e das idéias que tem combatido; e por consequência aparece aos olhos da posteridade como parte interessada com pretensões de ser juiz.

A proposta do nosso digno consócio oferece esta grave inconveniência.

[...]

À vista destas considerações, a comissão de história é de parecer que a proposta do Sr. Dr. Felizardo Pinheiro de Campos seja arquivada.⁴⁶

Macedo e Norberto estavam realmente preocupados que a possível parcialidade do escritor do livro proposto afetasse não só a verdadeira história dos acontecimentos com opiniões e pontos de vista inconvenientes, como também o processo de construção da nação

⁴⁵ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXVI, p. 854-859, 1863.

⁴⁶ *Idem.* p. 854-855. Grifos meus.

brasileira, tendo em vista que uma história escrita de maneira parcial poderia acirrar novamente os ânimos, acalmados num passado ainda muito próximo.

Era um dilema entre um passado que deveria tornar-se história e um presente ainda ligado àquele passado. A proximidade entre os dois criava uma tensão. Se por um lado os membros do IHGB estavam atentos e preparados para censurar a parcialidade do escritor, por outro eles estavam também comprometidos com o projeto político de construção do Estado-nação brasileiro. Neste sentido, deve-se observar o jogo de aproximação e afastamento na tentativa de buscar a imparcialidade e, ao mesmo tempo, estar comprometido com o projeto político de nação. Como reconstruir um evento com a maior fidelidade possível, tendo em vista que essa reconstrução deveria fortalecer a questão nacional?

Para os membros do IHGB, o discurso historiográfico produzido no instituto deveria estar a serviço da construção do Estado nacional brasileiro, ou seja, havia escolhas sobre o que deveria ser produzido e publicado e o que deveria ficar arquivado para o “tribunal da posteridade” avaliar. E mais, à margem da questão da imparcialidade, muitas vezes havia uma apropriação rápida de determinado evento para torná-lo história e evitar possíveis conflitos. Todavia, essa apropriação não tinha somente esta finalidade, mas também o fortalecimento e a legitimação do processo de construção do Estado nacional brasileiro.

Os sócios do Instituto Histórico estavam agindo de acordo com o regime que caracterizava a produção historiográfica no século XIX. Naquela cultura historiográfica, construir a verdadeira história dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, ser imparcial, significava acreditar no discurso do documento, ou seja, no que nele estava relatado sobre tais acontecimentos.

Entretanto, voltando ao ano de 1851...

2.2 – O 1º SECRETÁRIO JOAQUIM MANUEL DE MACEDO

Mas não se suponha que os *Relatórios* de Macedo eram simples notícias dos sucessos ocorridos nos anos sociais. Longe disso, valem por verdadeiras páginas de História e de Bibliografia.⁴⁷

Em seu discurso proferido por ocasião do centenário de nascimento de Joaquim Manuel de Macedo, Max Fleiuss⁴⁸ é o primeiro a ressaltar o valor historiográfico dos relatórios de Macedo. A partir dessa perspectiva, o objetivo aqui proposto é analisar os seis relatórios como uma produção de memória, de acordo com a cultura histórica oitocentista.

Numa espécie de continuidade das mudanças⁴⁹ ocorridas entre aos anos de 1849 e 1850, no ano de 1851 são redigidos os Novos Estatutos do Instituto Histórico⁵⁰. Além das sessões de história e geografia, criou-se uma terceira, voltada para os estudos de arqueologia, etnografia e línguas indígenas. Houve também um aumento dos grupos de trabalhos permanentes, com a criação dos comitês subsidiários nas áreas de história e geografia. Foram instituídas as comissões de revisão de manuscritos e de pesquisa de documentos, que assumiram a responsabilidade sobre as atividades de investigação de fontes. Ademais, também foi instituído um comitê específico para tratar das admissões de novos sócios.

A alteração mais significativa seria a mudança dos critérios de ingresso na casa. A partir desses novos estatutos, tanto os candidatos para o quadro efetivo, quanto os que desejavam o quadro de correspondentes, além de pagar as luvas, deveriam comprovar alguma produção intelectual na área. Também teriam que doar uma obra de valor à Biblioteca ou um presente importante para o museu. Entretanto, essa alteração, que deveria retirar os políticos profissionais de cena e, em seu lugar, colocar os novos intelectuais, não surtiu muito efeito. Segundo Lúcia Guimarães:

Os Novos Estatutos ampliaram as linhas de pesquisa, mudaram os critérios de entrada, privilegiando as virtudes do intelecto. Mas, estrategicamente, não ampliaram o número de vagas na categoria dos sócios efetivos. Ou seja, daqueles que detinham o poder decisório na “Casa”. O quadro efetivo permaneceu limitado

⁴⁷ FLEIUSS, Max. Macedo no Instituto Histórico, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 141, t. 87, p. 438, 1920.

⁴⁸ Max Fleiuss deve ter conhecido Macedo pessoalmente, pois, o escritor era amigo de seu pai, Henrique Fleiuss, editor do famoso periódico *Semana Ilustrada*.

⁴⁹ Durante esse período, o IHGB transferiu suas instalações para o terceiro andar do Paço Imperial. Além disso, houve uma mudança simbólica que refletiu numa maior participação dos seus membros – a presença mais assídua do imperador nas sessões do instituto.

⁵⁰ IHGB, *Novos Estatutos do IHGB*. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1851.

em 50 integrantes, ficando a abertura de vagas condicionada ao falecimento de algum membro titular.⁵¹

Portanto, tendo em vista o envolvimento com o projeto político do Império e com o próprio imperador, esse grupo de sócios efetivos mantinha a renovação do quadro social sob controle. Ela se processaria a partir do falecimento de sócios e sob o olhar atencioso do imperador, ou seja, lenta e gradualmente.

Assim, entre os anos de 1848 e 1851, além de sua presença constante nas sessões do instituto, Joaquim Manuel de Macedo participava com pareceres relativos a algumas obras e à admissão de novos sócios. E, no ano de 1851, de acordo com os Novos Estatutos, Macedo – por ser membro efetivo – pôde ser eleito para secretário suplente e para membro da Comissão de Trabalhos Históricos (227ª sessão, em 23 de maio de 1851).

No ano seguinte, o “memorista-historiador” começou a deixar a sua marca na história do instituto, quando ocupou interinamente o cargo de 1º Secretário, durante a ausência de seu efetivo, Francisco Adolfo de Varnhagen. Neste quadro, Macedo assumiu o cargo já na vigência dos Novos Estatutos, que, para sua função, definiam o seguinte:

Art. 17. O 1º Secretário tem a seu cargo o depósito do arquivo, biblioteca, e museu do instituto, para cujo arranjo proporá à Mesa um indivíduo, que cure dessa repartição, e faça a escrituração necessária [...]

Art. 18. Na falta do Presidente, providenciará o primeiro Secretário em todos os negócios urgentes do Instituto, e nos da administração econômica [...]

Art. 30. Na sessão de 15 de dezembro, à qual devem concorrer todos os Membros, sob a direção do Presidente, pronunciará este um discurso de abertura, findo o qual o 1º Secretário lerá o relatório, em que exponha os trabalhos do instituto durante o ano social [...]⁵²

Era realmente uma tarefa árdua e de grande responsabilidade, já que envolvia, além de toda a organização do instituto, a leitura do relatório anual de atividades⁵³ durante a sessão magna, na presença do imperador. Entretanto, diferente do que o Artigo 18 evidencia, parece que o 1º Secretário tinha muito mais poder de atuação do que se supunha.

Para Lúcia Guimarães, o 1º Secretário funcionava como uma espécie de instância superior, acima até mesmo do Presidente. Este, apesar do que está escrito nos Novos

⁵¹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. cit. p. 487. Segundo os Novos Estatutos, somente os sócios efetivos e honorários brasileiros poderiam ser eleitos para fazer parte da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes de trabalho. Cf.: IHGB, *Novos Estatutos do IHGB*. Op. cit. p. 4-5.

⁵² IHGB, *Novos Estatutos do IHGB*. Op. cit. p. 6-9.

⁵³ Que continha, em anexo, o quadro de obras, mapas e manuscritos que tinham sido doados ao IHGB no ano referente ao relatório.

Estatutos, teria uma função mais protocolar, ou seja, na prática, quem organizava e desenvolvia os trabalhos do instituto era o 1º Secretário. Assim, Lúcia Guimarães diz que:

Na hierarquia do IHGB, existiria ainda, uma instância superior [...]. O todopoderoso primeiro-secretário, investido de funções semelhantes às de um editor-chefe. Ele não emitia pareceres, não tomava partido, nem se expunha publicamente nos debates. Mas sua autoridade de aprovação ou de veto era inquestionável.⁵⁴

Esse quadro também se confirma quando Macedo assume a primeira-secretaria da instituição. Macedo não foi tão atuante como os cônegos Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, mas trabalhou arduamente nos cinco anos que ficou à frente do cargo. Este fato é observado em seu último relatório, de 1856, quando pede para ser substituído, pois, não estava conseguindo dar conta da tarefa⁵⁵.

Todavia, no ano de 1852, Macedo lia seu primeiro relatório durante a sessão magna iniciando com a seguinte fala: “A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi um grande acontecimento nacional: pela importância de sua missão ele se prende por um elo ao primeiro dia do nosso passado [...]”⁵⁶. Atento às preocupações do instituto, o escritor deixa logo transparecer a principal questão da agremiação naquele momento: a missão de escrever uma história genuinamente brasileira.

Essa história seria caracterizada por uma história nacional, que alinhasse o Império brasileiro às nações civilizadas da Europa, o diferenciando do caos da época colonial e da “barbárie” republicana que o cercava.

Macedo também escreve sobre o papel do 1º Secretário e o do Orador, construindo uma oposição entre vida e morte.

Nesta reunião grandiosa e solene duas vozes se devem fazer ouvir em nome do próprio Instituto, que por órgão do seu orador e do seu secretário vem falar ao túmulo, e à vida, ao passado e à atualidade. São duas palavras pronunciadas em cumprimento de dois deveres. Uma delas é a palavra melancólica e grave, que inspirada pela gratidão recorda as virtudes e os serviços prestados por aqueles de nossos consócios, que já cumpriram a sua missão na terra, e foram enfim descansar no leito dos finados: essa pertence à religião dos túmulos [...]. A outra é a palavra da vida e da atualidade: o primeiro secretário a diz dando conta dos trabalhos do Instituto, relatando o que ele já tem conseguido, e o que ainda premedita fazer. Em uma a recordação das virtudes e dos serviços dos mortos, e as flores espargidas

⁵⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. cit. p. 571.

⁵⁵ *Revista do IHGB*, op. cit., p. 120-121. Levando em consideração a vida atribulada de Macedo, com o acúmulo de diversas atividades, é possível perceber como estava sendo complicado para o escritor dar conta da função de 1º Secretário.

⁵⁶ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XV, p. 480, 1852.

sobre suas campas despertam no espírito dos filhos a nobre e frutuosa ambição de imitar os belos feitos de seus pais; em outra o quadro das obras dos vivos vem demonstrar, que a atualidade amontoa novas riquezas sobre os tesouros deixados pelo passado, e prepara abundante pecúlio para legar à posteridade.⁵⁷

Macedo ainda não sabia que percorreria a “vida” (como 1º Secretário) e a “morte” (anos depois, como Orador) dentro do Instituto Histórico, entretanto, deixa claro quando fala que a atualidade deve preparar a memória daqueles ilustres varões para ser o legado deles para a posteridade; que esse legado deve servir de exemplo para os vindouros.

Em 1853, Macedo deixou a interinidade e foi eleito 1º Secretário, cargo que ocupou até 1856. Efetivado no cargo, intensificou sua presença na instituição que, pelas palavras do próprio Macedo no relatório de 1853, tinha uma “importante e brilhante” missão a cumprir:

[...] cabe-lhe a glória de preparar os elementos da história dum povo que ainda não tem quatro séculos de existência, que apenas há seis lustros escreveu o nome da pátria na lista das nações do mundo, e que já com os olhos em um futuro não muito afastado, contempla a posição grandiosa que deve subir, e donde se fará objeto de assombro da humanidade.

Não nos ilude o patriotismo, não; o futuro é nosso: o velho mundo tem de ceder o cetro da majestade ao novo: a filha de Colombo levantar-se-á acima da Ásia, que dorme no leito da antiga Babilônia; da África, que ainda se não levantou do meio das cinzas de Cartago; da Europa, que já uma vez viu a sua grandeza ir afogar-se no Bósforo, e que de novo alentada toca hoje o meio dia da sua prosperidade para depois ir caindo no ocidente da decadência.

A história de todas as nações é assim; cada uma tem a sua vez: há de em breve chegar também a nossa.⁵⁸

Nesta fala de Macedo aparece uma das aspirações do instituto: inserir o Brasil no rol das nações civilizadas. Todavia, o desejo vai além, o Brasil não só ocuparia um lugar na civilização ocidental, mas estaria preparado para assumir uma posição de primazia entre essas nações. E, bem de acordo com a visão teleológica presente na cultura histórica oitocentista, o futuro do Brasil seria “objeto de assombro da humanidade”, pois, com a decadência do velho mundo – incluindo aqui partes da Ásia e da África – teria chegado a vez do Brasil prosperar e, como um “gigante adormecido”, acordar. Entretanto, restava ao “país do futuro” apenas esperar por um ansioso devir.

Com este caráter, Macedo tratou nos relatórios de diversos assuntos, com destaque para a presença constante dos que envolvia o nome de Gonçalves Dias, para a preocupação

⁵⁷ Idem. p. 483.

⁵⁸ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XVI, p. 597-598, 1853.

com a construção da “história futura” e para a doação feita pelo imperador Dom Pedro II da biblioteca de Von Martius.

Com relação à presença de Gonçalves Dias, pode-se dizer que a mais marcante está no relatório de 1854, no qual Macedo deu conhecimento da viagem do famoso escritor à Europa. No velho mundo, Dias deveria copiar nos arquivos portugueses documentos referentes à história do Brasil “que elucidem para todo o sempre a primeira página da história de nossa pátria”⁵⁹. Ação que estava de acordo com os estatutos do IHGB⁶⁰, que definiam, como uma das diretrizes de vital importância para o desenvolvimento dos trabalhos históricos, a coleta e a publicação de documentos de interesse para a história do Brasil.

O segundo assunto a ser tratado diz respeito à preocupação com a “história futura”. No relatório de 1854, ao comentar o trabalho do sócio Sebastião Ferreira Soares sobre a Farroupilha, Macedo relata o episódio em que o governo imperial anistiou os revoltosos. Entretanto, este relato parece refletir as inquietações e tensões do Instituto Histórico com a escrita da história naquele momento.

[...] a clemência imperial derramando o bálsamo generoso da anistia sobre aqueles de seus súditos, que em uma hora de fatal desvario se haviam arrojado nos desvios da ilegalidade, e da rebelião curou as feridas da pátria, e transformou os súditos dissidentes em fortes colunas do trono: esses acontecimentos, portanto estão politicamente esquecidos; mas a história menos clemente do que a coroa imperial no futuro os registrará em suas páginas; cumpre, pois ir recolhendo todos os documentos, e todos os trabalhos impressos ou manuscritos, que sobre o assunto se encontrem.⁶¹

Em primeiro lugar, é possível observar que Macedo, como não poderia ser diferente, é completamente favorável ao governo imperial. Porém, essa parcialidade é marcada por um desejo de apaziguar as tensões, integrando aqueles súditos revoltosos, e também por um esquecimento, quando sentencia que aqueles fatos estão politicamente esquecidos⁶².

Esta fala estava de acordo com o momento de construção da nação que o Império vivia. Em nenhum momento a fala questiona o processo de integração que o país passava,

⁵⁹ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XVII, p. 42, 1854. Principalmente documentos que tratassem do período do descobrimento do Brasil. Macedo relata um interessante debate sobre este fato histórico envolvendo Gonçalves Dias e Joaquim Norberto, em que o primeiro acreditava que o Brasil fora descoberto por acaso, enquanto o segundo acreditava que Cabral teve indícios para descobrir essa região.

⁶⁰ Cf.: *Revista do IHGB*, tomo I, 1839 e *IHGB, Novos Estatutos do IHGB*. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1851.

⁶¹ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XVII, p. 35, 1854.

⁶² Essa questão está melhor trabalhada no terceiro capítulo.

com a tentativa de forjar uma unidade nacional sob a proteção e a benevolência do imperador Pedro II. E, dentro desse quadro, também está a construção de uma história nacional comum, ou seja, a tentativa de dar um passado comum a todos brasileiros, adequado às pretensões da monarquia, visando dar uma base sólida ao processo de construção da nação.

Em segundo lugar, mesmo que na fala de Macedo a tarefa de análise da Farroupilha fique para a posteridade, ele deixa explícito a determinação do instituto em recolher “todos os documentos, e todos os trabalhos impressos ou manuscritos, que sobre o assunto se encontrem”.

A história do Brasil ainda não está consolidada e, segundo Lúcia Guimarães⁶³, o processo de entesouramento de documentos sobre a história brasileira ainda estava em curso. Tendo em vista que em 1854 a obra de Varnhagen só tinha a parte inicial publicada, ainda não havia um livro de história do Brasil que englobasse todas essas nuances, e a coleta de documentos ainda era uma prioridade para o instituto. Entretanto, no intuito de obter uma pretensa imparcialidade, Macedo deixa claro que cabe à posteridade, à “história futura”, a análise desses documentos recolhidos e, até aquele momento, impossíveis de serem publicados. Assim, segundo o próprio Macedo, “a história menos clemente do que a coroa imperial no futuro os registrará em suas páginas”.

Já sobre o terceiro – a doação da biblioteca de Von Martius – Macedo escreve assim:

O nosso augusto protetor comprou e ofereceu ao instituto a rica biblioteca americana do dr. Martius, constante de cerca de oitocentos volumes de obras relativas ao mundo de Colombo, escritos em vários idiomas, e entre as quais sobressaem muitas raríssimas, de merecimento incontestável, e que hoje mesmo na Europa dificilmente seriam encontradas.⁶⁴

Este trecho confirma a preocupação de Macedo, exposta no relatório anteriormente citado de 1852, sobre “A conveniência das bibliografias para facilitar o estudo de todos os conhecimentos humanos, e tornar menos difíceis e espinhosas as consultas e indagações literárias [...]”⁶⁵. Isto estava no bojo da questão levantada no próprio Instituto Histórico, na sessão de 16 de fevereiro de 1850, sobre a constituição de comissão para organizar uma

⁶³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889), *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a.156, n. 388, p. 459-613, jul/set. 1995.

⁶⁴ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XIX, p. 104, 1856. Suplemento.

⁶⁵ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XV, p. 505, 1852.

“Bibliografia Brasílica”, contendo autores nacionais e estrangeiros, que tivessem escrito sobre “coisas” do Brasil.

No relatório de 1856, logo no início, também se destaca o seguinte parágrafo:

Escrever ou também preparar a história de um povo é como pensa com razão Courcelle Seneuil⁶⁶, exercer uma verdadeira magistratura política, e o instituto histórico e geográfico do Brasil, coligindo e registrando os acontecimentos do passado e da atualidade, entesourando elementos para os livros do futuro, pode dizer-se o preparador de um processo grandioso, no qual serão juízes os historiadores da posteridade.⁶⁷

Nesta passagem, Macedo deixa claro como pensa as condições de possibilidade do regime historiográfico de seu momento. A historiografia brasileira estava em seu momento fundador, como aponta Manoel Guimarães⁶⁸, e Macedo participa desse momento (assim como participara, em 1844, do momento fundador do romance), pensando a construção historiográfica como “uma verdadeira magistratura política”, em que o instituto, como um sábio governo, coligiria e registraria documentos e acontecimentos, respectivamente, “entesourando” elementos para futuras pesquisas. Neste sentido, como foi apontado anteriormente, o IHGB comandaria o processo histórico brasileiro na direção de um futuro grandioso, inserindo a nova nação brasileira na história universal das civilizações. Termo que, segundo Stephen Bann, compreende “a busca da luz em lugar da escuridão, do leve em lugar do pesado, do alto em vez do baixo e do que é teleologicamente dirigido em lugar do que ocorre ao acaso”⁶⁹.

A comparação estabelecida por Macedo entre história e política, também é um tema abordado por Bann. Este, ao analisar a relação entre a história e a medicina, consegue apreciar o relacionamento da história profissionalizada com o poder político, no momento em que tanto a ambas as disciplinas eram regulamentadas.

⁶⁶ Jean Gustave Courcelle-Seneuil (1813-1892). Liberal francês que se destacou na política e na economia como defensor do livre-cambismo, da redução dos impostos aduaneiros, da política bancária etc. No momento em que Macedo escreve o relatório, Courcelle-Seneuil tinha sido contratado pelo governo chileno para lecionar economia política na Universidade do Chile e ocupar um posto no Ministério da Fazenda, onde é considerado o mais influente economista liberal do século XIX.

⁶⁷ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XIX, p. 91, 1856. Suplemento.

⁶⁸ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. Op. cit.

⁶⁹ BANN, Stephen. *As Invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994. (Biblioteca básica). p. 48.

A história pode ser vista como uma seguidora dos passos da medicina, mas somente na mesma medida em que a medicina oferece um modelo administrativo para a classe política, o político profissional, no Estado moderno.⁷⁰

Com os campos profissionais ainda não definidos, a história e a política eram atividades dos “homens de letras” – geralmente formados em medicina, engenharia, direito ou teologia –, que circulavam também como jornalistas, escritores, professores (como era o caso de Macedo), entre outras profissões, que também tentavam delimitar seus campos de profissionalização.

Entretanto, num momento como este, em que a definição do campo profissional do historiador ainda estava confusa, é possível encontrar Macedo, no ano de 1856, tecendo elogios, principalmente ao aspecto histórico, à obra do poeta Gonçalves de Magalhães, *Confederação dos Tamoios* – em que, para o 1º Secretário, narrativa e história estavam em profunda harmonia.

Parando por um instante para contemplar este monumento da literatura pátria, não vamos lançar-nos em um campo que se abra fora dos limites que se impôs o instituto histórico e geográfico do Brasil. Antes de qualquer outra consideração, cumpre dizer que ninguém poderia separar a história, a geografia e a etnografia brasileira do poema do nosso consócio o sr. dr. Magalhães.

E além disso, como esquecer as letras e as artes de uma nação quando se estuda a sua história?... Quem estudará a Itália do século XVI sem parar surpreendido ante os quadros de Buonarroti e Raphael?... Quem contemplará Portugal em sua agonia ainda nesse mesmo século sem estudar o canto sublime de Luiz de Camões?... Quem verá Augusto sem que lhe apareça Virgílio? Quem verá Cromwell sem ver Milton?... Aquele que escrevendo a história de uma nação, olvidasse os seus poetas e os seus artistas, esquecesse a pintura, que fala aos olhos, a música, que fala ao ouvido, a poesia, que fala à alma, tornaria essa nação em um mundo sem luz, mostrá-la-ia submergida em trevas eternas.⁷¹

Mesmo que inicialmente, com certo receio, Macedo explicasse porque tal obra é relevante para o instituto, ele deixou explícita a importância histórica da obra, quando em seguida disse que “um poeta é muitas vezes historiador, e alguns até foram legisladores”⁷², referindo-se ao poeta e estadista francês Alphonse de Lamartine⁷³. Naquele momento da

⁷⁰ Idem. p. 31.

⁷¹ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XIX, p. 100, 1856. Suplemento.

⁷² Idem. p. 101.

⁷³ Alphonse Marie Louis de Prat de Lamartine (1790-1869): poeta, escritor, historiador e homem de Estado francês. Como escritor romântico foi um dos ícones de sua geração, com livros como *Méditations poétiques* (1820), *Voyage en Orient* (1835), *Jocelyn* (1836) entre outras. Como historiador publicou *L'Histoire de la révolution de 1848* (1849), *Histoire des Girondins* (1847), *Histoire de la Restauration* (1851), *Histoire des Constituants* (1853), *Histoire de la Turquie* (1853-1854), *Histoire de la Russie* (1855) entre outras. Como sócio honorário do IHGB, teve seu necrológio escrito em 1869 por Macedo.

cultura historiográfica, ainda parecia ser possível escrever poesia e história ao mesmo tempo, com a mesma narrativa.

Parece que essa tensão da profissionalização do campo ainda não era muito sentida pelos intelectuais brasileiros da época, pois, seis anos antes desse relatório, o próprio Macedo dá parecer contrário à admissão da poetisa Beatriz Francisca de Assis Brandão como sócia honorária do IHGB⁷⁴ e defende que o governo deve incentivar a criação de uma espécie de instituto específico para reunir somente romancistas e poetas brasileiros. Entretanto, Macedo parece não perceber que o corpo social do próprio Instituto Histórico é formado por diversos escritores e artistas e que ele mesmo só entrou para o instituto por ser um romancista renomado.

Assim, de maneira geral, conclui-se que os relatórios estão de acordo com o regime historiográfico dos oitocentos, inseridos em um pensamento linear, cronológico, progressivo, teleológico e civilizatório, antevendo uma redenção pelos historiadores da posteridade.

⁷⁴ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XIII, 1850. Na 220ª Sessão, em 25/10/1850, foi submetida ao parecer da comissão formada por Joaquim Manuel de Macedo e Antônio Gonçalves Dias a proposta de admissão da poetisa Beatriz Francisca de Assis Brandão como membro honorário do IHGB (para dar incentivo às nossas patricias e romper com os preconceitos de nossa velha educação). A resposta foi dada na 224ª Sessão, em 5/12/1850, com a aprovação do parecer contrário à proposta de admissão da poetisa, elaborado por Macedo – apesar de seus elogios ao sexo feminino.

2.3 – O ORADOR JOAQUIM MANUEL DE MACEDO

Na sessão magna de 1856, Joaquim Manuel de Macedo é eleito 3º Vice-Presidente e Orador; cargo este que ocupou até 1881, quando se afastou devido à doença que, no ano seguinte o levaria à morte. Nessas vinte⁷⁵ orações, que primam pelo estilo, estudou rigorosamente as figuras dos sócios que em cada um daqueles anos tinham falecido, fazendo uma recuperação da trajetória pessoal e institucional do sócio. Segundo Max Fleiuss, essas orações fúnebres “são biografias interessantíssimas e formam documentos indispensáveis a quem pretenda ocupar-se de qualquer dos varões que as mereceram”⁷⁶; e quase todas foram publicadas no livro *Ano Biográfico Brasileiro*.

As orações fúnebres têm uma longa tradição que remonta as da Antigüidade clássica. Entretanto, enquanto as do período clássico tratavam o indivíduo como representação da polis, exaltando suas virtudes físicas, as orações do século XIX exaltavam as virtudes do indivíduo como exemplo para os demais. Um pouco diferente dessas orações fúnebres clássicas, as construídas por Macedo são narrativas biográficas que tratam de indivíduos, mas que, ao mesmo tempo, possuem um caráter de louvor coletivo, exaltando a instituição.

Assim, de acordo com Nicole Loreaux⁷⁷, a oração fúnebre é uma instituição; ela é palavra-memória daquela associação. Ela exalta a imortalidade da glória cívica, fazendo com que o morto renasça na eternidade da memória dos vivos. Com uma função educadora, a oração é marcada pelo caráter de lição de moral cívica destinada aos vivos e, desse modo, a eficácia do discurso se dá com a impressão na memória dos vivos de uma determinada representação da instituição.

A oração fúnebre é o discurso oficial da instituição com os outros, com os que estão de fora dela; é um discurso homogêneo, no qual aparece a maneira que a instituição enxergava determinado sócio. Os oradores dirigem seu discurso para a posteridade, construindo um monumento que não é algo físico, mas sim um marco na memória dos homens. Logo, a morte é um coroamento e não uma perda total.

As orações de Macedo eram estruturadas, inicialmente, em uma espécie de introdução, na qual o orador indicava que entraria no mundo dos mortos e, em seguida, passava para a narrativa das trajetórias de vida dos sócios falecidos naquele ano. Segundo os artigos 22 e 30,

⁷⁵ Macedo não proferiu orações nos anos de 1870, 1872, 1876, 1880 e 1881.

⁷⁶ FLEIUSS, Max. Macedo no Instituto Histórico, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 141, t. 87, p. 436, 1920.

⁷⁷ LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. São Paulo: Editora 34, 1994. (Coleção Trans).

dos Novos Estatutos do Instituto Histórico, o então recém-empossado Orador Joaquim Manuel de Macedo ficaria encarregado de:

Art. 22. [...] falar ou responder pela sociedade em todas as ocasiões, tanto festivas como fúnebres, exceto quando o Presidente o fizer, porque tem preferência tanto na Assembléia Geral, como na deputação do Instituto. Pertence-lhe igualmente fazer o elogio histórico dos falecidos durante o ano social, e assim também o discurso fúnebre sobre a sua sepultura [...].

Art. 30. Na sessão de 15 de dezembro, à qual devem concorrer todos os Membros, sob a direção do Presidente [...] o orador recitará o elogio dos Membros falecidos, indicando seus serviços mais transcendentales em favor da sociedade, e fará menção honrosa dos autores de quaisquer obras históricas ou geográficas que, no decurso do mesmo ano, forem oferecidas ao Instituto.⁷⁸

Segundo estes artigos, ao Orador caberiam outras funções além da elaboração dos elogios fúnebres. Conforme as pesquisas desenvolvidas, entretanto, percebeu-se que Macedo não cumpriu a última determinação do artigo 30 e, em todos os seus discursos nas Sessões Magna do instituto, não fez “menção honrosa” alguma a autores que, no decorrer daquele ano, tinham oferecido obras históricas ou geográficas ao instituto. É interessante porque esta parte parece que não caberia ao Orador e sim ao 1º Secretário. Se houve erro na redação dos Novos Estatutos ou se era uma opção de Macedo não foi possível saber, mas o fato era que, na prática, quem fazia essa “menção honrosa” era o 1º Secretário.

Essa mudança de função dentro do instituto foi benéfica para Macedo. A partir de então, Macedo passou a ter a responsabilidade de representar a prestigiosa instituição na ausência do Presidente – fato quase corrente em diversas cerimônias da sociedade imperial –, como, por exemplo, nas freqüentes cerimônias, realizadas no Paço Imperial, de cumprimento ao imperador Pedro II, por ocasião de alguma data festiva da família imperial ou do Brasil. Assim, Macedo perpassa diferentes espaços de sociabilidade, passando a ver e ser visto pela corte e aumentando a sua rede de relações inter-pessoais.

Durante estes vinte e cinco anos como Orador, Macedo biografou nomes de destaque como, por exemplo, Frei Francisco de Mont’Alverne, Alexander Von Humboldt, Marechal Pedro de Alcântara Bellegarde, Gonçalves Dias, marquês de Abrantes (Miguel Calmon Du Pin de Almeida), Eusébio de Queiroz, Von Martius, Alphonse de Lamartine, Agassiz, Francisco Adolfo de Varnhagen, entre outros⁷⁹. Assim, buscaram-se alguns exemplos de biografias para serem analisadas e comentadas segundo os objetivos do trabalho e, também, de acordo com alguns importantes critérios expostos abaixo.

⁷⁸ IHGB, *Novos Estatutos do IHGB*. Op. cit. p. 7 e 9.

Selecionaram-se um total de cinco biografias para serem analisadas os seguintes critérios: um exemplo de eclesiástico que sintetiza todos os temas que tornam esse grupo parte do panteão nacional; um exemplo de sábio; um exemplo de erudição – que também era amigo de Macedo; um intelectual que consegue conjugar a tríade: escritor, estadista e historiador; e o maior historiador do Império brasileiro.

Conhecido por ser um exímio orador, Frei Francisco de Mont'Alverne protagoniza um dia memorável para a sociedade imperial, quando aparece no púlpito da Igreja de São Pedro de Alcântara, em 19 de outubro de 1854, e profere aquele que foi seu último discurso. Este dia foi assim descrito por Macedo, na sua oração de 15 de dezembro de 1858:

[...] depois de mais de vinte anos de maravilhosos sucessos na tribuna sagrada e no magistério, o ilustre Monte Alverne é ainda em vida encerrado na sepultura da cegueira. Dezoito anos jazeu recolhido no claustro, retirado no silêncio e animando sua vida com resignação. Morrera-lhe toda a esperança da luz dos olhos; nunca porém se amorteceu em seu coração a luz da fé.

Daí desse retiro veio arrancá-lo em um dia feliz a voz animadora do Imperador. Ninguém poderá ter esquecido o dia solene de S. Pedro de Alcântara de 1854.

[...]

O ilustre franciscano apareceu no púlpito; a luz que faltava em seus olhos, iluminava com esplendor quase divino sua fronte larga e vasta, que denunciava a imensidade de sua inteligência; suas mãos trêmulas tateavam o púlpito ... dir-se-ia que procurava os antigos louros nesse lugar colhidos ... depois seu vulto agigantou-se ... seu rosto pareceu iluminado de celeste flama ... sua boca se abriu e a eloquência transbordou em torrentes impetuosas. Era Milton⁸⁰ escrevendo a última página de seu imortal poema; era Homero repetindo o derradeiro canto da *Ilíada*.

No dia de São Pedro de Alcântara Monte Alverne deixou ouvir o seu canto de cisne.⁸¹

Nesse belíssimo e emocionado trecho, Macedo eleva o franciscano aos louros da imortalidade, exaltando a capacidade oratória e colocando-o no mesmo lugar ocupado nas páginas da história por John Milton e Homero. Macedo, nesse trecho, também mostra toda a sua capacidade descritiva, ao narrar precisamente esse momento sublime vivido por aquela sociedade. Essa capacidade narrativo-descritiva, presente em toda a sua obra, é uma de suas características mais fortes e condiz com o que se compreendia, no século XIX, como um dos ofícios do historiador. Essa escrita narrativo-descritiva estava presente no modo como se

⁷⁹ Para todos os nomes biografados conferir: FLEIUSS, Max. Macedo no Instituto Histórico, *Revista do IHGB*, op. cit. p. 436-440.

⁸⁰ John Milton (1608-1674): poeta, político e teólogo inglês partidário do humanismo. Autor do famoso poema *Paraíso Perdido*.

⁸¹ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXI, p. 562-563, 1858.

entendia que deveria ser construído o texto histórico na cultura histórica oitocentista; em outras palavras, a narrativa histórica do século XIX estava muito próxima da escrita literária⁸².

Na oração de 1859, Macedo tece o elogio fúnebre ao ilustre naturalista alemão Alexander Von Humboldt (barão de Humboldt). Macedo constrói, de maneira muito interessante e de leitura agradável, a trajetória da vida de Humboldt paralela à trajetória da de Napoleão Bonaparte (ambos nasceram no mesmo ano), tentando dar, assim, a dimensão de como ambos entraram para “as páginas da história”.

Presidiu ao seu nascimento a estrela dos conquistadores. A natureza, em um destes esforços que não se repetem muitas vezes no correr dos séculos, produziu em um mesmo ano dois gênios, que deviam encher o mundo com a fama de seus assombrosos triunfos.

Em 1769 Napoleão Bonaparte nascera a 15 de Agosto em Ajaccio, e um mês depois, a 11 de Setembro, nascia Alexandre Humboldt em Berlim.

Dois gigantes que tinham de realizar empresas imensas; dois conquistadores homéricos que deviam marchar por caminhos opostos, e imortalizar-se por vitórias admiráveis, mas de natureza diversas. Qual deles o maior?... qual dos dois o mais potente? A sua força e o seu gênio estão nas obras que deixaram e nas proezas que obraram.⁸³

Nesse trecho há duas considerações a serem observadas quanto ao pensamento historiográfico do oitocentos. Primeiro, Macedo enfoca o caráter de predestinação da história, quando fala que, antes mesmo de Humboldt e Napoleão seguirem seus caminhos, a “estrela dos conquistadores” presidiu o nascimento dos dois. A história, nessa circunstância, já estava traçada para os dois personagens, não haveria como mudar, ou melhor, como impedir que eles brilhassem; eles estavam preparados para os grandes feitos desde o momento do nascimento.

Segundo, Macedo aborda a questão do legado deixado pelos dois “gigantes”. Essa questão é fundamental quando se tem em vista que o grande legado a ser deixado por um homem é a sua obra; esta representa a sua força e sua capacidade intelectual. A questão está ligada também à memória e à perpetuidade dos feitos de um homem – essas serão mais bem tratadas no capítulo seguinte. Entretanto, Macedo ressalta os distintos caminhos seguidos pelas duas personalidades, apontando uma vantagem para Humboldt, por ter utilizado sua genialidade para estudos científicos e de melhoramento do conhecimento humano – principalmente do continente americano. Daí compreende-se quando Macedo fala que “Humboldt foi um segundo Colombo para o novo mundo; e sua inteligência, mais vasta que a

⁸² BANN, Stephen. *As Invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. Op. cit. p. 51-86.

⁸³ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXII, p. 733, 1859.

do primeiro [Napoleão], patenteou toda a magnificência da natureza americana [...] foi o sol que nos mostrou a toda luz aos olhos do velho mundo”⁸⁴.

Nesse elogio fúnebre, Macedo exalta também o caráter civilizador dos estudos de Humboldt ao escrever que “[...] Humboldt vitoriava[*sic*] o mundo, a humanidade, a natureza [...] o mundo inteiro venerou e abençoou o sábio; por ele foi um abundante foco de ciência, e os raios de sua luz chegaram em toda parte”⁸⁵. Nesse sentido, o orador trabalha a oposição entre civilização e barbárie ao tratar, respectivamente, das vitórias conquistadas no campo da ciência – Humboldt – e no de batalha – Napoleão. Assim, Macedo encaminha o final do seu necrológio dizendo que “a agonia do sábio encheu de amargura, e o seu passamento cobriu de luto todos *os povos civilizados*.”⁸⁶ e encerra a oração com uma reverência à sabedoria e à inteligência do sábio ao terminar a oração com a seguinte frase: “Depois de ter contemplado o túmulo de Humboldt, não nos é lícito passar além”⁸⁷.

Na oração do ano de 1864, não poupa elogios ao falecido amigo Antônio Gonçalves Dias, dizendo que “[...] não tinha somente um talento maravilhoso, possuía também uma vasta erudição: as línguas latina, italiana, espanhola, francesa, inglesa e alemã, lhe eram tão familiares como as respectivas literaturas [...]”⁸⁸. Esse enfoque na erudição de Gonçalves Dias não é por acaso, visto que, para fazer parte do quadro de membros do tipo de instituição que era o IHGB – uma instituição nos moldes das academias iluministas do século XVIII –, exigia-se um grande conhecimento universal, ou seja, Uma “vasta erudição”. A cultura histórica oitocentista permitia “um conhecimento combinando [...] o prazer estético e a *démarche* racional exigida pelos cânones da cultura iluminista”⁸⁹. Assim, através do trabalho de pesquisa, o passado pode ser racionalmente apropriado.

Em 1862, publicou seu único livro em que discutiu questões sobre a história do Brasil. *Dúvidas sobre alguns pontos da história da pátria* foi publicado na Revista do IHGB, no primeiro semestre⁹⁰, trazendo uma discussão sobre a invasão e guerra holandesa em Pernambuco, no século XVII. No trabalho, Macedo desejava *esclarecer* três dúvidas sobre essa invasão: 1º a acusação indevida a Mathias de Albuquerque; 2º o excesso de glória de

⁸⁴ Idem. p. 737.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem. p. 739. Grifos meus.

⁸⁷ Idem. p. 740.

⁸⁸ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXVII, 1864. p. 437.

⁸⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e escrita da História. *Humanas*. Porto Alegre, vol. 23, n. 1/2, p. 123, 2000.

⁹⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Dúvidas sobre alguns pontos da história pátria*. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXV, p. 3-30, 1862.

João Fernandes Vieira na defesa do forte de São Jorge; 3º a deserção de Calabar. Apesar de esquecer completamente de tratar da terceira dúvida, Macedo teve o seu trabalho bem embasado e bem documentando, fazendo uso de documentos manuscritos e cronistas da época. Na tentativa de buscar a imparcialidade, o escritor enfocou o caráter da erudição, presente na cultura histórica oitocentista, para distinguir em dois grupos os autores que usou: panegiristas e historiadores. Assim, Macedo poderia tecer uma análise criticando a parcialidade dos textos panegiristas, tendo em vista a confiabilidade na verdade dos documentos manuscritos e os métodos historiográficos do século XIX.

Entretanto, o que parecia ser o eixo central do texto de Macedo era a busca, na expulsão dos holandeses no século XVII, dos primeiros indícios de uma nacionalidade e de um sentimento patriótico por parte dos “brasileiros”, pois, foi a participação das três raças brasileiras (português, negro e índio) que possibilitou a expulsão dos “invasores”. E era a junção dessas três culturas que futuramente deveria possibilitar a inserção do Brasil no mundo civilizado.

Em fevereiro de 1869, morreu Alphonse de Lamartine. Escritor, poeta, historiador e político-estadista francês, Lamartine foi membro de diversas instituições culturais no mundo e, entre elas, constava também o título de membro do IHGB, onde sua morte foi lamentada e sua vida elogiada por Macedo. Esse elogio fúnebre é muito sentido pela geração de Macedo, pois, Lamartine era um dos últimos ícones da geração romântica⁹¹ e era muito admirado e citado – inclusive por Macedo – pelos românticos brasileiros.

Outro fator de comoção foi a morte lenta e triste de Lamartine, que morreu senil e esquecido do público – fato que parece ajudar mais ainda a compor a aura do escritor romântico. Macedo assim falou sobre esse momento:

[...] Lamartine no retiro e pouco a pouco no silêncio, na indiferença da senilidade; nessa agonia longa e sem dor em que o homem vai morrendo, como o edifício arruinado que aos pedaços foi meteoro que passou ...sua fama, seu renome foi vanglória...não há mais Lamartine... há sombra apenas [...].⁹²

Mal sabia Macedo que, dez anos mais tarde, o mesmo futuro inglório estaria lhe aguardando. Porém, existe um outro ponto na oração que interessa ao trabalho desenvolvido e trata sobre o campo disciplinar da história, quando Macedo diz que “a posteridade, que em

⁹¹ Atualmente, sua morte é considerada um marco simbólico pelos especialistas em literatura, como o suspiro final do romantismo.

⁹² *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXXII, p. 344, 1869.

1869 começou para Lamartine, recebe-o cingindo com três diademas, o de poeta, o de estadista e orador, e o de historiador”⁹³. Lamartine é um exemplo de indivíduo que conjuga a tríade muito comum para a época de escritor, estadista e historiador. Esses três elementos inter-relacionavam-se constantemente no século XIX, visto que, o campo da disciplina história ainda estava em formação; não havia ainda profissionalização e nem um campo específico para o historiador. De acordo com Stephen Bann⁹⁴, nesse momento, a história estava passando por um processo de profissionalização e os campos disciplinares ainda estavam muito entrelaçados, o que torna possível, ainda, mesclar a escrita literária com a escrita histórica. Assim, levando em consideração que existiam poucas disciplinas profissionalizadas – advocacia, medicina, teologia e engenharia –, havia literatos construindo história como quem escreve um romance ou poema; ou um político tratando da história com quem trata política.

Entre os anos de 1858 e 1874, Macedo também ocupou o cargo de 2º Vice-Presidente, tendo sido eleito, em 1875, 1º Vice-Presidente. Essa função possibilitou-lhe ocupar interinamente a presidência em diversas sessões entre 1876 e 1878, inclusive a da Sessão Magna de 21 de dezembro 1876, na qual proferiu seu discurso na presença da Princesa-Regente Isabel e do conde D’Eu. Neste, deixou uma memorável descrição do Paço Imperial, realizando um minucioso resumo dos fatos históricos ocorridos ali até o ano de 1876 – ano em que leu o discurso. Cabe, então, destacar alguns trechos interessantes:

[...] Este palácio tem voz, voz que fala precisamente ao Instituto Histórico, a voz da história de mais de cem anos, que em sua passagem foram deixando lembranças memoráveis que os ecos vindos do passado repetem [...]

É a última lembrança da memória que se fecha. Em 1839 o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, de poucos meses fundado, teve aqui seu berço da águia nas majestosas alturas da hospedagem imperial.

Essa distinção insigne, que faz deste palácio alcançar da história pátria, mais de 30 vezes renovada, hoje, como sempre, munificente se repete, pondo em disputa de primazia o orgulho e a gratidão do Instituto.⁹⁵

As lembranças deixadas pela passagem dos anos não podem ser esquecidas e por isso são “salvas do esquecimento” e relatadas no discurso. Ademais, através do IHGB, também inserido nessas lembranças, é que a “voz da história” do palácio pode alcançar a da história da pátria, visto que, com a presença do instituto, as histórias do passado ecoam e se repetem.

⁹³ Idem. p. 339.

⁹⁴ BANN, Stephen. *Romanticism and the rise of history*. New York: Twayne Publishers, 1995.

⁹⁵ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXXIX, p. 465-467, 1876.

De volta ao cargo de Orador em 1878, Macedo descreveu a profissão de historiador ao falar do finado sócio Francisco Adolfo de Varnhagen.

[...] Varnhagen fizera do santo ócio do maior número dos diplomatas do Império labor santo dedicado às investigações históricas da pátria. Engolfara-se nas bibliotecas, empoeirara-se nos arquivos, compulsara centenas de livros, achara tesouros e fontes de luz em obras raras, descobrira em arcas antigas manuscritos e documentos importantíssimos, empregara longos anos em profundos estudos, e na acumulação de pecúlio imenso de conhecimentos, e finalmente em 1854 e 1857 deu ao prelo a sua *História Geral do Brasil* diadema literário e científico que cingiu dignamente sua frente de historiador.⁹⁶

Pode-se perceber que o trabalho do historiador pouco mudou; entretanto, a valorização do “santo” ócio dos diplomatas revela-se pela presença de alguns nomes desta carreira entre os membros do IHGB, por exemplo, Gonçalves Dias, Araújo Porto-Alegre e Pedro Carvalho de Moraes. Assim, o “pecúlio” acumulado por Varnhagen é o seu conhecimento; este rendeu dividendos que foram o “diadema científico e literário” *História Geral do Brasil*.

Macedo finaliza a biografia dizendo que: “[...] Varnhagen foi o escrupuloso iluminador da história do Brasil”⁹⁷. Bastante peculiar, a frase é reveladora do caráter do biografado e até mesmo da instituição, quando usa o verbo *iluminar*. É impossível não deixar de perceber que, no último quarto do século XIX, ainda se construía no Brasil uma história nos moldes iluministas, valorizando a tradição. Assim, a principal contribuição de Varnhagen foi *trazer à luz* a história do Brasil dentro de uma instituição que tinha como missão *esclarecer* tal história.

Foi, ainda, membro da Comissão Subsidiária de Trabalhos Históricos, de 1858 até 1860, e da Comissão de Trabalhos Históricos, de 1861 até 1873. Escreveu também diversos pareceres sobre livros e admissão de novos sócios.

Em abril 1882, o Instituto Histórico e o Brasil perdiam Joaquim Manuel de Macedo. Afastado das atividades sociais e profissionais há quase dois anos, sofrendo a ação da tristeza devido a uma dívida e a doença “de origem mental”, Macedo, segundo o discurso proferido na sessão de nove de junho de 1882 pelo sócio e amigo Joaquim Norberto de Sousa e Silva, só sabia dizer: “Já sou demais nesta terra! Devo morrer!...”.

⁹⁶ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XLI, p. 486, 1878.

⁹⁷ *Idem*. p. 489.

Assim, na Sessão Magna de 15 de dezembro, Macedo, que tinha biografado tantos personagens ilustres, agora tinha também a sua vez, na voz eloqüente do Orador recém-empossado Franklin Távora. Este lhe fez o seguinte necrológio:

Ilustres consócios, desde o conde de Molé até Humboldt, desde Rodrigo da Fonseca Magalhães até Alexandre Herculano, desde Monte Alverne até Firmino da Fonseca foram biografados com exatidão e crítica histórica. Algumas das biografias tornaram-se notáveis pela eloqüência e pela mágoa. As nossas letras e a nossa História, e várias vezes, as letras e a História estrangeiras, refletem-se nos seus discursos, que pertencem ao número das melhores páginas da Revista.⁹⁸

Joaquim Manuel de Macedo, enfim, deixou a cadeira de Orador do IHGB para entrar nas páginas da revista, ou seja, nas “páginas da história” do Brasil.

⁹⁸ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XLV, p. 517, 1882.

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERDA

“Salvo o respeito devido à sua atual condição de rica, bela e ufanosa dama, *tomo com a minha autoridade de memorista-historiador*, e exponho ao público a Rua do Ouvidor [...]”.¹

Em 1878, já nos últimos anos de sua vida, Joaquim Manuel de Macedo estava no ostracismo. Esquecido pelo público e criticado pela, então, nova geração de escritores, ligados às escolas Realista e Naturalista, o romancista era associado ao velho fazer literário, a uma literatura oficial, e visto como um representante da decadência do Império brasileiro. Com a perda de prestígio, Macedo encontrava refúgio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde a sua autoridade como intelectual ainda era respeitada.

No Instituto Histórico, Macedo ainda era um membro ativo – no ano de 1878, Macedo presidiu várias sessões – e preocupado com a memória do Império brasileiro, em especial da corte. Esse ano foi o ápice de sua carreira nessa casa e foi nele que Macedo atingiu maturidade suficiente para ter a segurança de intitular-se “memorista-historiador”. Assim, se por um lado o escritor Joaquim Manuel de Macedo estava caindo no esquecimento do público, o historiador estava em seu auge de reconhecimento por seus pares.

A tensão entre memória e esquecimento que acompanhou a vida de Macedo, também permeou toda a sua obra sob a ótica da questão da perda. Nesse sentido, chega-se ao objetivo principal do capítulo que é observar na obra de Macedo o tema da perda. Questão que atravessa a sua obra em diversos níveis, desde a tese de medicina sobre a nostalgia até o último livro sobre as memórias da Rua do Ouvidor, a dialética memória e esquecimento sempre está acompanhada da nostalgia. Assim, na tentativa de diagnosticar e realizar o trabalho do luto pela perda de algo – ora da pátria, ora da amada, ora do próprio passado – Macedo procurava salvar do esquecimento eventos passados e pessoas exemplares, cuja lembrança estava desaparecendo, através da história, das pequenas lições de moral, das explicações das tradições e costumes e, principalmente, através das biografias.

Na obra de Macedo existem três idéias de perda que levam à produção e à vivência da idéia de luto: a perda da pátria, geradora da nostalgia; a perda da amada, geradora da melancolia; e a perda do passado, geradora da história. A primeira é sentida pelo indivíduo que está longe da pátria e que se encontra impossibilitado de voltar. A segunda idéia é sentida pelo indivíduo que ama e está distante do seu objeto amado – ou vive um amor impossível de

¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Editora UNB, 1988. p. 7. Grifos meus.

realizar-se. A terceira é percebida pelo intelectual que trabalha com a história, visto que, esta é construída levando em consideração as lacunas e as ausências do tempo impossíveis de se recuperar. Essas idéias são trabalhadas no capítulo tendo em vista o trabalho realizado por Macedo com relação ao luto gerado por essas perdas.

Para atingir tal objetivo, são usados três tipos de documentação produzida por Macedo: sua tese de medicina, seus romances (incluindo as crônicas) e sua produção de memória no Instituto Histórico. A primeira reflete o conhecimento médico daquele momento sobre a nostalgia e, também, como Macedo entendia o saber médico sobre o tema, em outras palavras, quais as diretrizes em relação ao saber médico do século XIX seguidas pelo, então, Doutor Macedo. Já no segundo grupo documental, o trabalho inicial foi a seleção de duas obras – tendo em vista a grande quantidade – que fossem relevantes não só para o tema, como também para sua carreira de escritor; num segundo momento, foi feita uma análise das obras selecionadas de acordo com o objetivo do capítulo. No grupo documental que engloba sua produção no Instituto Histórico é necessário indicar que todos os documentos utilizados são trechos das revistas do Instituto entre os anos de 1852 e 1882 e que se dividem em relatórios anuais e orações fúnebres.

3.1 – O MÉDICO

E o que é que não tem podido fazer, que esforço humano há aí que não seja capaz de tentar o desterrado para rever a doce terra de seu berço?... O terno objeto de suas saudades?...

Joaquim Manuel de Macedo, *Considerações sobre a Nostalgia*.²

No dia 11 de dezembro de 1844, Joaquim Manuel de Macedo sustenta com êxito a tese intitulada *Considerações sobre a nostalgia*, obtendo o grau de doutor pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Aparentemente respeitando o desejo do pai³, a quem dedica a tese, Macedo parecia estar animado para iniciar uma carreira promissora, como se vê no seu discurso de orador da turma, entretanto, clinicou muito pouco e acabou dedicando a sua vida principalmente às letras.

O discurso recitado pelo escritor, em 20 de dezembro de 1844, é pequeno e traça um diálogo entre passado presente e futuro. Entrecortado com elogios ao imperador Pedro II e seu reinado, o discurso apresenta-o como "monarca de uma nação livre, que ama e protege as letras, é o representante das belas idéias do século, e, ainda mais, era a necessidade palpitante de nosso país". Nesse ponto, Macedo parece antecipar-se à sua produção de memória no IHGB, pois, o discurso pode ser compreendido como uma fala inserida no processo de construção da memória do imperador e de seu reinado. Com apenas 19 anos, o monarca já era associado a um sábio que teria condições de conduzir a nação brasileira rumo ao progresso e à civilização. E mais, a figura do imperador era vista como um pai.

Assim como as nações, os homens contam também dias memoráveis, que marcam épocas importantes no calendário de sua vida: doravante vinte e dois filhos dessa família imensa, de que V.M.I. é o extremoso pai, terão seu dia de belas recordações neste, que hoje vai correndo, em que se passa para eles um ato, que, em si mesmo já solene e grandioso, se tornará lisonjeiramente indelével pela lembrança, de que mereceu ser honrado com a presença de V.M.I.⁴

A presença do "extremoso pai" construía na lembrança daqueles formandos – muitos dos quais mais velhos do que o próprio imperador – a memória daquele dia importante,

² MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a Nostalgia*. São Paulo: Unicamp, 2004. p. 42.

³ Macedo, em sua tese, escreve assim a dedicatória ao pai: “[...] Eu toco enfim o termo de minha carreira escolar, acabo de obter o honroso título que me desejáveis [...]”. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a Nostalgia*. Op. cit. p. 11.

⁴ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Discurso que na augusta presença de S. M. Imperial, na ocasião de tomar o Grau de Doutor em Medicina, recitou em nome de todos os doutorandos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no dia 20 de dezembro de 1844*. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de F. Paula Brito, 1844.

daquela mudança de posição na sociedade para "uma classe respeitável e modesta". Macedo refere-se ao passado para apontar essa mudança de posição, lembrando que poderia

[...] aparecer por vezes um traço melancólico em nossos semblantes, e romper algum suspiro de nossos peitos; não são eles um insulto à nossa boa fortuna; filhas são ambos da saudade do passado [...] porque se não deixa sem saudades essa vida descuidosa de moço, na qual, como já disse alguém, por se não ter sofrido tempestades no presente, não se compreende o que seja uma borrasca no porvir.⁵

Macedo falava sobre uma melancolia que, se por outro lado, remetia à tristeza e à saudade, por outro, exaltava o término de uma fase da vida daqueles jovens e, também, a mudança efetiva pela qual eles passariam. A partir de então, não caberiam mais as brincadeiras e as irresponsabilidades "de moço", mas, antes, deveriam atuar na sociedade de acordo com a formação que receberam, com a responsabilidade da profissão de médico.

Com relação ao futuro, Macedo o saúda de maneira esperançosa, pois, era o momento em que deveriam colocar em prática aquilo que tinham aprendido na faculdade. Era o momento de devolver à sociedade, em forma de trabalho, todo o investimento que fora feito neles – a turma de Macedo foi uma das primeiras a serem formadas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Nós desejamos mostrar bem depressa a nossos mestres, que as lições, que recebemos, não foram soltas e perdidas [...] que antes ficaram impressas em nossas almas, como essas recordações do tempo da infância, que duram sempre, e que se ruminam ainda na cabeça do ancião... lá no invernar da consciência.⁶

É interessante o tom nostálgico da comparação que Macedo faz entre os conhecimentos médicos obtidos na faculdade e as lembranças "impressas" durante a infância, aproximando-se, assim, do objeto de sua tese de medicina. Nesse sentido, as memórias da infância e as "memórias" da mocidade estariam para sempre salvas do esquecimento e seriam essas lembranças que, associadas à distância da pátria, poderiam desenvolver a nostalgia no indivíduo.

Assim, em *Considerações sobre a nostalgia*, segundo Galante de Sousa⁷, também já se pode observar a tendência romântica do jovem médico, sendo assim, mais romanesca que

⁵ Idem.

⁶ Idem. p. 2.

⁷ SOUSA, J. Galante de. *Machado de Assis e outros ensaios*. Brasília: Livraria Cátedra Ed.; Rio de Janeiro: MEC/INL, p. 133, 1979.

científica. Porém, esta última afirmação de Galante de Sousa não parece estar de acordo com a construção do conhecimento médico sobre a nostalgia no século XIX.

A única obra médica de Macedo, publicada no mesmo ano de lançamento de seu primeiro romance, segue o padrão das teses sobre temas de psicologia e psiquiatria produzidas na área da medicina entre os anos de 1830 e 1840⁸. A tese, voltada para um público limitado de professores e colegas médicos, versa sobre um tema bastante recorrente ao longo do século XIX entre os escritores românticos e médicos: a saudade da pátria. Tema antigo, relatado desde a Antigüidade em livros como *Tristia*, de Ovídio, passou por uma releitura no século XIX através do Romantismo, movimento cultural que tem como um dos seus pilares a construção de uma idéia de pátria e nação que colabora para a consolidação dos Estados nacionais. No movimento romântico, os sentimentos tomam o lugar da razão como instrumento de análise do mundo e a vida passa a ser encarada por um ângulo pessoal, em que sobressai o desejo de liberdade. Essa ânsia por liberdade, que nasce no escritor, alcança também o nível social, ao mesmo tempo em que valoriza a pátria e os elementos que a representam, surgindo daí um forte nacionalismo.

Com esse sentimento de nacionalidade, o impacto das guerras napoleônicas (inclusive da Revolução Francesa), a quebra da tradição, a ruptura, a reconfiguração da sociedade e de seus valores traz a experiência do exílio, da perda da casa, como elemento de vital importância para a compreensão do Romantismo. Assim, o tema da saudade da pátria ganha especial força e, nesse sentido, o trabalho de Macedo destaca-se, segundo Myriam Bahia Lopes e Ronald Polito⁹, por ser seu trabalho um dos primeiros testemunhos da construção das idéias de saudade e nostalgia no Brasil, e observá-las em seu caráter patológico, diferente dos escritores românticos.

A tese de Macedo apresenta também um caráter moderno, a começar pelo uso da palavra *nostalgia* no título. Composta do antepositivo grego “nóstos” (retorno, regresso) e do pospositivo também grego “-algia” (dor, mal), a palavra *nostalgia*¹⁰ foi formulada pela primeira vez pelo anatomista suíço Jean-Jacques Harder (1656-1711) e só chegou à língua portuguesa em 1836 – oito anos antes de Macedo publicar a tese –, com o verbete publicado

⁸ O primeiro trabalho a ser defendido na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre a nostalgia era, coincidentemente, algo muito próximo da tese de Macedo. Defendido em 1836 por Manuel Inácio de Figueiredo Jaime, o trabalho intitulava-se *Considerações sobre as paixões, e afetos d'alma em geral, e em particular sobre o amor, amizade, gratidão e amor da pátria*.

⁹ LOPES, Myriam Bahia; POLITO, Ronald. Posfácio de *Considerações sobre a Nostalgia*, de Joaquim Manuel de Macedo. Op.cit.

¹⁰ Cf.: DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss da língua portuguesa, versão 1.0. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2001. 1 CD-ROM.

no *Novo dicionario critico e etymologico da lingua portugueza*, de Francisco Solano Constâncio, com a acepção de *estado de tristeza causado pela distância do país natal*. Macedo não apenas usa o termo recém-dicionarizado em sua tese, como também explica, em seu capítulo inicial, intitulado *Considerações Gerais*, a tradição do pensamento médico sobre a melancolia.

Macedo construiu um capítulo formal, segundo os cânones do conhecimento médico da medicina positiva, no qual, em um único parágrafo, faz referência a vinte autores e suas respectivas opiniões sobre a melancolia. Não há uma organização ou uma conexão entre as opiniões desses autores e, inicialmente, a ordem de apresentação dos autores é cronológica. Era um capítulo apenas para demonstrar conhecimento do repertório sobre o assunto. Assim, depois desse levantamento de autores médicos que usam e discutem os termos melancolia, monomania e lipemania, Macedo adota as idéias de Esquirol¹¹ e posiciona a *nostalgia* no quadro das doenças mentais como uma variação da lipemania.

Na carência de um ponto que ponha termo a tão longa lista das míseras vítimas da monomania, nós a limitamos no pouco que havemos dito para irmos depressa considerar aquela variedade de lipemania que tem recebido o nome de “nostalgia”.¹²

O tema da tese de Macedo também apresenta um outro aspecto de modernidade no que diz respeito ao seu campo de pesquisa, pois, ela se encontra entre os poucos trabalhos defendidos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro nos campos recém-criados da psicologia e da psiquiatria. Uma das singularidades da tese, segundo Lopes e Polito, seria o fato de que ela “se insere precisamente no momento de institucionalização acadêmica da psicologia e da psiquiatria no Brasil, coincidindo com a própria criação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”¹³.

A medicina no século XIX já era uma disciplina institucionalizada na Europa, entretanto, levando em consideração que as profissões eram parte integrante do processo de formação do Estado Nacional e que o Brasil estava vivendo esse processo, ela somente ganhou o status de profissão aqui com a criação das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e de Olinda, na década de 1830. Isto porque, Campos Coelho diz que “as profissões

¹¹ Jean-Étienne-Dominique Esquirol (1772-1840): médico francês, aluno de Philippe Pinel e interno no Salpêtrière, elaborou uma tese intitulada *Das paixões consideradas como causas, sintomas e meios curativos da alienação mental*. Foi médico-chefe do hospício de Charenton, onde escreveu entre outras obras *Da lipemania ou melancolia*.

¹² MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a Nostalgia*. Op.cit. p. 26.

¹³ Op. cit. p. 115.

constituem uma condição da formação do estado e que a formação do estado é uma das condições da autonomia das profissões”¹⁴, logo, para Macedo, a formação médica apresentou-se como um caminho a seguir que lhe renderia, além do status social e da inserção na sociedade fluminense, a possibilidade de atuar em outras áreas que estavam num processo de profissionalização anterior ao da medicina.

Num Estado em formação como o brasileiro, os campos profissionais ainda não estavam fechados e seus limites apresentavam certa elasticidade. Esse processo criava a possibilidade de ter um advogado, um engenheiro, um médico ou até mesmo um padre (para citar os campos profissionais que eram mais autônomos), exercendo outra atividade paralela à sua; ou, como no caso de Macedo, deixando a sua carreira de lado para se dedicar a outras ocupações.

No microcosmo da acanhada sociedade fluminense da metade do século XIX, onde sobravam espaços nos mais diversos campos profissionais – os que já estavam formados e os que estavam em processo de formação –, Macedo parece não ter tido dificuldade de encontrar outras atividades além das de médico e escritor. Foi o caso de sua atividade como membro do Instituto Histórico.

No que diz respeito à atividade no IHGB, revela-se útil pensar as relações entre a institucionalização da medicina e da história. Nesse sentido, é importante compreender que a medicina chegou ao século XIX, de uma maneira geral, como uma ciência institucionalizada, enquanto a história ainda buscava seu status profissional. Stephen Bann diz que:

A história pode ser vista como uma seguidora dos passos da medicina, mas somente na mesma medida em que a medicina oferece um modelo administrativo para a classe política, o político profissional, no Estado moderno.¹⁵

Logo, tanto na medicina quanto na história, o cidadão comum não possui mais as respostas adequadas, pois, não tem um conhecimento necessário para tal; quem agora é dono das respostas é o especialista, ou seja, através das falas do paciente/cidadão, o médico diagnostica os sintomas e o historiador identifica os problemas da sociedade, ambos traçando um prognóstico. Existe assim, em ambas, uma busca pelo diagnóstico para prescrever um tratamento.

¹⁴ COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro, Record, 1999. p. 55. O livro trata do processo de profissionalização da advocacia, engenharia e medicina no Brasil, e de como elas se tornaram o principal caminho profissional dos jovens brasileiros até meados do século XX.

¹⁵ BANN, Stephen. *As Invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994. (Biblioteca básica). p. 31.

Um outro caráter que aproxima as duas matérias, segundo Bann, é a relação que elas nutrem com suas ciências auxiliares.

Assim, a medicina pretende falar em nome das descobertas de disciplinas científicas mais especializadas, como a bioquímica, e assimilá-las, do mesmo modo com que a história coloca em uso as ciências auxiliares da paleografia, da numismática, e assim por diante – do mesmo modo com que a história gostaria de compelir a seu serviço as “ciências sociais” em proliferação.¹⁶

Enquanto a história tem no passado seu campo de pesquisa, a medicina o enxerga como algo superado e, até mesmo, como motivo de uma enfermidade. Assim, no final de 1844, o então estudante de medicina Joaquim Manuel de Macedo (que nem imaginava que sua carreira sofreria uma rápida e forte guinada e chegaria a ser escolhido, no ano seguinte, para membro do Instituto Histórico), elabora sua tese sobre nostalgia, onde diagnostica o mal e prescreve tratamento para o enfermo.

A tese de Macedo, apesar do título aparentemente poético, tem uma questão clara “confirmada pela consciência do dever e pela sensibilidade”¹⁷: tratar a nostalgia sentida pelo escravo africano no Brasil. A consciência do dever faz com que Macedo enxergue o lado útil da questão que levanta ao voltar os olhos para a agricultura e, como uma espécie de justificativa para criticar a escravidão, o jovem estudante escreve que:

[...] pesa-nos no espírito a profunda convicção de que a agricultura do país haja por fatal inimiga a nostalgia.

Com efeito, na insuficiência de forças que dêem incremento e possam fazer abundar essa fonte da riqueza nacional, das terras da África nos têm vindo braços para o cultivo das nossas: aceitos pela necessidade (*se real ou imaginária não nos cabe aqui ponderar*), mas trazidos só pelo interesse, o sofrimento mais acerbo começa para muitos dos africanos desde o momento em que são arrancados a suas praias. Separados de famílias embora desamoráveis, sotopostos uns aos outros aos imundos porões de pequenos barcos, mal nutridos e pior tratados, testemunhando os padecimentos e a morte de alguns de seus sócios no infortúnio e finalmente desembarcando para entrar na vida do cativo, que ainda mesmo quando temperada pela benevolência de um bom senhor é sempre a vida do cativo, como hesitar em crer que o tempo da liberdade e a terra da pátria devem estar presentes a seu espírito com todo o fogo das saudades, que lhes serão muitas vezes fatais?...Para negá-lo fora mister negar-lhes também uma alma, que sente e que lembra.¹⁸

Macedo não deseja entrar na questão escravista brasileira, pois, ele mesmo escreve que não lhe cabe ponderar sobre a real necessidade dos braços negros na lavoura brasileira.

¹⁶ Ibid. p. 32.

¹⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a Nostalgia*. Op.cit. p. 16.

¹⁸ Idem. p.16-17. Grifos meus.

Entretanto, no trecho acima onde o escritor sobrepõe-se ao médico com uma eloquente descrição da captura e do transporte do escravo, o estudante não nega o grande sofrimento sentido pelo africano ao deixar a sua terra para se tornar escravo. Ademais, Macedo, ao longo da tese e de maneira discreta, aponta para o erro que teria sido a escravidão, pois, teria provocado a degradação moral e física dos africanos.

O sofrimento do africano transforma-se em prejuízo para a lavoura brasileira, a partir do momento em que a saudade da África levava a um estado inicial de forte excitação, seguido de ímpetos de destruição e depois de uma forte nostalgia, que levava o escravo à apatia, à inanição, à loucura e, muitas vezes, à morte (natural ou através do suicídio). Tal fato provocava graves perdas financeiras à lavoura e era tão corriqueiro, que, anos mais tarde, esse sentimento do escravo ficou conhecido como *banzo*¹⁹. Macedo parece antever um problema que só se agravou ao longo da segunda metade do século XIX.

A tese é composta por doze partes divididas em: lista do corpo docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e agradecimentos; prefação; oito capítulos sobre a questão da nostalgia; conclusão; e uma lista de seis aforismos de Hipócrates (chamado na tese de *Hippocrates Aphorismi*). Com enfoque nos oito principais capítulos, o trabalho adotou a divisão da tese proposta por Lopes e Polito²⁰ em duas partes: os três primeiros capítulos, “Considerações gerais”, “Nostalgia” e “Causas”, trabalham mais intensamente com referências literárias, históricas e mitológicas, paralelamente com várias referências a médicos e cientistas, desenvolvendo, assim, capítulos mais longos; a segunda parte é composta pelos capítulos “Sintomas”, “Prognóstico”, “Sede”, “Tratamento” e “Anatomia patológica”, e passa a seguir o discurso típico desse período da produção do conhecimento médico, citando apenas bibliografia especializada, onde a presença de versos em latim, personagens mitológicos ou referências históricas são meramente ilustrativos. Assim, os dois grandes campos de citações da tese seriam o da história da medicina e o da literatura (principalmente autores franceses que produziram suas obras entre 1780 e 1840), da história geral (principalmente da recente história da Revolução Francesa e do período napoleônico), e da mitologia. Tendo em sua maioria autores franceses ou traduções desses para o português, as citações também são empregadas para conferir autoridade ao trabalho, que versa sobre um tema que, sobre o qual naquele momento, ainda pairavam muitas dúvidas. Entretanto, apenas nas citações das

¹⁹ A palavra surgiu na língua portuguesa a partir da segunda metade do século XIX, e foi dicionarizada pela primeira vez em 1871, pelo Frei Domingos Vieira (*Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. 5 vols. Porto, 1871-1874).

²⁰ Op. cit. p.112.

epígrafes dos capítulos, Macedo indica os livros em que foram colhidas, pois, em todos os outros casos, ele indica somente o nome do autor, sem fazer referência a livro ou manual.

Diferente dos escritores românticos, que valorizam a figura do errante, do viajante, Macedo assume a posição de autor de uma tese médica e desvaloriza essa figura, destacando nela o caráter patológico do desenraizamento. Ao longo da tese, o estudante traça uma oposição entre errância, migração e inconstância, e raiz, perpetuação e imortalidade, afirmando, logo nas primeiras páginas do segundo capítulo²¹, que o desejo humano de imortalidade impulsiona o amor à pátria. Idéia que vai ao encontro do caráter indissociável apresentado pela nostalgia com relação à questão do deslocamento, da perda do lugar de origem. Dessa maneira, a tese define nostalgia como “moléstia cerebral caracterizada pelo desejo ardente de voltar à pátria”²², que pode ser simples (quando o indivíduo é atacado somente pela doença), complicada (quando a nostalgia ataca conjuntamente com outra doença), simulada (que pertence ao domínio da Medicina Legal) ou imitante (quando o convívio entre o indivíduo doente e outros sadios acaba “transmitindo” a doença por meio da imitação).

Escravos que foram arrancados de seu país, da paisagem familiar, e transportados como animais em navios fétidos para uma terra distante e estranha certamente tornam-se nostálgicos; e, acometidos de saudades da África, os mesmos acabam transformando-se de solução para a lavoura brasileira em problema. A nostalgia tem sua origem na memória do doente; Macedo sugere, então, recuperar a saúde desse doente através da memória, trabalhando a relação desta com o esquecimento. Assim, embasado em Esquirol, Macedo propõe como ação terapêutica mais eficaz contra a nostalgia, além de reconduzir o doente à sua terra natal, ganhar a sua confiança, estabelecendo um elo entre o médico e o paciente em que ambos acreditem ser possível a cura e o desaparecimento total dos sinais da doença. De maneira inovadora no Brasil, o trabalho de Macedo, ao abordar a questão do tratamento do nostálgico, levanta a questão do isolamento dos doentes nos hospícios – questão que estava na ordem do dia no Brasil, já que o imperador acabara de assinar o decreto para a criação do primeiro hospício do Brasil, no Rio de Janeiro – e desaconselha esse isolamento para os doentes que sofrem de nostalgia, ressaltando a influência positiva da sociabilidade.

Importante para o trabalho e apontado por Lopes e Polito²³ é a relação que Macedo faz entre a nostalgia e uma concepção de memória no segundo capítulo da tese. A saudade, as

²¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a Nostalgia*. Op.cit. p. 33-34.

²² Idem. p. 53.

²³ Op. cit. p.123.

lembranças fortes são associadas a uma paisagem da infância, que se perpetua na memória ao longo da vida. A essa paisagem mantêm-se associadas todas as emoções e, numa relação de sensibilidade e percepção espacial, é nela que está ligada a tristeza do nostálgico. A memória da infância e dessa paisagem para o escravo (ou qualquer outro indivíduo) dispara uma reação que leva ao aparecimento da nostalgia; e a recorrência a essa memória estimula um processo de fortalecimento constante desse sentimento. Daí, Macedo aponta que:

Sucedendo logo ao amor dos pais, pouco mais moço que este, o amor da pátria é talvez o filho mimoso da primeira idade. Com efeito, o infante que não há muito vimos no berço, sorrindo-se apenas às meiguices de seus pais, só sabendo brincar com os cabelos de sua mãe, já é agora um menino vivo e travesso, que corre pelos prados, trepa pelos rochedos e a quem novos objetos produziram também agradável impressão; observemo-lo: ele ama o camarada de seus jogos; ama a árvore frondosa, a cuja sombra sói às vezes descansar; ama o rio onde lhe ensinaram a nadar; ama as aves de seus bosques; ama o surgir do sol detrás de seus montes; ama a lua que esclarece suas noites; ama o seu horizonte e a sua campina, suas estrelas e suas flores; em uma palavra, ama o lar paterno – ama a pátria.²⁴

A relação do homem romântico com a natureza campestre aparece bem forte nessa passagem e é nessa relação que Macedo, no capítulo três, vai apontar para o campo como o local mais propício para o homem desenvolver o amor à pátria, logo, também o lugar mais propício para o aparecimento da nostalgia nesse homem (principalmente no escravo). Daí a preocupação de que a nostalgia possa ser a “fatal inimiga” da agricultura brasileira. Por outro lado, Macedo conhecia as estatísticas de suicídios na Inglaterra (como se verifica nos capítulos iniciais da tese) e tinha plena consciência da manifestação do *spleen*²⁵ nas grandes cidades européias do século XIX, que seria algo próximo da nostalgia. A diferença entre esse sentimento nas cidades e no campo é que, no primeiro caso, o indivíduo sente-se deslocado no espaço citadino, enquanto, no segundo, o escravo sente-se desenraizado da sua terra natal. Dessa forma, na tese de Macedo, o campo aparece como o espaço mais apropriado para o surgimento da nostalgia.

E mais que aos habitantes das cidades [...] são a ela [a nostalgia] sujeitos os que vivem vida do campo; a razão não é difícil de compreender-se, porque nas cortes e grandes e ricas povoações a civilização marcha par a par com o luxo, e, preciso é confessar, ambos sobejamente se afastam da natureza; como que se modifica a sensibilidade, voando a alma de objeto em objeto, de prazer em prazer,

²⁴ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a Nostalgia*. Op.cit. p. 34.

²⁵ Característica presente tanto no Romantismo europeu como no brasileiro, denotava melancolia extrema, desejo de autodestruição, quando a morte é a única solução definitiva para os problemas do homem. Na época do Romantismo acreditava-se que esses sentimentos eram originados no baço. SPLEEN. In DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss da língua portuguesa, versão 1.0. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2001. 1 CD-ROM.

de sensação em sensação com uma rapidez e inconstância verdadeiramente cortesãs; e assim com dificuldade se encontram aí esses sentimentos ardentes, esse amor de fogo sempre dependentes de idéias firmes, perseverantes, inesquecíveis, que aliás se amamentam, se criam viçosas no sossego e solidão de um vale e à sombra de árvores frondosas.²⁶

Nessa passagem, Macedo, aproximando-se da visão de Rousseau sobre os efeitos da vida urbana, estabelece uma diferença que permeou toda a sua obra: homem do campo *versus* homem da cidade. O primeiro é descrito como detentor de inúmeras qualidades, apesar do aspecto rude e grosseiro. Qualidades morais como bondade, justiça, sinceridade, integridade e firmeza de pensamento só podiam ser desenvolvidas de maneira “viçosa” num homem que vivesse “no sossego e solidão de um vale e à sombra de árvores frondosas”. Portanto, esse homem teria na firmeza de sua formação um campo fértil para o aparecimento de um sentimento de amor à pátria e, conseqüentemente, quando distante de sua terra de origem, da paisagem familiar, tal homem estaria sujeito a sofrer de nostalgia. Já o homem da cidade, apesar de instruído nas ciências, nas artes, nas línguas estrangeiras e possuir uma forte formação intelectual, seria desprovido de qualidades morais firmes. As maneiras cortesãs, educadas e civilizadas do homem citadino, não passariam de máscaras para esconder seus pensamentos imorais e voláteis, o que impediria o surgimento de idéias firmes e “sentimentos ardentes”, como, por exemplo, o sentimento de amor à pátria. Enfim, enquanto o espaço urbano é o *locus* do falso prazer, da volatilidade e da falsa moral, o campestre é o da pureza de sentimentos, das idéias firmes e, principalmente, da verdadeira moral.

Levando em consideração a condição campestre de Itaboraí no século XIX, é possível dizer que Macedo era um homem campestre, ou, pelo menos, de infância e adolescência campestre. Como foi apontado no primeiro capítulo do trabalho, apesar de ter vivido boa parte de sua vida na corte, Macedo mantinha forte ligação com a sua cidade natal e ia várias vezes ao ano (como, por exemplo, na data de seu aniversário) à pequena Itaboraí. O aspirante a médico escreveu a tese entre vinte e três e vinte quatro anos e, com poucos anos de corte, ainda tinha muito viva a memória da sua terra e das diferenças entre a sua formação e a de seus colegas da cidade. Assim, na própria tese, atacado de nostalgia, o estudante escreveu:

Sim; nós, que para beber o leite das ciências deixamos os campos onde na infância brincamos, que talvez mesmo com a imaginação preocupada dos prazeres, que só proporcionar o viver das cidades, vamos receber com a benção o adeus de despedida de nossos pais [...].²⁷

²⁶ Idem. p. 62.

²⁷ Idem. p. 39.

Além de saudades da terra natal, Macedo também estava imbuído do espírito romântico e, como muito de seus contemporâneos, acreditava que a cidade estava impregnada de uma falsa civilização, repleta de vícios e corrupções. Nesse sentido, o campo apresentava-se como a opção de fuga, onde a manifestação do imenso poder de Deus sob a forma da natureza e os aspectos naturais e bondosos do homem poderiam ser apreciados. Daí, a valorização do espaço campestre em detrimento do citadino, sentimento tão comum ao movimento romântico, estar presente na obra médica de Macedo.

Intitulado “Nostalgia”, o segundo capítulo da tese de Macedo é o principal e mais longo. Capítulo central do trabalho, seu maior objetivo está no esforço realizado por Macedo para situar a nostalgia como um caso específico na árvore nosológica e, principalmente, na análise da preocupação primordial de seu estudo: a nostalgia dos escravos. Para detalhar a nostalgia como um caso específico de lipemania, Macedo trilhou um caminho alternativo – talvez pela pouca bibliografia específica sobre a melancolia ou para não se tornar repetitivo nas citações de Esquirol –, tentando reunir elementos antropológicos para caracterizá-la. Do ponto de vista social, a saudade da família, dos amigos, das pequenas coisas do cotidiano são elementos antropológicos que possibilitam o desenvolvimento da nostalgia.

O texto do capítulo aponta para a origem divina do sentimento de amor à pátria, que teria a função de contrabalançar o desejo humano de imortalidade e seria desenvolvido logo na “primeira idade” – essa relação com a paisagem expressa uma experiência sensível de limites muito característica do Romantismo. A paisagem apresenta-se composta por traços pitorescos e por costumes locais, que configuram a cor local de uma região; logo, o limite está expresso na mudança dessa cor local. Macedo diz que todos os povos desenvolveriam o sentimento de amor à terra natal e, em seguida, levantou os hábitos e as preferências de vários povos, como os esquimós, escoceses, noruegueses, entre outros.

Na metade do capítulo, o texto sofre uma mudança de direção com a citação de alguns exemplos de indivíduos que sofriam de nostalgia. Macedo citou quatro episódios: o da índia Couramé; o do marinheiro inglês que sofria de nostalgia e foi salvo por Bonaparte, que o enviou de volta à Inglaterra; o dos emigrados da França; e o do índio Potaveri. Entretanto, com o valor de um “estudo de caso”. O primeiro caso, relatado pelo dermatologista Alibert²⁸, seria o mais importante para Macedo.

²⁸ Jean-Louis Alibert (1768-1837): médico de Luís XVIII e Carlos X, membro da Academia de Medicina e titular de primeira cadeira de terapia geral e de matéria médica. Alibert foi reconhecido como dermatologista por ter introduzido uma classificação das doenças de pele baseada no método botânico. Também foi aluno de Pinel no Salpêtrière. No tomo segundo de seu livro *Physiologie des passions ou Nouvelle doctrine des sentiments*

O primeiro episódio descrito por Macedo resume-se assim: uma jovem índia de nome Couramé que, perdida nas florestas da Guiana, foi encontrada por caçadores e entregue para uma viúva abastada da colônia de Caiena. A índia recebeu uma boa educação, foi cristianizada e era tratada com carinho e candura, entretanto, só vivia triste, pensativa e melancólica. Alguns anos se passaram, e a índia encontrou em Caiena alguns índios de sua tribo (noragas) e sua expressão mudou, enchendo-se de alegria e entusiasmo (ainda não havia esquecido os costumes e a língua que aprendera na infância). À noite, quando voltou para casa, Couramé, nostálgica de sua terra, fugiu com os índios que ainda estavam na cidade, deixando uma carta de agradecimento à sua benfeitora e levando consigo apenas a roupa do corpo.

Além de apontar para a infância como o momento da vida em que o ser humano está mais propenso a desenvolver o sentimento de amor à pátria, o relato encaminha o capítulo para a retomada do tema da nostalgia do escravo, pois, como Couramé, o escravo também pertence a uma comunidade mais primitiva e rural. Daí, Macedo desenvolve toda a idéia sobre os efeitos da nostalgia no escravo e reproduz, segundo palavras do próprio autor, “algumas observações gerais e históricas” sobre a nostalgia, já apontadas nessa dissertação.

O terceiro capítulo da tese, intitulado “Causas”, aponta para o fato de que há um tempo e um espaço no mundo exterior mais propício ao aparecimento da nostalgia. A ocorrência ou a conjugação de certos lugares, certos climas e determinados estágios de desenvolvimento pessoal e social são fatores determinantes para o surgimento de um sentimento de saudade da pátria. Macedo admite ter deixado de fora diversas outras causas “predisponentes” da lipemania, como o estudo das leis, dos costumes dos povos etc., mas, ele próprio esclarece e justifica dizendo que “muito havia ainda que escrever sobre causas predisponentes, o limitado espaço, porém de uma tese manda fazer ponto aqui”²⁹. Assim, ele estabelece sete possíveis causas predisponentes, segundo as quais seria possível encontrar em cada uma delas uma predisposição para o aparecimento da nostalgia: o clima, as estações do ano, a idade, o temperamento, o sexo, as profissões e os gêneros de vida. Segundo Lopes e Polito, esse capítulo é:

Um modelo que quer ser, a um só tempo, geográfico, biológico, psicológico e histórico. As topografias médicas são narrativas que ligam as doenças, os lugares e

moraux (Paris, Béchét Jeune, 1825) está o relato sobre a índia Couramé (conferir: “Couramé, ou l’amour de l terre natale”. p. 329-372).

²⁹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a Nostalgia*. Op.cit. p. 72.

as épocas. Esse estilo na França consolida-se a partir de Vicq d'Azyr³⁰ no final do século XVIII. A medicina das espécies escreve-se de forma totalmente diferenciada da medicina atual. E ao longo do século XIX, a noção de meio é fundamental – o meio forma o indivíduo.³¹

Esse capítulo mais científico da tese de Macedo é totalmente embasado na noção de meio. O indivíduo é constituído pelo meio em que vive e, para investigar a ocorrência da nostalgia nos indivíduos, seria necessário investigar também o ambiente vivenciado por estes. Assim, ao analisar o clima, Macedo escreve que:

Também a nostalgia tem seus lugares favoritos; para com mais frequência observá-la devemos ir ter com os naturais das regiões mais tristes e feias, mais semeadas de negras ondas, mais cobertas de frio gelo e que pareçam como filhas não amadas da natureza.³²

Concluiu que os habitantes da Lapônia, da Groenlândia e da Suíça são os mais afetados pela nostalgia. Com relação às estações do ano, Macedo deixa claro que os conhecimentos nesse campo são muito incompletos e, portanto, não pode encontrar uma estação mais propícia para o surgimento da nostalgia. No que diz respeito à idade não há dúvidas: “é a puberdade. Idade do amor, de esperanças e desejos, em que tudo se vê, ao longe como ao perto, por uma lente mágica, que a imaginação em seu mais belo viço sói oferecer ao espírito: é nesta época que formigam quase todas as espécies de lipemania”³³; nessa idade, onde os sentimentos estão mais exacerbados e as lembranças da infância ainda estão bem claras, está o maior número de vítimas da lipemania. É interessante relacionar essa passagem com seus romances iniciais, nos quais os jovens sofrem de melancolia ao serem afastados de seus objetos de devoção e amor. Para o temperamento nostálgico, Macedo seguiu a opinião de Aristóteles, que observava nos homens de gênio e nos legisladores os traços da melancolia. No que tange aos gêneros masculino e feminino, todavia, o jovem estudante, ao apontar que ambos estão sujeitos de maneira igual à nostalgia, colocou o homem e a mulher em condição de igualdade, diferente da posição adotada tradicionalmente, que enxergava a mulher como mais propensa à moléstia. No que tange às profissões e gêneros de vida, Macedo apontou como mais inclinados para sofrer de nostalgia os músicos, artistas dramáticos e poetas, pois, esses trabalhariam diretamente com a imaginação e com as paixões.

³⁰ Félix Vicq d'Azyr (1748-1794): médico francês membro da Academia de Ciências, da Academia Real de Medicina e da Academia Francesa. Foi um dos primeiros médicos a estudar neuroanatomia macroscópica. O seu livro *Mémoires sur l'Anatomie Humaine et Comparée* é uma das mais importantes preciosidades da literatura histórica em neurologia.

³¹ Op. cit. p. 130.

³² MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a Nostalgia*. Op.cit. p. 62.

³³ Idem. p. 65.

Seguindo o pensamento de Esquirol, a tese aponta para causas patológicas da nostalgia, como a fome prolongada, o uso habitual do leite, o abuso do ópio, das bebidas quentes, dos licores alcoólicos, o onanismo, a continência após o casamento, a supressão de uma evacuação habitual, da transpiração, do fluxo hemorroidal e a constipação teimosa.

Não se tem como saber a real influência desses fatores no nostálgico e a medicina atual certamente condenaria esses procedimentos. Entretanto, naquele momento, estava de acordo com o conhecimento médico da medicina positiva e Macedo, apesar de saber que ainda tinha muitas outras causas, acreditava no que escrevia. No entanto, o autor também parecia ter consciência de como era impreciso identificar a causa (ou as causas) da nostalgia, pois, entendia que os doentes deveriam ser tratados caso a caso. Talvez, por isso não há nas causas exemplos empíricos, pois, as causas e as variações internas da nostalgia são tão difíceis de precisar que abrem precedente para que todos os indivíduos, independente do lugar que habitem, possam ser afetados pela moléstia.

Do quarto ao oitavo capítulo, a tese envereda para questões mais específicas da medicina do século XIX. Os capítulos tornam-se curtos (há capítulos com duas folhas!), devido ao escasso conhecimento da medicina a respeito da lipemania – essa parte ocupa menos de um terço da tese –, e pragmáticos, abordando como a manifestação da nostalgia ocorre no corpo doente autopsiado.

Alguns pontos capitais desse trecho da tese são possíveis de destaque, como, por exemplo, o quarto capítulo, intitulado “Sintomas”. Nele Macedo apontou três períodos de evolução da nostalgia, onde os sintomas podem ser percebidos. O primeiro, chamado “pirexia” é marcado por uma profunda tristeza e, se percebido a tempo, possibilita maiores chances de cura ao paciente. O segundo período seria o “colapso”, que é o agravamento do primeiro período, com o fato de que todos os órgãos observar-se-iam comprimidos e o paciente apresentaria como sintomas gastrites, gastroenterites e desarranjo das funções digestivas. O último, de nome “astenia”, é marcado pela prostração das forças do nostálgico. O escravo, prostrado, sente-se em posição semelhante à da caça, passando a viver em delírio de perseguição – o escravo se reconhece enquanto um animal que foi caçado. Em seguida, o sentimento de distância da pátria torna-se insuportável, segundo Macedo, e o doente passa a desejar a morte. Assim, devorado pela nostalgia, o doente evita ingerir alimentos – “horror ao alimento” – e líquidos. Nesse período o tratamento torna-se muito difícil.

A vida, enfim, já é para o nostálgico carga de enorme peso, e ou sem pena ele rasga o seio com a própria mão, se a paralisia ainda a não tornou para isso impotente, ou

suas forças pouco a pouco se extinguem , e já insensível morre, sem o perceber, ou exala o derradeiro suspiro com o nome da chorada pátria.³⁴

O nostálgico não consegue mais conviver com o sentimento de perda da pátria e sua vida perde o sentido. Na tentativa de compensar a perda do objeto amado, o nostálgico vê na sua própria morte – a perda da vida – a solução para acabar com suas angústias, cometendo assim, de maneira velada, o suicídio.

O sexto capítulo, “Sede”, também é interessante, pois, ao discorrer sobre a localização da nostalgia no corpo humano, Macedo discordou de Phillippe Pinel, que supôs que a sede primitiva da mania era na região do estômago e dos intestinos. Macedo construiu a sua argumentação apontando para o cérebro como localização provável da nostalgia, situando-se assim, ao lado dos médicos, principalmente Gall³⁵, que pretendiam ligar as moléstias mentais a disfunções do sistema nervoso central – argumentação que é compatível com a idéia de “nostalgia imitante”, em oposição à de “nostalgia contagiosa”.

Se o ponto primitivamente afetado na nostalgia é no abdômen, se tudo se pode explicar pela teoria da irradiação de Pinel, como conceber essas curas prontas, esses restabelecimentos instantâneos de nostálgicos, que num estado de desarranjo completo das funções digestivas e presos ao leito sob o peso de todos os graves fenômenos que cortejam o segundo período desta enfermidade, reanima-se, erguem-se e muitas vezes tornam para logo a seu estado normal com a simples nova de uma licença para tornar à pátria? . . . Que ação pode ter sobre os órgãos da digestão a notícia de uma simples viagem? . . .³⁶

Entretanto, Macedo não parece estar totalmente certo de suas observações e, prudentemente, conclui que “no estado atual da ciência não se pode determinar *positivamente* a sede da nostalgia”³⁷, todavia, o cérebro, *provavelmente*, seria o lugar de origem da nostalgia. Num momento em que o conhecimento científico construía-se a partir de um sentido positivo com bases no cientificismo, a ausência de uma localização exata da sede da nostalgia no corpo humano, levou Macedo a supor – e não confirmar – que sua sede seria no cérebro. A tentativa de encontrar uma localização no corpo humano para a nostalgia estava de acordo com a medicina positiva do século XIX, que procurava a origem de cada doença num órgão

³⁴ Idem. p. 79.

³⁵ Franz Joseph Gall (1758-1828): médico austríaco; estudou em Estrasburgo e Viena, tendo sido leitor de Herder. Ministrou cursos em Hallem, Iena e Weimar, onde teve Goethe como aluno. Gall foi o primeiro médico que relacionou a organização do espaço cerebral às funções psicológicas. Sua doutrina baseava-se em quatro postulados: as qualidades morais e as faculdades intelectuais são inatas; sua ação depende da morfologia cerebral; o cérebro age como o órgão de todas as faculdades; ele é composto por tantos órgãos particulares quanto existem funções originárias nos homens.

³⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a Nostalgia*. Op.cit. p. 88.

³⁷ Idem. Grifos meus.

específico. Ainda assim, o estudante escreveu que não sabia o bastante para afirmar tal hipótese, cabendo à anatomia patológica resolver tal problema.

Retomando a citação anterior, é interessante observar que apenas a idéia de voltar à pátria já poderia recompor o indivíduo afetado pela nostalgia. A simples possibilidade de voltar à terra natal, à terra da memória da infância, ao contato com o ambiente familiar, já possibilitaria ao doente a cura da nostalgia e, nesse sentido, a hipótese da sede da nostalgia estar no cérebro e não nas funções digestivas estaria mais próxima da verdade.

O capítulo sétimo, chamado “Tratamento”, é o mais longo dessa segunda parte da obra. Nele Macedo propôs dois caminhos para o tratamento do nostálgico: o primeiro mais geral e o segundo particular, observando caso a caso. No primeiro modo, o médico deveria averiguar se o doente estava afetado pela nostalgia e em que período ela se encontraria, para, em seguida, dar início ao tratamento chamado de “moral”, pois, a sua influência “será toda levada sobre o espírito do enfermo”³⁸. E este consistia em satisfazer o desejo do indivíduo de retornar à sua pátria, fazendo, assim, com que desaparecesse a moléstia.

Entretanto, por ser este caminho mais difícil – e muitas vezes impossível – de se seguir, Macedo indicou um caminho alternativo e mais viável: o do tratamento “particular”, o qual consistia no tratamento de cada caso segundo a sua especificidade. O médico faria uso do tratamento “particular” conforme o tempo ou a circunstância o exigissem e, se necessário, também poderia fazer uso do tratamento farmacêutico.

Macedo desenvolveu outras maneiras para o transcorrer do tratamento “particular” que seriam interessantes de abordar, pois, eram vistas como parte principal do processo de tratamento do doente.

Assim, diagnosticada a nostalgia, Macedo observou que o primeiro cuidado do médico deveria ser ganhar e merecer a confiança do doente, para, então, dar o segundo passo, que seria “arredar o espírito do enfermo da idéia que ao mesmo tempo o domina e o flagela”³⁹. Nesse segundo passo, a fertilidade da imaginação do médico seria posta à prova, pois, ele teria que empregar agentes que produzissem sensações pelo menos tão fortes como aquelas que atormentam o nostálgico. Neste sentido, o médico poderia utilizar-se de alguns meios, como o jogo, os saraus, as festas, os espetáculos, o amor – “se há um sentimento que possa

³⁸ Idem. p. 90. No que diz respeito à um tratamento “moral” do indivíduo, Macedo segue as idéias do médico alemão

³⁹ Idem. p. 92.

fazer olvidar, por algum tempo, o amor da pátria, só o é o amor da mulher”⁴⁰ –, ginástica, equitação, dirigir por algumas horas “um *cabriolet*” e a música. Sobre este último meio, Macedo discorreu um pouco mais e apontou também para seu efeito contrário, visto que, certas músicas, como a tradicional canção *Le Ranz des Vaches*⁴¹ para os suíços, estimulariam ainda mais a nostalgia no doente. Entretanto, Macedo observou que a música teria o efeito de “civilizar o homem” e serviria também como “agente moral e higiênico”, como no caso dos hinos patrióticos e marchas guerreiras utilizadas na armada e no exército francês durante o período napoleônico. Essas músicas teriam, também, um caráter profilático, já que muitas vezes elas funcionaram como um meio preventivo da nostalgia.

O caráter abordado acima do tratamento através da música vai ao encontro da “nostalgia imitante”. Segundo Lopes e Polito⁴² a teoria da imitação tem grande importância para a psicologia social, pois, as noções de imitação e contágio são características do comportamento em massa; e, levando em consideração que o desencadeamento de um comportamento padrão só ocorre quando as individualidades estão neutralizadas, é parte da dinâmica de massa ser facilmente sugestionada. A “nostalgia imitante” do escravo e o caráter profilático dos hinos patrióticos nas tropas são exemplos de situações em que o homem perde a sua individualidade e encontra-se massificado, com um comportamento padrão e uniforme.

A tese de Macedo muitas vezes parece aproximar-se do universo romântico, ela está de acordo com o conhecimento médico positivo do século XIX, principalmente com a produção das recém-criadas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e de Olinda. Para o jovem estudante a nostalgia era, de fato, uma doença que poderia – e deveria – ser tratada com o rigor que uma doença física exige, visto que, a nostalgia enquanto moléstia cerebral era algo prejudicial ao indivíduo e à sociedade e poderia atrapalhar um país que estivesse em processo de construção do Estado Nacional – como era o caso do Brasil.

A questão da perda da pátria (temporariamente ou não) surge como ponto inicial que permite o aparecimento da nostalgia no indivíduo. A constante memória da terra natal remete à saudade e leva à dor pela ausência, ou seja, à nostalgia. Ao evitar o esquecimento e rememorar a terra natal, onde a mais tenra infância se faz presente, a memória idealiza esse solo pátrio e o torna presente na vida do indivíduo. Nesse sentido, a memória tem papel

⁴⁰ Idem. É interessante essa passagem, pois, sobrepõe o amor da mulher (família) ao da pátria. Entretanto, Macedo deixa bem claro que isso só ocorre “por algum tempo”, ou seja, o amor da pátria é o amor mais forte de todos – com exceção, talvez, do amor de Deus.

⁴¹ *Le Ranz des Vaches* é o nome de uma típica melodia popular tocada geralmente pelas *trompas dos Alpes* (*alphorn*), cantada (com ou sem palavras). É usada para chamar o gado pelos pastores suíços. Há mais de 50 variações regionais desta canção, todas elas baseadas num padrão melódico e rítmico irregular.

⁴² Op. cit. p. 137.

central na obra médica de Macedo, pois, o jovem médico que, futuramente também será memorialista, propõe trabalhar a dialética memória e esquecimento como fundamental para compreender o sentimento de perda e tentar superá-lo.

3.2 – O ROMANCISTA

Verifiquei uma verdadeira polaridade de comportamentos no autor d'*A Moreninha*. Ora é “alegre”, como em seu primeiro romance, ora é “triste”, como na lúgubre *Vicentina*. Essa alternância de cômico e trágico [...] vai-se registrar ao longo de toda a sua carreira literária. Ela ‘independe’ do estilo ultra-romântico ou do pré-naturalista.⁴³

Tania Serra, autora de um belo livro sobre Joaquim Manuel de Macedo, ao perceber esta nuance na obra ficcional do escritor, certamente não tinha em mente a questão da perda. Entretanto, sua análise deixa margem para que essa questão seja pensada como algo que permeia esse conjunto de romances e é nesse sentido que a análise aqui proposta da obra ficcional de Macedo é construída.

Essa alternância entre tristeza e alegria na ficção de Macedo é um indício de que é possível perceber na sua obra “alegre e satisfeita”⁴⁴ certa melancolia vinculada a uma forte ausência – normalmente do objeto amado. Assim, a perda – ora temporária, ora permanente – do objeto amado é geradora de um sentimento de melancolia por parte dos personagens o que leva, algumas vezes, à morte.

Levando em consideração a carreira bem sucedida de Macedo como romancista – com mais de 20 romances publicados –, o tempo para a concepção dessa dissertação e, principalmente, a natureza do trabalho aqui proposto, optou-se por selecionar apenas dois romances para a análise – *A Moreninha* e *Um Noivo a Duas Noivas*.

Essa opção também tem em vista a divisão estabelecida por Tania Serra da obra ficcional de Macedo em duas fases: O Macedo “das mocinhas”, de 1844 até 1867; e o Macedo dos “adultos”, de 1867 até 1882. O ponto de inflexão da obra do romancista é o aprofundamento da crítica social que, apesar de estar presente na sua obra, a partir de 1867, transforma-se numa crítica muito mais contundente. Nesse sentido, Macedo contraria a expectativa de seu leitor tradicional, sedento de evasão crítica, e passa descrever uma sociedade mais “crua”, comprometendo, assim, a venda de seus romances novos. Nesse momento, segundo o crítico Wilson Martins:

Macedo, [...] encaminhando-se decididamente para o romance urbano de costumes e crítica social, revelava modernidade de espírito muito maior que a dos indianistas retardatários e retardantes[*sic*]. [...]. A essa modernidade temática correspondiam posições avançadas com relação aos problemas sociais [...]. Eram

⁴³ SERRA, Tania Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: A luneta mágica do II reinado*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 13.

⁴⁴ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p. 239.

esses (Alexandre Dumas e Eugène Sue⁴⁵), àquela altura, os mestres e os modelos [...]; na ideologia e na técnica narrativa, o ficcionista Macedo estava, sem dúvida, na vanguarda literária do tempo. Pelos aspectos em que era realista, o Romantismo não evitava, antes reivindicava com fervor, a sua missão pedagógica: daí as freqüentes intervenções do romancista na própria trama da história, comentando as peripécias, explicando-lhes o significado, condenando os maus e aplaudindo os bons. Numa dessas intromissões ilustrativas (que uma parte da crítica brasileira pensa terem sido intervenção de Machado de Assis), Macedo cita um velho ditado português que contém, por inesperado, a própria fórmula do folhetim romanesco: ‘Deus escreve direito por linhas tortas’.⁴⁶

Essa citação, além de definir a ficção macediana e inseri-la no *corpus* da literatura brasileira, introduz uma novidade na crítica da obra do escritor ao afirmar a existência de um aspecto realista mais relevante em seus romances do que a “banalidade” que sempre fora apontada.

Assim, tem-se o Macedo “das mocinhas”, com a obra ficcional abalizada por um retrato da e para aquela classe média e burguesia ascendentes da metade do século XIX na corte fluminense; e, marcada também, por um sucesso de público estrondoso, tendo essa parte de sua obra uma ótima vendagem. Por outro lado, no Macedo “dos adultos”, o bom selvagem é vencido pela sociedade, e o romancista começa a “daguerreotipá-la” tal como ela é, com seus inúmeros vícios e depravações morais, tentando, tendo em vista o exemplo do Mal, continuar a sua tarefa romântica de edificação de uma ética e de uma moral. A partir dessa fase, seu público não se identificou mais com seus escritos e a vendagem de seus livros caem vertiginosamente – a tal ponto que até hoje muitos dos livros dessa fase jamais foram reeditados.

Contextualizados através da crítica de Serra, os romances escolhidos para serem trabalhados podem ser considerados bons exemplos da primeira e da segunda fase da ficção de Macedo. *A Moreninha* é o romance mais exemplar da primeira fase. Publicado em 1844, o romance foi o maior sucesso do escritor, com uma excelente recepção crítica e uma história conhecida pelo grande público até hoje. O romance já foi encenado (inclusive com Macedo ainda vivo), já foi filmado, já se transformou em telenovela e, atualmente, ainda é adotado como suplemento de leitura por professores do ensino médio em muitas escolas. Com cerca de 40 reedições, o romance tem boa vendagem até hoje.

⁴⁵ Alexandre Dumas Filho (1824-1895): escritor francês autor do romance *A Dama das Camélias* (1848). Em sua obra combateu preconceitos sociais e defendeu os direitos da mulher. Marie-Joseph Sue, dito Eugène (1804-1857): escritor francês, autor de sucessos como *Os Mistérios de Paris* (1842-1843) e *O Judeu Errante* (1844-1845), que o transformaram numa alta expressão do socialismo francês.

⁴⁶ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vol. II. São Paulo: Cultrix/USP, 1977. p. 413-416. apud SERRA, Tania Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: A luneta mágica do II reinado*. Op. cit. p. 133-134.

O segundo romance analisado pelo trabalho, intitulado *Um Noivo a Duas Noivas*, também pode ser considerado o principal exemplo da segunda fase da obra ficcional de Macedo. Publicado em 1872, o romance destoa completamente do primeiro, pois, enquanto um é ágil e repleto de idéias novas, o segundo é longo – sai em três volumes com quase oitocentas páginas! –, lento, confuso, inconsistente na pintura psicológica dos personagens e com muitas idéias românticas já superadas pelas escolas Realista e Naturalista. O romance é um folhetim que, paradoxalmente, não aparece em jornal e sim em livro, tendo sido editado apenas uma única vez. O décimo terceiro romance de Macedo é um fracasso de público, sendo praticamente desconhecido deste, e sem nenhuma crítica de época – só recebeu algum tipo de comentário crítico na segunda metade do século XX, feito por Wilson Martins.

No que diz respeito à publicação e vendagem de sua obra, cabe aqui um complemento ao que está escrito na introdução e no primeiro capítulo desse trabalho. O Macedo dessa primeira fase, sucesso de público e recordista de vendas, continua vendendo bem até o século XX, enquanto o Macedo da segunda, mal consegue editores para publicar seus livros. Também é interessante notar que, mesmo ao longo da segunda fase de sua obra ficcional, os livros da primeira fase continuaram a vender bem, dando a entender que Macedo sobreviveu neste período à custa das novas edições e dessa boa vendagem – *A Moreninha*, de 1844, em 1872 já estava na sua 5ª edição; *O Moço Loiro*, de 1845, em 1876 estava na sua 4ª edição; considerando o incipiente público leitor brasileiro no século XIX, os números de edições dos primeiros romances de Macedo são excelentes. Macedo perdeu leitores com essa nova crítica social, perdeu dinheiro – e inclusive posição social –, caiu em desgraça com a nova geração de escritores – geração de 1868 –, entretanto, não parece que caiu no esquecimento do público, visto que, seus romances da primeira fase continuaram a vender bem. O público apenas optava; não tinha gostado do “novo” Macedo e seus romances de “adultos”, preferiam o “velho” Macedo e seus romances de “mocinhas”.

De acordo com Serra, independente da fase, Macedo tinha um objetivo claro em sua obra ficcional, que seria o mais importante para a história da literatura brasileira: formar uma nova mentalidade ética para a nascente burguesia do Império, aparentemente desprovida de sólidos valores morais. Macedo encontrou nos romances um veículo para criticar os falsos valores da civilização sobre os quais essa nascente camada da boa sociedade imperial estava construindo suas bases. De maneira pedagógica, o romancista aproveitou para “ensinar” a essa camada que as verdadeiras virtudes e valores morais estavam no âmago do ser humano, e não na sociedade.

Mas o importante para a história da literatura brasileira é que, tanto na primeira como na segunda fase de sua ficção, Macedo tentou formar uma nova mentalidade ética para a burguesia do Império, aparentemente algo desprovida de uma sólida bagagem moral. Buscou a essência da idéia do *bon sauvage*, na qual o homem é puro e bom, só corrompido ao contato com a sociedade que deve ser modificada *pela literatura*.⁴⁷

E, em seus romances, muitas vezes é a perda – algumas vezes até mesmo a ausência – dessa moral que leva ao erro e à melancolia.

Ao longo da análise da obra ficcional de Macedo tornou-se perceptível sua constante preocupação com a questão moral. Considerando a divisão proposta por Serra, é possível perceber que as situações de perda de certos valores éticos e morais também se dividem em duas, de acordo com cada fase. Na primeira fase, existe a ausência da moral, ou seja, o desconhecimento da moral por parte do personagem ou até mesmo um sentimento moral em processo de fortalecimento. Já na segunda, existe realmente a perda total da moral, isto é, quando o personagem já teve alguma moral e perdeu ou é completamente desprovido de moral (conhece a moral, mas não deseja desenvolver esse sentimento por falta de caráter).

Lançado em 1844, *A Moreninha* foi um *best-seller* na corte. O primeiro romance-romântico brasileiro surge com inovações na forma e na temática, trazendo à luz o primeiro mito sentimental brasileiro, o da menina morena e brincalhona. Desbancando as loiras e pálidas européias, essa menina bem brasileira criou uma forte identificação com o público e teve uma ótima recepção crítica na época de sua primeira publicação, por parte de Dutra Melo e Ferdinand Wolf⁴⁸. Nesse primeiro romance aparecem as principais características de Macedo nessa primeira fase: a fidelidade ao público, o bom humor, a adequação do escritor ao meio, o casamento como tema central dos romances, as pequenas intrigas, as heroínas como pessoas excepcionais, a independência da mulher, e o caráter documental de sua obra.

Apesar da história do romance ser bastante conhecida do público em geral, é necessário um relato sumário de seu enredo para melhor compreender a análise proposta.

O estudante Filipe convida seu amigo e também estudante, Augusto, para um fim de semana em sua casa, na “Ilha de...”. Augusto é famoso pela inconstância em relação às namoradas. Filipe, então, propõe-lhe um desafio: se a partir daquele final de semana Augusto se envolver sentimentalmente com alguma (e só uma!) de suas primas por no mínimo 15 dias, deverá escrever um romance no qual contará a história de seu primeiro amor duradouro. Na

⁴⁷ Idem. p. 36.

⁴⁸ Para Dutra e Melo conferir capítulo I. Para o crítico francês cf.: WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955. p. 267-289. Wolf ressalta o valor de Macedo como “pintor de costumes da

ilha, Augusto conhece a adolescente Carolina – a Moreninha –, irmã de Filipe, que lhe desperta sentimentos contraditórios. Em seguida, defendendo-se da acusação de leviano com as donzelas, Augusto explica a dona Ana, avó da jovem, o motivo de sua volubilidade. Aos treze anos, quando estava brincando na praia com uma linda e desconhecida menina, aparecera um rapazinho, dizendo que o pai estava prestes a morrer. As crianças visitaram o moribundo e, constatando a pobreza da família, deram-lhe o dinheiro que possuíam. O doente pediu um objeto pessoal de cada um: Augusto entregou-lhe o camafeu da gravata e a garota, um anel. Os objetos foram embrulhados em pedaços de pano e cosidos por sua esposa. Depois, o moribundo entregou a cada uma das crianças a jóia do outro, dizendo que eles se amariam e, no futuro, tornar-se-iam marido e mulher. O rapaz ficara, então, preso a esta promessa juvenil. Augusto acaba apaixonando-se por Carolina e um jogo entre o juramento do passado e o amor do presente passa a se alternar com brincadeiras e vinganças adolescentes, bilhetes secretos, dificuldades para se concentrar nos estudos, proibição por parte do pai de Augusto, etc. Tudo é bastante pueril e inocente, embora se possa perceber nesses galanteios inconseqüentes um retrato aproximado dos folguedos sentimentais permitidos na época. No fim da narrativa, Carolina entrega a Augusto um pequeno pacote contendo o camafeu: era ela a menina da praia. Assim, o namoro pôde ser concretizado, sem que o estudante quebrassem a promessa feita cinco anos antes.

No romance *A Moreninha*, a questão da perda aparece idealizada e de maneira temporária. A saudade e a melancolia são reforços para a consolidação do amor entre os dois amantes e são sentimentos passageiros, que desaparecem com o reencontro do objeto amado. Nesse sentido, Macedo, ao descrever uma história de amor tradicional da “Ilha de...” entre dois índios, diz o seguinte:

[...] nas lágrimas de amor há, como na saudade, uma doce amargura, que é veneno que não mata, por vir sempre temperado com o reativo da esperança, a moça julgou dever separar da dor, que a fazia chorar amargores, a esperança que no pranto lhe adicionava a doçura, e, tendo de exprimir a doçura, Ahy cantou.
Seu canto era triste e selvagem, mas terno canto.⁴⁹

A tristeza da jovem índia era idealizada e temporária, suas “lágrimas de amor [...] é veneno que não mata”, mas reforça o sentimento de amor pelo jovem guerreiro Aoitin. Seu

sociedade moderna” e, com relação ao romance, o crítico aponta para a “genialidade” de Macedo ao misturar grotesco e sublime – “o gracioso com o sentimental”.

⁴⁹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A moreninha*. 34ª Ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série Bom Livro). p. 63. Essa edição da Ática teve apenas a ortografia atualizada e os erros tipográficos corrigidos. Seu texto é integral.

pranto doce e esperançoso dá uma ternura e uma beleza melancólica à indiazinha. A melancolia é enaltecida como fortalecedora do amor.

Numa outra passagem, em que um dos personagens principais do romance está na corte – Augusto – e é proibido pelo pai de ver a amada, Macedo descreve a possibilidade de morte desse personagem devido à ausência do objeto amado – a jovem Carolina.

A enfermidade de Augusto não cedeu, porém, com tanta facilidade como a princípio supôs o médico, e três dias se passaram sem conseguir-se a mais insignificante melhora; uma mudança apenas se operou: a exacerbação foi seguida de um abatimento e prostração de forças notável; sua paixão, que também se desenhava no ardor dos olhares, na viveza das expressões e na audácia dos pensamentos, tomou outro tipo: Augusto tornou-se pálido, sombrio e melancólico; horas inteiras se passavam sem que uma só palavra fosse apenas murmurada por seus lábios, prolongadas insônias eram marcadas minuto a minuto por dolorosos gemidos; e seus olhos, amortecidos, como que obsequiavam a luz quando por acaso se entreabriam.

[...]

Uma idéia terrível apareceu então no pensamento do sensível velho [pai de Augusto]: a possibilidade de morrer seu filho [...].⁵⁰

A distância e a família que impedem Augusto de ver Carolina são empecilhos que levam o jovem à beira da morte. A tristeza e a melancolia invadem seu corpo e sua alma e somente o reencontro com o objeto amado pode curá-lo dessa “doença”. A possibilidade de morte por saudades da amada, ou seja, pela ausência e probabilidade de perda do objeto de amor, significa a perda do tom idealizado. E, diferente da passagem anteriormente citada, o amor agora não precisa mais de fortalecimento, pois, ele já está forte e precisa ser libertado – liberdade que é dada através do consentimento do pai de Augusto com a união entre os dois jovens.

Augusto parece avançar para uma fase profunda de melancolia que só poderia ser curada com a presença do objeto amado (no caso do nostálgico, somente o retorno à terra natal poderia ter esse efeito de cura). Nesse sentido, é possível observar uma correlação constante com a tese de medicina, já que ambas as obras foram publicadas em 1844. Macedo parece usar desse recurso de maneira intencional, pois, assim como ele, Augusto era um jovem estudante de medicina e tinha em sua linguagem diversos termos e expressões médicas.

No entanto, estes recursos são usados no romance como pano de fundo para a história de amor e para criar situações cômicas, como no caso do diálogo em que D. Violante exige de Augusto um diagnóstico para sua “moléstia”.

⁵⁰ Idem. p. 126-127.

– Agora quero que, com toda sinceridade, me diga se conhece a minha enfermidade e o que devo fazer.

[...]

– Pois, minha senhora, atendendo a tudo quanto ouvi, e principalmente a esses últimos incômodos, que tão amiúde sofre, e de que mais se queixa, como *tonteiras, dores no ventre, calafrios, certas dificuldades, esse peso nos lombos*, etc., concludo, e todo o mundo médico concluirá comigo, que V. S.^a padece . . .

– Diga . . . não tenha medo.

– Hemorróidas.⁵¹

D. Violante fica extremamente envergonhada, e furiosa sai do ambiente resmungando: “– Este não nasceu para Medicina!”.

Entretanto, num outro trecho do romance, quando Augusto e Carolina travam um diálogo tenso, envolvendo a partida do jovem médico para sempre da ilha, Macedo deixa um espaço para contrapor os diferentes tratamentos que dispensa à melancolia e ao sentimento de perda. O escritor deixa bem explícito a posição científica do médico e a posição literária do romancista.

– Penso que devo fugir para sempre desta ilha fatal, deixar aquela cidade detestável, abandonar esta terra de minha pátria, onde não posso ser outra vez feliz! . . . penso que a lembrança do meu passado faz a minha desgraça, que o presente me enlouquece e me mata, que o futuro...Oh! já não haverá futuro para mim! Adeus, senhora! . . .⁵²

Nesta fala, Augusto sobrepõe o amor de Carolina – seu objeto de desejo – ao amor da pátria, ou seja, a perda da pátria, tão dolorosa para o nostálgico, é menos dolorosa do que a perda do objeto amado para o amante. Macedo utilizou essa contraposição para enfatizar o amor de Augusto por Carolina, visto que, o jovem abandonaria sua própria terra natal para vagar errante pelo mundo em busca de algo que suplantasse a dor da perda da amada. A pátria, nesse sentido, é um espaço de lembranças e saudades do amor perdido, que só poderia ser esquecido com a criação de novos vínculos afetivos em algum lugar distante.

Porém, para Augusto, a possibilidade de novos vínculos não existe. Não há futuro para ele, pois, a lembrança do passado o aproxima da loucura e da morte. Augusto, com duas perdas – a da pátria e a da amada –, vagaria errante pelo mundo buscando um passado que está presente na memória, um presente que é a lembrança do passado e um futuro que não existe.

O romance desenrola-se e Augusto e Carolina terminam juntos e casados, logo, toda a melancolia e a tristeza de ambos foram temporárias. A volta do objeto amado, assim como o

⁵¹ Idem. p. 31.

⁵² Idem. p. 133-134.

retorno do nostálgico à pátria, põe fim aos sentimentos de tristeza e melancolia, às idéias absurdas e ao desejo de morte. Tudo volta à normalidade, os personagens retomam suas características alegres e românticas, a pátria retoma seu posto de lar querido e o sentimento amoroso prevalece – o amor venceu todas as dificuldades (distância) e empecilhos (oposição do pai) que estavam no seu caminho.

Fazendo uso de recursos literários, Macedo dá um tom idealizado à perda da amada e à melancolia, sobrepondo tal sentimento à perda da pátria. Nele, o romancista tratou desses sentimentos de maneira científica, sobrepondo o amor da pátria ao amor da mulher, pois, este amor, como o próprio Macedo apontou, apenas amenizaria por um tempo a dor do nostálgico. O amor da mulher era bastante eficaz no tratamento da nostalgia e muitas vezes o doente melhorava de seus sintomas, mas não se curava, já que o amor da pátria era mais forte que o da mulher.

Essa nuance idealizada que o Macedo romancista dá à melancolia e à perda da amada, muito necessária para o desenvolvimento e fortalecimento do amor, é completamente diferente da nuance médica e científica dada pelo Macedo estudante de medicina. Nesta, o sentimento é tratado como uma doença que pode levar à loucura e, até mesmo, à morte, e que deve ser tratado como uma moléstia grave, principalmente quando se trata da nostalgia – que seria um tipo de melancolia.

Passando para a análise do segundo romance, *Um Noivo a Duas Noivas*, é possível verificar um outro Macedo. Lançado em 1872, o longo romance tem uma prosa híbrida, variando entre a romântica e a naturalista, e é repleto de digressões; o tamanho desnecessário parece refletido na inconsistência psicológica dos personagens – Macedo dá a impressão de que tinha esquecido o que havia escrito 400 páginas antes. Esse ano é bastante importante nesse momento em que o Romantismo estava sofrendo críticas do Realismo no Brasil, pois, são publicados *O Seminarista*, de Bernardo Guimarães, *Inocência*, de Visconde de Taunay, *Sonhos d' Ouro* e *Til*, de José de Alencar, e *Ressurreição*, romance de estréia de Machado de Assis.

Para este romance é necessário o relato sumário de seu enredo, pois, é praticamente desconhecido do público em geral, com poucas informações sobre a obra e sua recepção crítica.

Germano de Castro, diplomata, havia conhecido a jovem e rica Júlia, de dezesseis anos, na corte, onde se encontrava de licença diplomática. A jovem romântica e idealista rapidamente apaixonou-se por ele, vinte anos mais velho e determinado em conseguir seu belo

dote. Até este momento ninguém imagina que o diplomata é dissimulado e não há nenhuma oposição ao romance. O casamento fica acertado, e o diplomata parte para visitar a mãe numa fazenda no interior, onde reencontra Dona Flor, que não via há vinte anos, e com quem tivera um acalorado namoro. Entretanto, ele não sabe que a jovem viúva, que estava cuidando do pai doente na fazenda, é, na realidade, a mãe de Júlia. Enquanto não se desvenda esse suspense, Germano decide aproveitar a ocasião e seduzir novamente Dona Flor. Não deseja casar-se com ela, mas apenas se divertir, induzindo a jovem viúva também ao erro. Poucos dias depois, chega uma carta de Júlia para a mãe, contando que tinha ficado noiva de Germano. Otávia/Dona Flor, injuriada, rompe com o diplomata e ameaça-o de denúncia. Este volta às pressas para a corte, no intuito de convencer a jovem e rica noiva de que ama somente ela. Júlia conversa com a mãe que esclarece toda a situação e a impede de casar com Germano. Entretanto, Júlia duvida de que a mãe não queira mais Germano, que se diz pronto a morrer por Júlia. Assim, tem-se o principal tema do romance: o da rivalidade e dos ciúmes entre mãe e filha (ambas não desejam perder o objeto amado e, inclusive, não desejam perder uma a outra), que dá várias boas passagens – conflito este que toma quase todo o segundo e o terceiro volumes.

Júlia perde a saúde e fica tísica de tanta tristeza e melancolia. Logo, na tentativa de recuperar a filha fisicamente, Otávia decide deixá-la casar-se com Germano. Otávia jura à filha que nada sente por ele e sacrifica-se. A jovem logo recupera a saúde, mas Otávia descobre que está grávida do diplomata. Em um encontro noturno com Germano, Dona Flor conta a verdade e o seu estado de gravidez. Entretanto, não percebem que Júlia estava escondida observando os dois. Após ouvir toda a conversa, Júlia cai fulminada por um ataque de hemoptise e morre poucos dias depois. Otávia, que teve um aborto natural – a mãe perdeu ambos os filhos –, perde a razão e enlouquece, enquanto Germano, de volta à carreira diplomática, viaja para fora do Brasil – deixa a terra natal –, encerrando o romance.

A crítica mais interessante ao romance de Macedo só aparece na metade do século XX, com Temístocles Linhares⁵³ apontando para o fato de que Macedo era “realista antes do realismo, se atinha aos dados e fatos reais, senão históricos, que se acumulavam em seus despreziosos romances”. Linhares admite que o romancista tinha graves defeitos de estilo, porém, “nem por isso deixava de ir ao encontro do leitor comum, para quem de preferência escrevia”, e é por esse aspecto popular, que se acentua principalmente na segunda fase da obra

⁵³ LINHARES, Temístocles. Macedo e o romance brasileiro, *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, n.17, p. 134.

ficcional de Macedo, que o crítico deseja resgatar a imagem literária da obra de Macedo – “hoje desc(obre-se) em seus livros uma naturalidade, uma humanidade simples, uma ingenuidade injustamente condenadas pelo preconceito literário”, concluindo que o estilo narrativo de Macedo “tem qualquer coisa de balzaquiano”.

Apesar de jamais mencionar a influência do autor francês Honoré de Balzac⁵⁴, o Macedo da segunda fase inova dentro de sua ficção, adotando uma linha mais “balzaquiana”. Esse impacto pode ser notado nas descrições psicológicas dos personagens, como se cada personagem tivesse vida e alma próprias, diferenciando dos protagonistas-tipo da fase anterior. Os aspectos e as peculiaridades desses personagens são, frequentemente, mostrados mediante a descrição de suas figuras. O melhor exemplo dessa mudança está na descrição de um dos protagonistas, um jovem diplomata ambicioso e absolutamente dissimulado, como a própria sociedade que frequenta.

Germano de Castro não era bonito jovem; era belo homem.

Tinha já a idade de trinta e seis anos; alto de estatura e admiravelmente bem talhado de corpo agradava logo ao primeiro olhar distante; seus cabelos pretos e crespos, sua barba à inglesa, e seus olhos da cor do cabelo, rasgados e às vezes ardentes, faziam realçar a brancura marmórea do rosto oblongo; o nariz era reto e proporcional, os lábios um pouco grossos, e os dentes magníficos, e de perfeita ilusão, porque ninguém os adivinharia artificiais.⁵⁵

É apenas um detalhe em sua descrição que vai definir totalmente sua personalidade: a artificialidade. O homem e a profissão confundem-se, numa alusão à hipocrisia dos salões e da sociedade em geral – perda total do idealismo e da moral.

Todavia, uma por uma, todas as informações que o barão de...obtivera e colhera sobre Germano, abonavam o seu caráter, e o realçavam como cavalheiro de educação exímia, de inteligência ilustrada, e de comportamento exemplar.

Germano era no dizer de quantos tinham conhecido e praticado na Europa, *trigo sem joio*.

Entretanto Ana, a velha agoureira, tinha adivinhado Germano.

Ou por disposições orgânicas, que Lavater⁵⁶ pretendia distinguir nas bossas do crânio, e Gall no livro para ele aberto de sua fisionomia, ou pela influência de falsa escola filosófica, ou por ceticismo de alma que se fechava à luz da religião e às noções da moral, ou melhor e mais provavelmente por natureza que a educação não encaminhara com acerto, e pela impulsão das doutrinas sensualistas que achavam nessa natureza solo fértil para o desenvolvimento de seus germes, Germano tinha no

⁵⁴ Honoré de Balzac (1799-1850): escritor francês que tem sua obra marcada por agudas observações psicológicas. É considerado o fundador do Realismo. Nas 95 obras que compõe *A Comédia Humana*, procurou retratar todos os diferentes estratos da sociedade francesa da época, em particular a burguesia emergente. Entre seus livros mais famosos estão *A Mulher de Trinta Anos* (1831-1833) e *Eugénie Grandet* (1833).

⁵⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um noivo a duas noivas*. Vol. I. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1872. p. 17-18.

⁵⁶ Johann Kaspar Lavater (1741-1801): teórico, poeta, orador e teólogo suíço. Autor de *Arte de estudar a fisionomia* (1772) e *Fragmentos fisionômicos* (1775-1778), obras que propõem uma interpretação da mobilidade da fisionomia.

íntimo do coração o contraste mais absoluto do que representava a expressão artificial de suas palavras e de seus modos na indicação dos sentimentos.

A delicadeza no trato, a eloquência simples e atrativa do discurso, a sensibilidade esquisita manifestando-se nos afetos, a elevação poética dos pensamentos formavam a bela máscara que escondia nele o feio esqueleto do materialismo.

Seu coração era pedra de gelo, sua alma o cálculo em ação, o objeto da sua vida o gozo.⁵⁷

Com a questão da perda da moral mais clara nessa passagem, os novos personagens naturalistas de Macedo agora se apresentam freqüentemente como exemplos do que não deve ser feito ou tido como ideal de vida. Nesse trecho Macedo aproveita-se de sua formação médica – apesar de já não exercer a profissão há anos – para tentar dar um cunho científico à análise psicológica do personagem, citando os médicos Lavater e Gall para tentar dar um enfoque científico aos desvios de caráter do personagem. Macedo faz críticas também a algumas novas “escolas filosóficas” que estão surgindo na sociedade, que representariam um atentado à moral (como, por exemplo, as “doutrinas sensualistas”, o “materialismo” moral e o ateísmo).

Outro aspecto balzaquiano do romance é o da idade de dois protagonistas: Germano tem trinta e seis anos, enquanto Dona Flor (cujo nome verdadeiro é Otávia), tem trinta e três. Para o Macedo maduro, a idade daria certo charme e sensualidade à jovem senhora, que, nas obras da primeira fase, seria vista como uma “velha”. A perda da juventude não é mais um problema, mas uma virtude, que embeleza ainda mais a mulher.

Ela amava, e não se esqueça que ela amava aos trinta e três anos, quando a mulher sente que a idade vai-se adiantando, e que à medida que se adianta, prenuncia o crepúsculo, que precede o ocaso, o crepúsculo que ainda não está perto, mas que já esteve muito mais longe. . .

[...]

Dona Flor amava, era ainda moça, formosa, encantadora, deslumbrante; mas, por isso mesmo, aos trinta e três anos, já pensava que não tinha diante de si outros vinte anos de juvenil fulgor, como os que havia percorrido e deixara passados cheios de admirações [...].

Na história das paixões amorosas da mulher, e na apreciação fisiológica dos seus extremos e estupendos arrojos, a idade, ou as épocas da idade da vítima do homem são circunstâncias que nunca se devem esquecer.⁵⁸

Apesar de inovador e próximo do realismo, o romance não tem fôlego, ao longo das quase oitocentas páginas, para manter a coerência das idéias. E, apesar de uma certa ambigüidade na pintura dos personagens, a medida que a narrativa alonga-se, Macedo perde o domínio sobre os personagens e eles se voltam para o personagem-tipo e o lacrimajante. O

⁵⁷ Idem. p. 87.

exemplo disto é o diplomata Germano, que no início do romance apresenta apenas indícios de sua personalidade com os “dentes artificiais”, na metade do romance transforma-se num mostro de crueldade e no final volta a amar Júlia – filha de Otávia/Dona Flor – com sinceridade. Com dificuldades para romper com o modelo romântico, Macedo – que neste momento da vida estava recebendo medalhas e encomendas de livros destinados ao governo imperial – ficou identificado com a visão oficial do país e da literatura, o que fez as críticas ao seu estilo de escrever aumentarem ainda mais.

Nesse romance aparecem as mais diversas nuances da perda relacionada ao amor, desde o tipo mais constante nos romances da primeira fase da ficção do romancista até os mais diferentes, presentes na segunda. Citado anteriormente, ainda possui um tipo mais profundo de perda ligado à moralidade. Comparando com o tipo de perda analisado no romance *A Moreninha*, é possível perceber como o tema assume as formas literárias nos dois textos.

Julia passara os dias mais tristes de sua vida durante pouco menos de um mês em que saudosa e impaciente esperara a volta de Germano.

[...]

Na solidão de seu aposento às vezes levava uma, duas horas e mais sem dormir . . .

E então lembrava . . . imaginava . . . sonhava . . . suspirava, e quase sempre adormecia com duas lágrimas pendentes de seus longos e finos cílios.

Era assim que Julia tinha vivido durante a ausência de Germano; ao menos porém o que ela sofreu era apenas o doce penar da saudade mitigado pela esperança mais ardente e segura.⁵⁹

Nesse trecho, a perda temporária do amor e a idealização dessa perda estão presentes, no sentido de reforçar os laços afetivos do casal, semelhante ao tipo de perda presente em *A Moreninha*. Esse sentimento, esse “doce penar da saudade” é confortado pela esperança do retorno do objeto amado.

No decorrer do romance, numa das muitas intrigas provocadas por Germano, a sua personalidade dissimulada torna-se mais clara e o sentimento de Julia passa a oscilar entre o amor e a aversão. Julia afasta-se de Germano e uma melancolia mais profunda domina seu ânimo. Nesse momento, Julia começa a perceber a impossibilidade de amar Germano, pois, seu amor puro de donzela esbarra no caráter dissimulado e imoral de seu amado, modificando, conseqüentemente, o sentimento de melancolia – ao invés de reforçar o amor, agora se

⁵⁸ Idem. p. 209-210.

⁵⁹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um noivo a duas noivas*. Vol. II. Op. cit. p. 47-50.

apresenta como uma conseqüência de sua desilusão. A perda de virtual e temporária transforma-se em real e permanente.

No ânimo de Julia havia ou houvera até então dois sentimentos em ativa influência que chegariam a afigurar-se contraditórios, mas que eram naturais e explicáveis em sua pureza de donzela e em sua delicada sensibilidade.

Um se manifestava franco, real e digno; – era a aversão à Germano.

O outro ela escondia e com acerba melancolia aliás dissimulada zelava – era a triste lembrança de amor que inebriara sua alma, a mais suave esperança desmentida pelo mais inaudito desengano, vácuo doloroso que lhe ficara no coração, pobre coração que se assemelhava ao cálice vazio e murcho, do qual a tempestade houvesse arrancado a flor que apenas se sorria à aurora.

Sem queixar-se, sem lamentar-se, condenando como lhe cumpria o afrontoso proceder de Germano, cujo nome não mais pronunciava, nem queria ouvir; considerando favor do céu a desilusão que a salvara de um homem indigno dela, escondendo com generoso esforço a mágoa que comprimia o coração e obumbrava os dias de sua vida de jovem e sensível donzela, Julia ia emagrecendo ainda mais do que já era débil e franzina por natureza, e a graciosa palidez de seu rosto se agravava, denunciando sofrimento oculto, ou abatimento físico.⁶⁰

Julia sofre. A melancolia deixou de ser idealizada e transformou-se num sentimento afetivo muito ruim, a ponto de debilitar a saúde da jovem. A perda forçada do amor – por uma questão moral – leva a jovem donzela a perder sua saúde física.

A inversão da ordem natural dos acontecimentos colocou mãe e filha virtuosas como rivais pelo mesmo homem imoral e sedutor. Essa inversão deixa ambas as mulheres abatidas e melancólicas, pois, colocou em risco o amor materno e o filial em nome do amor carnal; e a possibilidade de perda de qualquer um dos tipos de amor gera um tensão entre os personagens que só será resolvida no final trágico do romance – parece que Macedo não soube resolver bem a situação e, em uma página apenas, resolveu todo o enredo trabalhado nas quase oitocentas páginas anteriores. Essa tensão da rivalidade entre mãe e filha está expressa na seguinte passagem:

A despeito de toda a nobreza e santidade de seus sentimentos, a ingênua e amorosa filha imaginou, compreendeu que era possível que sua sensível e formosa mãe tivesse, como ela, amado Germano.

Outra idéia hedionda e cruelíssima!...mãe e filha rivais, embora sem o saber!...

Oh! rivais!...

E logo antes do amor terníssimo[sic] da filha a imaginação, déspota irresistível, e a vaidade feminina a violentar comparações, juízos de preferência suposta, tormentos de rivalidade forçada ...

Ah!...a filha a rever, a admirar a formosura da mãe, a reagir instintivamente com a ufania de seus encantos que explicavelmente reputava também adoráveis, e com o evidente e inimitável prestígio do matiz suave, matutino, puríssimo de sua juvenildade[sic], de sua aurora feiticeira, de seu perfume angélico de rosa ainda em

⁶⁰ Idem. p. 93-94.

botão pela inocência, e já a desabotoar-se pelo amor, a filha a pensar, a imaginar, à comparar-se assim com a mãe formosa, mas que não era esplêndida menina como ela, não queria ser, não pensava em ser; mas era rival de sua mãe!...⁶¹

Essa rivalidade insuportável e imprevisível torna-se mais clara nas páginas seguintes, quando Otávia procura Julia para revelar toda a verdade sobre seu antigo namorado. Julia, que por sua vez já sabia de tudo, ouve e, com uma aparente e suspeita tranquilidade, aceita resignadamente as desculpas e o juramento – fingindo – de sua mãe de que não ama mais Germano. No seu íntimo, Julia estava:

Cada vez mais desgostosa e descrente de sua mãe, duvidando muito de seus bons sentimentos, e desestimando-a por egoisticamente impudica, embora não acreditasse na sua desonra, e por outro lado enraivecida contra Germano e devorada pelo amor desgraçado, mas invencível, Julia foi com acelerada e indissimulável agravação de seus sintomas mórbidos pondo em tormentosas apreensões os avós e a mãe.

[...]

A sentença era prenunciadora de morte.⁶²

A tensão que Julia vive entre a perda do amor maternal e a do amor de Germano agrava seu estado de saúde – que já estava debilitado – e Julia fica tísica. Assim como no caso do escravo que perde a pátria, a melancolia pela perda de objetos amados leva à possibilidade – no caso do romance isso se torna uma realidade – de morte, ou seja, perda da vida.

Otávia, no intuito de salvar sua filha e sua culpa pela moléstia que a atacava, ou seja, em nome do amor maternal, abre mão de seu amor por Germano – uma perda menor em relação à primeira – e autoriza a “união revoltante” entre este e Julia. União imoral, sensualista e materialista, que não teria aprovação de Deus, mas que, se não salvasse a vida de sua filha tísica, ao menos teria realizado o desejo de Julia. Nesse trecho, aparece o amor maternal sobrepondo-se à questão moral, pois, a valorização de moral parece perder sentido para Otávia perto da possibilidade da perda de sua filha.

E de repente, agora, em dia sinistro e consternador, escutando a sentença de morte da filha, aterrada com a idéia da tísica que em breve a levaria a sepultura, acusando-se inocente causadora desse lúgubre e horrível infortúnio, Otávia arrependida de seu justo e digno procedimento [de contar à Julia o seu relacionamento passado com Germano], maldizia das noções do dever, da moral e da religião que a tinham até então inspirado e fortalecido, e desatinada pedia ao céu

⁶¹ Idem. p. 103.

⁶² MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um noivo a duas noivas*. Vol. III. Op. cit. p. 9-11.

o casamento de Julia com Germano, se essa união revoltante podia salvá-la da moléstia fatal.⁶³

Enquanto a mãe sacrifica-se para o bem da filha, Germano mostra-se totalmente desprovido de moral. Com plena consciência de que era causador do péssimo estado de saúde de Julia, Germano era indiferente e apenas calculava as vantagens que poderia tirar do “desespero do amor maternal”. É um vilão típico da segunda fase da obra ficcional de Macedo⁶⁴, sedutor sem caráter, friamente calculista, materialista, Germano só se interessava por si, visando sempre lucrar em tudo que fazia. Assim, Macedo faz o seguinte comentário sobre o arranjo do casamento entre Germano e Julia:

Prometera, como concedendo um favor, desposar Julia, estava disposto e desejava realizar o casamento de ouro; mas concupiscentemente aceso em flamas almejava, premeditava possuir Otávia, seduzi-la, corrompê-la, e escravizá-la à sua depravação.⁶⁵

Nessa passagem a ambigüidade de sentimentos e a personalidade imoral, fria e calculista de Germano estão bem claras. Ao mesmo tempo em que desejava realizar o “casamento de ouro” com a filha, também desejava sexualmente a mãe, uma viúva outrora casta e honesta – mãe e filha são vítimas dos falsos valores da sociedade.

Várias situações de intrigas, aproximações entre Germano e Julia e afastamento dessa de Otávia, sua mãe, transcorrem e encaminham o romance para o final. Nesse ínterim, Otávia desconfia que esteja grávida de Germano e, melancólica, “martirizava-se confrangida, esmagada por três idéias, a idéia da morte de Julia, a idéia da vida de seu novo filho, e no meio de ambas e em sua consciência a idéia suprema de Deus! . . .”⁶⁶. Idéias de perda da filha, da moral – através de um novo filho – e até mesmo do amor divino, pela via da condenação devido ao ato pecaminoso de ter engravidado na sua condição de viúva, levaram Otávia a vergonha e ao desespero. A confirmação de sua gravidez faz com que Otávia procure Germano para lhe explicar sua situação. Durante a conversa, no momento em que revela a sua situação, Otávia ouve um forte grito.

– Minha filha! . . . bradou a desgraçada mãe que reconhecera o gemido agonizante de Julia.

⁶³ Idem. p. 18.

⁶⁴ Conferir personagens como Alma fechada (Estanilau Vieira) e Mathilde, do romance *Os quatro pontos cardeais*, e também Baronesa de Amoraí (Irene), do romance *A baronesa de Amor*.

⁶⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um noivo a duas noivas*. Vol. III. Op. cit. p. 68.

⁶⁶ Idem. p. 232-233.

Aos gritos de Otávia acudiram o barão [avô paterno de Julia], seus amigos e criados trazendo luzes.

Logo depois chegou a baronesa.

Germano tinha desaparecido a tempo afim de não agravar com indecorosas suspeitas aquela grande desgraça.

A cena era lúgubre.

Otávia estava desgrenhada, e de joelhos abraçando Julia desmaiada e com os vestidos ensangüentados.

Da boca da donzela o sangue saia ainda em golfadas.

A consternação era geral.

O barão banhando-se em prantos arrancou Julia dos braços de sua mãe . . .

Então Otávia em pé, levantando os braços, delirante e desesperada, bradou:

– Eu matei minha filha! . . .

E caiu no chão, como se tombasse morta.⁶⁷

As três idéias terríveis de perda de Otávia tinham se confirmado: a perda da filha (e também de seu futuro filho), de sua honestidade perante o mundo e do amor divino. A perda dupla do amor mais forte que o ser humano pode ter – o amor maternal – e a inversão da ordem natural das coisas, levaram Otávia a perder completamente a razão. A perda da razão e o esquecimento dos atos pecaminosos são benéficos para Otávia, pois, não conseguiria mais viver com a constante lembrança de que fora culpada indiretamente pela morte da filha. Nesse caso, a dialética memória/esquecimento funciona no sentido inverso, ou seja, não é o momento de se preservar a memória.

Otávia nem chorou sua filha, nem a prova morta de seu erro que os avós de Julia esconderam zelosos, abafando a vergonha da família.

Otávia endoidecera e foi caindo em idiotismo.

[...]

No fim de três meses o elegante diplomata de *face marmórea* partiu para a Europa [...].⁶⁸

Infelizmente Macedo parece não ter tido condições de terminar o romance de maneira mais completa, dando a impressão que a obra foi terminada às pressas, pois, ele resolveu o destino dos principais personagens em apenas três páginas – num romance de quase oitocentas! Entretanto, conseguiu – com sucesso – mostrar aos seus leitores o quão subverter a moral e a ordem natural da vida pode ser perigoso. Na forma de lições de moral, Macedo transmitia a idéia de que somente era possível conhecer os verdadeiros valores morais e as virtudes das pessoas indo ao âmago delas. Era a maneira que Macedo encontrou para tratar dos falsos valores da civilização. Num romance em que mãe e filha são rivais no amor de um homem, que consegue seduzir ambas, o final não poderia ser diferente e a tragédia, nesse sentido, era o único fim possível para restaurar a normalidade das coisas. A “face marmórea”

⁶⁷ Idem. p. 251.

de Germano perante a tragédia que causou naquela família virtuosa e da boa sociedade fluminense é consequência da perda de seu caráter e, também, de sua moral. O caráter sedutor, leviano e interesseiro de Germano nada mais é do que a imagem de uma sociedade que, segundo Macedo, tinha suas bases na falsa civilização, com falsos modos e etiquetas.

O caráter duvidoso dos personagens da segunda fase da ficção de Macedo é uma consequência da crítica mais aguçada que o romancista passa a ter da sociedade imperial, principalmente a da corte. A maior valorização dos costumes campestres em detrimento dos citadinos, ligados a uma falsa civilização, o enfoque na pureza dos sentimentos e na moralidade, são características de um Macedo mais “adulto”, talvez mais decepcionado com a sociedade à sua volta e com seus falsos valores.

Assim, *Um Noivo a Duas Noivas* é um romance marcado por perdas profundas, enquanto a filha perde o amor e a vida, a mãe perde a filha, o amor e a razão. Germano, o único que não tem nada afetivo a perder, perde seu casamento de “ouro” e, pelo desfecho do romance, também é “obrigado” a deixar a pátria. Dentro desse quadro, tem-se o amor maternal, filial e carnal perdidos em nome da manutenção de uma moralidade outrora quebrada pela rivalidade impura entre mãe e filha.

A dialética memória e esquecimento no Macedo literato aparece, de maneira geral, com a lembrança do objeto amado como causadora do sentimento de melancolia. Esse sentimento poderia fortalecer o amor, ou, na impossibilidade de este se realizar, poderia levar o indivíduo à loucura ou à morte. De uma maneira mais específica, essa dialética aparece também com a perda dos valores morais de determinados personagens. Diferente dos personagens da primeira fase, que eram desprovidos desses valores, por desconhecimento ou má educação, os da segunda fase já tinham consolidados esses valores morais em seu âmago e, devido à vivência dentro de uma falsa civilização, simplesmente os esqueciam – ora por necessidade, ora por conveniência.

⁶⁸ Idem. p. 253-255.

3.3 – O HISTORIADOR

Determinei escrever o que sabia e conseguisse saber sobre a história e tradições de alguns edifícios, estabelecimentos públicos e instituições da cidade do Rio de Janeiro, abundando quanto pudesse em informações relativas aos homens notáveis e aos usos e costumes do passado; porque entendi que com este meu trabalho presto ao meu país um serviço e pago-lhe um tributo de patriotismo, pois que concorro com o meu contingente, fraco embora, para salvar do olvido muitas cousas e muitos fatos cuja lembrança vai desaparecendo.⁶⁹

“Salvar do olvido”, essa expressão utilizada por Joaquim Manuel de Macedo, no prefácio de *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, expressa sua preocupação com relação à memória e à história. A preocupação com a preservação do passado brasileiro não era algo momentâneo na obra de Macedo, entretanto, no ano de 1862, ela parece tomar força e aparece nesse trecho do livro de crônicas. Assim, Macedo parece convencer-se de como o escritor poderia atender à história: se por um lado criava, através da escrita acessível ao grande público, um interesse – ou até mesmo um desejo – de conhecimento do passado brasileiro, por outro, através dessa mesma escrita, estava preservando e salvando-o, esse passado, do esquecimento e, conseqüentemente, da perda.

Esse ano também foi importante para o escritor, pois, além de ter sido eleito por mais um ano o Orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Macedo também publicou seu único artigo em que levanta questões sobre a história do Brasil – *Dúvidas sobre alguns pontos da história pátria*. Em atividade como membro do Instituto Histórico, Macedo e suas tentativas de salvar do esquecimento o passado brasileiro, representado por “homens notáveis”, “usos e costumes do passado” e, principalmente, “cousas e muitos fatos”, também representam a maneira como os membros dessa instituição concebiam a escrita da história: nos moldes das academias iluministas do século XVIII.

Dessa forma, Macedo possuía duas responsabilidades convergentes, pois, ao mesmo tempo, tinha que preservar a memória dos fatos do passado brasileiro e também a do Instituto Histórico. Macedo não conseguiu dar conta das duas tarefas, ficando mais ligado à preservação da memória do instituto – até porque foi 1º Secretário e, depois, Orador do grêmio. E são as obras oriundas dessas últimas funções indícios para entrar na discussão entre história e memória.

Nessas duas funções, Macedo tinha como dever, produzir um texto para ser apresentado nas sessões aniversárias. Como 1º Secretário, era responsável pelo relatório anual

⁶⁹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991. p. 17.

de atividades na instituição, enquanto, como Orador, era responsável pelo elogio fúnebre aos sócios falecidos daquele ano. Esses elogios fúnebres, diferente dos da Antigüidade (geralmente eram feitos para indivíduos específicos, exaltando suas virtudes físicas, como representação da *polis*), são coletivos, regulando em média entre sete e oito sócios falecidos por elogio. Divididos em parágrafos (variando de acordo com a importância e os feitos do sócio), esse elogios são uma espécie de pequenas biografias de “homens notáveis” da agremiação que devem servir de exemplo para os vindouros e, é claro, também para aqueles que estavam presentes no dia do elogio. Nesse sentido, a idéia de homem da memória de Harald Weinrich, em *Lete – Arte e crítica do esquecimento*, durante a análise do poema de Dante Alighiere – a *Divina Comédia* – é importante para refletir sobre memória e esquecimento no interior do Instituto Histórico.

Mas como agirá esse homem da memória se depois de sua volta ao Aquém tiver de transmitir uma quantidade tão grande de mensagens sérias e urgentes? Acaso viajará pessoalmente de um destinatário a outro para entregar as mensagens? Aqui parece-me[*sic*] evidente que o poema de Dante, na medida em que se dirige a uma grande quantidade de leitores, deve ser encarado segundo a lógica imanente de sua ficção poética como realização altamente fiel de uma abrangente missão da memória que ele aceitou em sua peregrinação pelo Além.⁷⁰

Por obrigação da função que ocupava no instituto, Macedo também tinha que peregrinar por entre os mortos quando ia “visitar em seus jazigos nossos irmãos, nossos consócios finados” e, “como o chaveiro que abre a porta do cemitério, e que, tendo na mão a tocha fúnebre que se acende aos mortos, vai mostrar-vos uma a uma as sepulturas de varões prestantes, ilustres ou beneméritos”⁷¹. Visitou também o Lete, que “vai sempre correndo silencioso e implacável, como o fatalismo mulçumano, vai sempre correndo pelo fundo do abismo sem luz; ninguém vê o abismo, e, todavia é por suas bordas que todos caminham e nele caem indistintas, e mil vezes inesperadamente [...]”⁷². Entretanto, diferente de Dante, Macedo não tem necessidade de memorizar as mensagens importantes, pois todos os presentes conhecem os consócios, mas tem a missão de lembrá-los da mensagem exemplar deixada pelo ilustre falecido. Essa mensagem deve ser avivada, cultivada e lida em alto som pela voz grave do orador, para que todos possam ouvir, compreender e calar, numa tentativa de salvar do esquecimento esses exemplos. Macedo não poderia evitar que as almas bebessem as águas do Lete e esquecessem-se da sua estada na terra, mas, poderia tentar evitar com que

⁷⁰ WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. p. 57.

⁷¹ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XLI, volume 2, p. 471-472, 1878.

⁷² *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXXV, p. 625, 1873.

os feitos dessas almas fossem esquecidos aqui na terra, ou seja, evitar que sucumbissem ao total aniquilamento.

Tanto nos relatórios quanto nas orações, a dialética memória e esquecimento está constantemente presente. A preocupação com a perda, ou seja, com o esquecimento de algum aspecto da história – do Brasil ou da instituição – aparece em muitos trechos dessa documentação e, nesse sentido, optou-se por focar os pontos nos documentos onde essa preocupação surge de forma mais evidente. Assim, inicialmente, a análise é feita sobre os relatórios anuais, onde estão descritas as atividades realizadas pelo Instituto Histórico naquele ano. Relatórios que são “a vida”⁷³ do instituto, responsáveis por evitar que a história da instituição caia no esquecimento, tendo como objetivo vinculá-la à história do Brasil.

Os relatórios são lembranças dos feitos do Instituto Histórico, são também as memórias anuais da instituição gravadas nas páginas da revista para a posteridade. Num âmbito maior, também é uma parte da contribuição do IHGB para a construção da história do Brasil, e, nesse intuito, os relatos anuais de atividade se estendem para análises da história do Brasil. Segundo Armelle Enders, no regime historiográfico do século XIX “a administração da posteridade, por suas implicações sociais, produz o encontro da história com a memória, mistura os campos intelectuais e políticos”⁷⁴.

Assim, no relatório de 1854, ao referir ao artigo do sócio Sebastião Ferreira Soares, sobre a revolução rio-grandense (Farroupilha), Macedo afirmava:

[...] a clemência imperial derramando o bálsamo generoso da anistia sobre aqueles de seus súditos, que em uma hora de fatal desvario se haviam arrojado nos desvios da ilegalidade e da rebelião, curou as feridas da pátria, e transformou os súditos dissidentes em fortes colunas do trono: esses acontecimentos, portanto estão politicamente esquecidos; mas a história menos clemente do que a coroa imperial no futuro os registrará em suas páginas.⁷⁵

Na tentativa de construir uma memória conciliadora do conflito, Macedo retirou a tensão entre o governo local e o central para enfatizar a anistia como uma atitude conciliatória do governo imperial. A anistia, desta forma, evita aquilo que Weinrich chamou de “condenação da memória”⁷⁶, pois, estes revoltosos não seriam *apagados* das linhas da

⁷³ Cf.: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XV, p. 483, 1852. “Nesta reunião grandiosa e solene duas vezes se devem fazer ouvir em nome do próprio Instituto, que por órgão do seu orador e do seu secretário vem falar ao túmulo, e à vida, ao passado e à atualidade”.

⁷⁴ ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5, 2001.

⁷⁵ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XVII, p. 35, 1854. Suplemento.

⁷⁶ Op. cit. p. 59. “Condenação da memória (*dannatio memoriae*) é um conceito jurídico com papel importante na história cultural do lembrar e do esquecer. Na forma atual, ele provém do direito público e criminal de Roma.

história do Brasil, e sim como “súditos, que em uma hora de fatal desvario, se haviam arrojado nos desvios da ilegalidade e da rebelião”, logo, com as feridas da pátria curadas, estes passariam a ser “fortes colunas do trono”. Macedo transformou os súditos revoltosos em fortes defensores da monarquia de D. Pedro II.

Na citação, a relação memória e história transpassa o campo das idéias para o campo prático. A lembrança de um evento político que ameaçou fragmentar o Império estava sendo construída pelos membros do IHGB no sentido de dar ênfase à idéia de unidade, através da anistia imperial. Assim, a concepção de unidade do Império era o valor central a ser ressaltado na construção da história desse evento traumático, pois, somente assim seria possível neutralizar as forças de contestação – que ainda estavam atuantes politicamente.

Na fala de Macedo também há uma tentativa de tornar histórico o conflito que não tinha nem dez anos de terminado. Essa atitude era uma forma de suprimir as tensões ainda existentes, minimizando o conflito e transformando-o num desentendimento entre pai e filho. Portanto, a memória do conflito e sua história estariam marcadas pela conciliação e não pelo conflito e pela tentativa de fragmentação.

Apesar de ressaltar que a história será “menos clemente que o governo imperial”, registrando todos os acontecimentos do conflito, Macedo apontou discretamente para os fatos que deveriam ser lembrados e os que deveriam ser esquecidos pela história. A clemência imperial, o final “pacífico” e os aspectos conciliatórios do conflito deveriam ser lembrados e registrados na história, entretanto, as divergências políticas deveriam ser esquecidas, ou seja, perdidas para a memória.

Nesse mesmo relatório, Macedo ainda escreveu sobre o desejo das nações em perpetuar seus feitos na memória mostrando ao povo os “troféus de vitória”.

Todas as nações se esforçam por perpetuar a memória de seus feitos gloriosos: não se contentam de vê-los registrados nas páginas da história, que os conserva e os transmite à posteridade: querem também que eles falem aos olhos do povo palpitando nos troféus de vitória, que se recolhem, ou escritos na face dos monumentos que se levantam.⁷⁷

Registrar nas páginas da história apenas não é suficiente, deve-se também mostrar os troféus ao povo. Era a preocupação em tornar visível o passado. A história apresentava-se viva, na forma de um objeto físico, palpável e observável, que, entretanto, na sua

Em Roma o castigo da *dannatio memoriae* atingia sobretudo os governantes e outros poderosos que em uma mudança política, na sua morte ou depois de uma revolução, eram declarados *inimigos do Estado*. Então seus retratos eram destruídos, as estátuas derrubadas, seus nomes removidos das inscrições”.

⁷⁷ Op. cit. p. 47.

apresentação, parecia seguir mais as cerimônias que evocavam as civilidades aristocráticas das academias do século XVIII do que as multidões do final do século XIX na França. A sugestão, organização e participação do Instituto Histórico em comemorações públicas eram poucas, com festividades pertencentes a um tipo acadêmico e restritas a uma república ideal.

É com essa preocupação de tornar o passado visível, que no relatório de 1855, Macedo exultante comentou positivamente a proposta dos sócios Antônio Pereira Pinto e Joaquim Norberto de Souza e Silva para que o Instituto Histórico solicitasse ao governo imperial a entrega de um fragmento dos despojos mortais do padre José de Anchieta.

Os nossos consócios Dr. Antonio Pereira Pinto e Joaquim Norberto de Souza e Silva propuseram, que o Instituto solicitasse do governo imperial a entrega de um fragmento dos despojos mortais do missionário Anchieta que se conserva em uma caixa com lavor de prata na tesouraria da província do Espírito Santo, ou no Tesouro Nacional. Não é preciso dizer, que tal idéa teve pronta e unânime aprovação.

[...] Anchieta, que na história do nosso primeiro século representa a caridade do apóstolo de Cristo contrastando a tirania iníqua dos exterminadores de uma raça, Anchieta merece bem que honremos esse último fragmento de seus despojos mortais, como uma piedosa e *santa relíquia*.⁷⁸

A proposta é muito interessante e vai ao encontro àquela feita pelo sócio Francisco Freire Alemão da criação da “arca do sigilo”⁷⁹, com a diferença que, no caso em questão, trata-se da preservação de um fragmento do padre Anchieta. Esse fragmento transforma-se, ao mesmo tempo, em uma relíquia, um tesouro e um monumento! Inclusive o lugar onde ele estava guardado – a tesouraria da província do Espírito Santo ou o Tesouro Nacional – passa uma idéia de seu alto valor. A noção de relíquia, desse modo, oscila entre o sagrado e o cívico, pois, por um lado, o termo relíquia faz referência a algo santo e, por outro, o termo remete à memória de um período de constituição da nação brasileira. E para que se evitasse a perda dessa “relíquia” da história do Brasil, representante dos primórdios da nacionalidade brasileira, o IHGB desejou entesourá-lo como um objeto de memória do exemplo de homem que tinha sido o jesuíta. Num âmbito maior, o fragmento representava a memória de um período distante, porém, fundamental para a história do Brasil, o momento da introdução do cristianismo entre os índios brasileiros. Em outras palavras, o fragmento era parte palpável dessa mesma história e, nesse sentido, torna-se também um monumento.

O “entesouramento” de objetos valiosos – incluindo documentos históricos e manuscritos – para a história do Brasil também era uma das diretrizes do Instituto Histórico. Salvar da perda documentos (e objetos) importantes para a história do Brasil também era uma

⁷⁸ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XVIII, p. 31-32, 1855. Suplemento. Grifos meus.

forma de selecionar aquilo que se deveria preservar para ser lembrado ou deixado de lado para ser esquecido. Diferente da concepção de que a história é produzida através de resíduos do passado, o regime historiográfico do oitocentos entendia que a preservação de documentos e objetos serviria para uma recuperação total e verdadeira do passado, daí a constante preocupação do IHGB em colher, publicar e guardar esses documentos e objetos.

No relatório de 1856, Macedo, ainda em sincronia com a proposta citada acima, ressaltou essa preocupação da agremiação com a coleta de documentos nas províncias brasileiras.

Diversas e importantes medidas foram também tomadas, ou tendentes a facilitar a marcha administrativa da nossa associação, ou a tornar ainda mais fértil a colheita de documentos históricos, e manuscritos de antiga data, tesouros preciosos, que se podem encontrar nos arquivos e nos conventos das nossas províncias, e que a prudência aconselha que sejam recolhidos pelo instituto, antes que o tempo e a incúria acabem a obra de sua destruição.⁸⁰

Na tentativa de superar a “seleção natural” do tempo, Macedo apontou para as medidas tomadas pelos sócios do instituto com o objetivo de, entre outros, “tornar ainda mais fértil a coleta de documentos históricos”, pois, o tempo e os descuidos das autoridades estariam pondo em risco a existência física desses documentos.

Avançando para a análise das orações fúnebres, optou-se, para melhor desenvolvimento do trabalho, por focar trechos mais abrangentes das orações que tratam da questão da perda (memória e esquecimento) e da história, deixando de lado as biografias propriamente ditas. Nesse ponto, também deve ser lembrada Nicole Loraux⁸¹, ao apontar para a oração fúnebre como uma instituição que integra o vasto conjunto dos rituais e da vida política da associação. A oração, integrada ao conjunto dos rituais e à vida política do IHGB, tem um caráter de louvor coletivo e reforça os laços entre os sócios do instituto e, num plano maior, desses membros com a própria instituição.

No Império brasileiro, coube, principalmente, aos membros das instituições culturais e artísticas a tarefa de listar e homenagear os homens notáveis mortos. Dentro desse quadro, o Instituto Histórico teve também a missão de selecionar e homenagear as figuras dignas de

⁷⁹ Proposta já comentada no segundo capítulo.

⁸⁰ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XIX, p. 119, 1856. Suplemento.

⁸¹ LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. São Paulo: Editora 34, 1994. (Coleção Trans). p. 38.

serem lembradas⁸², auxiliando, num âmbito maior, a definição do projeto nacional do governo imperial. Inserida numa tradição clássica que remete aos elogios fúnebres da Antiguidade, a construção de biografias, como sucessão de fatos e como narrativa, também estava de acordo com as diretrizes apontadas por von Martius⁸³ e ratificadas pelo IHGB, que orientavam a escrita da história do Brasil. Assim, é possível considerar os elogios fúnebres como pequenas biografias que também fazem parte do conjunto mais amplo das biografias contidas na sessão da *Revista do IHGB*, intitulada: “Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, etc...”.

Em oposição ao momento da leitura do relatório, ou seja, o momento da “vida” do instituto, Macedo escreveu assim na oração de 1857:

Acabastes, senhores, de sentir o calor da vida; no mais belo e eloqüente quadro vos foram expostos os trabalhos dos vivos, e agora cumpre que em quadro absolutamente oposto escuteis a história dos mortos. A palavra que ouvistes há pouco foi cheia de esperanças, a que ides ouvir é toda de saudade: aquela ocupou-vos da atualidade, e vos mostrou a aurora festiva e bonançosa do futuro; esta vos fala apenas e somente do passado: uma foi como a luz do mais formoso dia, a outra será como uma sombra evaporada dos túmulos.

[...]

A perpetuidade da memória de um homem na terra é como um reflexo da eternidade no céu.

O renome que se deixa à posteridade, e que as gerações agradecidas transmitem umas às outras, como um legado de honra, é sob o ponto de vista metafísico um protesto da natureza humana contra a idéia sinistra do seu total aniquilamento [...].⁸⁴

A oração fúnebre é a “história dos mortos”, a “palavra da saudade” do instituto. É interessante que, no trecho inicial da citação, a oposição vida/ relatório e morte/oração fúnebre é marcante e está acompanhada, ao mesmo tempo, do sentimento de melancolia e de dever cumprido para com a memória desses sócios.

A morte nessas orações não aparecia de maneira tão melancólica, mas sim como um momento de celebração e exaltação do finado. Ela era o primeiro degrau para a eternidade, pois somente através dela poderiam ser coroados os homens ilustres da pátria – heróis, poetas, sábios, beneméritos etc. Segundo o próprio Macedo, “a glória é um trono, cujo primeiro degrau é o sepulcro, e é também uma coroa, que serve só na frente do esqueleto”⁸⁵. A morte

⁸² GUIMARÃES, M. L. S. A Revista do IHGB e os temas de sua historiografia (1839-1857). Fazendo a história nacional. *Origens do IHGB: Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989. p. 21-41.

⁸³ VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipe. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo VI, p. 381-403, 1845.

⁸⁴ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XX, p. 68, 1857. Suplemento.

⁸⁵ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo IV, p. 280, 1848.

era o momento decisivo para saber se o morto possuía feitos notáveis suficientes para ter seu nome gravado na posteridade ou não, se ele viveria eternamente na memória ou se seria esquecido. Entretanto, para os sócios do Instituto Histórico esse esquecimento era impossível, pois só o fato de pertencer à agremiação já era considerado um motivo para tornar o indivíduo ilustre – caso ele ainda não o fosse, em vida – e lembrado. Assim, somente esses mortos notáveis teriam direito a esta coroa que, por sua vez, só poderia ser conquistada após a morte!

O “legado de honra” dos sócios falecidos seria a boa reputação de seu nome, ou seja, o exemplo de vida e a exaltação desse legado nas orações fúnebres representariam uma tentativa de impedir o seu desaparecimento total da memória dos sócios. Por outro lado, representaria um conforto para estes, pois, teriam a certeza de que sua memória e seus feitos também seriam exaltados e lembrados na ocasião do falecimento. Honrar a memória dos homens exemplares também era uma forma de mantê-los vivos, salvos do aniquilamento.

Para os sócios do Instituto Histórico, a leitura das orações fúnebres representava o momento em que teriam o nome gravado nas páginas da história como exemplo de “homens notáveis”. Dessa forma, o nome citado na oração era uma garantia da perpetuidade da memória do sócio falecido nesse mundo que, segundo o próprio Macedo, era “um reflexo da eternidade no céu”.

Não caberia aos membros do Instituto Histórico julgar esses sócios falecidos, pois, de acordo com a oração de Macedo no ano de 1863, a “família” não deveria julgar, apenas louvar, visto que, “no grande tribunal da história, os contemporâneos dos varões notáveis são apenas testemunhas e o juiz é somente a posteridade”⁸⁶. Entretanto, em seguida, Macedo retomou o caráter historiográfico das orações e disse: “Fale a verdade no elogio deles e basta”⁸⁷. Em outras palavras, Macedo enfatizou o respeito à veracidade dos fatos que o orador deveria ter ao relatar a vida de outro colega de instituição, independente de quem fosse ou o que tivesse feito.

Na oração fúnebre de 1859, Macedo ressaltou o papel da biografia como uma espécie de tributo que o Instituto Histórico deveria “pagar” aos “varões ilustres que a morte vai roubando ao país”.

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil reconhece que pela própria natureza dos fins que presidiram à sua organização, é um dos seus mais sérios e imprescritíveis deveres o pagamento desse generoso tributo devido aos varões ilustres que a morte vai roubando ao país: coligindo e publicando as biografias de cada um deles, vai recomendando os nomes e os feitos dos beneméritos ao tribunal

⁸⁶ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXVI, p. 926, 1863.

⁸⁷ *Idem*.

da posteridade, que os deve julgar em última instância, marcando o lugar que lhe compete na galeria da história; ainda mais reconhecido, porém e mais estreitamente ligado àqueles que faziam parte de sua família social, reservou na solenidade de suas sessões aniversárias uma hora votada à saúde [*saudade?*], e incumbiu ao seu orador a obrigação de fazer o elogio dos seus sócios finados com a simples menção das virtudes dos trabalhos preciosos, e das ações meritórias com que eles souberam recomendar-se à gratidão do Instituto, da nação e da humanidade.⁸⁸

Conforme aponta Enders⁸⁹, esse tributo aos sócios falecidos era também parte da missão do IHGB. Era um dever patriótico do instituto salvar do esquecimento e preservar a memória dessas figuras importantes e, principalmente, “àqueles que faziam parte de sua família social”. Coligir ou escrever e publicar as biografias dos “varões ilustres” – seja na sessão específica para este fim na revista da agremiação, ou seja nas orações fúnebres – era uma forma de escrever o nome de todos esses mortos na “galeria da história” da nação brasileira. Paralelamente, também era uma forma de manter essa galeria de “varões” importantes para a história do Brasil em constante construção, sempre acrescentando mais nomes “ilustres”.

É interessante notar nessa passagem a noção de homem ilustre associada ao “grande homem” das luzes. Segundo Mona Ozouf⁹⁰, esse homem se opõe aos reis, santos e aos heróis, pois, além de dispor de encarnações meritocráticas – “ações meritórias” –, ele também pertence a um grupo de varões ilustres, a “uma república de talentos”. Exaltam-se como exemplos as qualidades do homem comum, como a amabilidade, a sapiência, a oratória e a retórica no legislativo e, é claro, sua imaculada vida familiar.

Dessa forma, na oração de 1860, Macedo listou as atividades que estariam propensas a produzir exemplos de virtude para os vindouros e para a pátria.

Os beneméritos, os heróis, os sábios, os poetas, os artistas revivem e perpetuam-se no livro encantado da memória para exemplo dos vindouros e para esplendor da pátria. O monumento da glória de uma nação levanta-se com as pedras dos túmulos dos seus filhos mais distintos e justamente famosos.⁹¹

Esses seriam os tesouros da pátria que deveriam servir de exemplo para as gerações futuras, visto que, foram estes que ajudaram a erigir “o monumento da glória” da nação brasileira. Ainda na mesma oração, Macedo abriu as portas do “panteão da posteridade” para que a memória desses exemplos possa vir a ser reverenciada e exaltada.

⁸⁸ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXII, p. 706, 1859.

⁸⁹ *Op. cit.* p. 5.

⁹⁰ OZOUF, Mona. *Le Panthéon, l'École Normale des morts*. In NORA, Pierre (org.). *Les lieux de mémoire: la république*. v. I. Paris: Gallimard, 1984. p. 144.

⁹¹ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXIII, p. 686, 1860.

Nesse dia abriu-se uma cova para asilar o cadáver de um finado, o céu para receber a alma de um justo, o coração da pátria para guardar a lembrança de um filho querido, e o panteão da posteridade e da glória para honrar a memória de um homem virtuoso, e cidadão benemérito.⁹²

A oração fúnebre era um monumento que tinha a função de lembrar constantemente aos sócios do Instituto Histórico e, principalmente, às gerações futuras dos exemplos que deveriam ser reverenciados. Nesse sentido, as orações tinham a função não só de preservar a memória do instituto e dos varões ilustres, mas também de ensinar às gerações do presente e do futuro, “espargindo-a radiosa ao perto e ao longe”⁹³.

A perpetuação desses exemplos de vida para os vindouros também foi apontada na oração de 1866, quando o orador disse: “a memória perpetuadora de um nome é na terra um reflexo da eternidade do céu, e o completo esquecimento dos homens é a triste imagem da morte”⁹⁴. Cabia ao Instituto Histórico o dever de lembrar e evitar que essas vidas ilustres caíssem no esquecimento, ou seja, na morte total. Logo, perpetuar a memória e exaltá-la como exemplo a ser seguido era uma maneira de manter "vivos" aqueles sócios finados, de eternizá-los nas páginas da revista e, num âmbito maior, nas da história nacional.

Na oração fúnebre de 1861, Macedo voltou a ressaltar o papel desses homens ilustres como exemplo para os vindouros e o dever do IHGB para com esses sócios, visto que, o passado era mestre do futuro.

Os túmulos representam o passado [...] o brilhantismo desses nomes iluminam o caminho do futuro com a lembrança das ações e dos feitos excelentes ou gloriosos dos finados ilustres.

É o passado que assim se torna mestre do futuro [...] para mostrar aos vivos a estrada do dever, do patriotismo e da honra [...].⁹⁵

A lembrança das ações gloriosas desses homens notáveis tinha a função, dentre outras, de acender a flama do civismo nos vivos. A exaltação dessa memória ilustre como parte da memória da própria instituição era uma maneira de fixar exemplos de homens que colaboraram com a construção da história da nação brasileira. O exemplo do grande homem,

⁹² Idem. p. 715.

⁹³ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXX, volume 2, p. 507, 1867. “As sepulturas têm voz, e maus são os homens cujos corações não sabem ouvir e entender o seu falar; de algumas, porém a voz fala àquele passado que é mais do que patrimônio de família e se eleva a tesouro da nação: voz livre, voz monumento, porque encerra lições e fundamenta glórias, e porque perpetua a memória de ilustres finados, espargindo-a radiosa ao perto e ao longe”.

⁹⁴ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXIX, volume 2, p. 447, 1866.

⁹⁵ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXIV, p. 797, 1861.

na sua totalidade, deveria ser contagioso, criando condições para o surgimento de novos exemplos. Contudo, no caso desse contágio falhar, ele serviria, ao menos, como guia moral e cívico. A “estrada do dever, do patriotismo e da honra” estava iluminada e apontada pelos sócios finados e pelo orador, respectivamente, restava aos novos trilharem pela mesma vereda e darem continuidade à construção dessa estrada.

Agindo de acordo com a cultura histórica oitocentista, o orador apresentou a biografia como um fazer histórico que possuía duas missões pedagógicas: reconstituir vivamente o passado e difundir vidas exemplares.

Nas horas que se rendem ao pó, triunfa ainda a sublime verdade do espiritualismo; porque resplende nelas a manifestação do princípio que não morre e porque a história arremeda quanto é possível a eternidade do céu, perpetuando na terra a memória dos grandes homens.

Em seus obituários tem as nações encerrado o registro de todas as suas vitórias e de todos os seus desastres: às vezes, no nome de um finado se resumem acontecimentos de muitos anos, e sempre as biografias dos varões ilustres são poderosos elementos de que se servem para as suas obras os historiadores da vida dos impérios.

Assim, pois, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, [...], além de cumprir com a memória deles o dever do mais justo reconhecimento, recolhe e entesoura na sua revista os testemunhos dos feitos honrosos e dos serviços com que exaltaram o país, e, portanto alimenta aquela preciosa luz que vem dos túmulos, cultiva a árvore da experiência que frutifica nas sepulturas, e abre uma fonte de interessantes informações para a história dos tempos que vão passando.⁹⁶

Perpetuada na terra através de seus belos feitos, a memória desses grandes homens era parte da história das nações, logo, as biografias estariam repletas de elementos históricos. Nesse trecho, Macedo parece tentar justificar a oração fúnebre como uma forma de biografia, ou seja, de escrita histórica. As biografias eram textos históricos que serviriam de subsídios para os futuros historiadores da vida dos impérios, era a árvore da história que frutificava nas sepulturas ilustres. Assim, os mortos servem à vida como fonte de relevantes informações para a história dos tempos passados.

Nesse sentido, caberia ao Instituto Histórico o dever de recolher e entesourar nas páginas da sua revista a memória desses mortos que serviram honrosamente ao país, inserindo-os nas páginas da história. Era o reconhecimento desses mortos como parte constitutiva da história da nação.

Ainda na oração de 1861, Macedo discorreu sobre a profunda dor que é morrer longe da pátria, ao tratar da morte, na Bélgica, do diplomata brasileiro Pedro Carvalho de Moraes.

⁹⁶ Idem. p. 798.

Mas, não é somente para o desterrado e o cativo, que é profundamente doloroso o agonizar fora da terra natal, sem dizer o adeus extremo aos irmãos e aos amigos, sem ver pela derradeira os campos e o céu da pátria. Chateaubriand, escrevendo o canto do estrangeiro, tão repassado de acerba melancolia, repetiu os ecos daquela carne sublime, que entoavam em Babilônia, e sentados à margem do Eufrates, os cativos que Nabucodonosor arrancava da querida Sião. Esse carne, acompanhado com o tinir das cadeias, era o gemer pungente da vida mais tormentosa; mas, na hora tremenda da agonia o sentimento é idêntico no prisioneiro e no proscrito como no diplomata ou no simples viajante, e em todas é igual a desconsolação e a dor, por não poder, morrendo, restituir ao seio da pátria amada, no último suspiro, a primeira aura que se respirou no mesmo seio.⁹⁷

Neste trecho, Macedo aproximou-se da perda do nostálgico que morre longe da pátria. O sentimento de nostalgia que invadia o indivíduo no momento derradeiro de sua agonia, atingia a todos os estratos sociais, do cativo ao diplomata, e, nesse quadro, o sentimento de perda era duplo: a perda física com a proximidade da morte e a perda definitiva das esperanças de voltar à pátria. A melancolia diante da impossibilidade de, ao menos, poder ter seu último suspiro no seio da terra natal, e pela aproximação do momento derradeiro deixavam o indivíduo desconsolado e com uma dor profunda. No caso do diplomata, o fato de morrer no exterior, mas a serviço da pátria, era um conforto que, de acordo com a sua posição de membro do Instituto Histórico, lhe renderia o nome escrito nas páginas da história.

A penúltima oração feita por Macedo, em 1878, terminou com os lamentos melancólicos do orador pelas numerosas mortes de membros do instituto. Entretanto, consciente do envelhecimento da sua geração, o orador também invocou "a mocidade" a levantar a voz e participar da agremiação.

Basta: apague-se a tocha mortuária; fiquem em paz em seus jazigos tantos e tão assinalados varões; deixemos o cemitério lamentando ainda tão numerosa ceifa da morte, que cortou cabeças que eram tesouros da pátria: a perda foi enorme, a noite foi sinistra, lúgubre, longa ...Oh! mas lá se anuncia a aurora!..Oh, mocidade! A aurora és tu! Fale-te, pois sol brilhante, seguindo a lição e o exemplo dos beneméritos finados.⁹⁸

O final esperançoso da oração correspondia a uma preocupação dos membros do instituto com o "envelhecimento" da casa e a ausência de membros jovens e novas idéias. Culpavam o desinteresse da geração, mas, como salientou Lúcia Guimarães⁹⁹, o fato é que era muito complicado tornar-se sócio do instituto, visto que, era necessário aguardar pelo falecimento de algum sócio ou residir fora da corte. Neste quadro, parece fazer sentido a

⁹⁷ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXIV, p. 799, 1861.

⁹⁸ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XLI, volume 2, p. 505-506, 1878.

convocação de Macedo, pois, se a ceifa da morte foi numerosa, também foram numerosas as vagas abertas para sócios efetivos. No entanto, existia uma condição *sine qua non* para a participação dessa mocidade no grêmio: seguir a lição e o exemplo dos beneméritos finados.

Em 1879, na última oração fúnebre, Macedo teceu um grande elogio a Manuel Luís Osório, marquês do Herval, herói da guerra do Paraguai e defendeu a construção de um monumento "que fale às mais afastadas gerações futuras". Osório jamais foi sócio do Instituto Histórico, mas era um brasileiro ilustre pelas armas que merecia ser biografado e servir de exemplo para as gerações futuras.

Levante-se o monumento, e tão alto que fale às mais afastadas gerações futuras. Redivivo sublime do ápice do monumento Osório, o legendário dirá à posteridade: "Tu és minha, porque eu sou o exemplo e o símbolo de grandes virtudes, e porque eu sou o renomeado[sic] por feitos beneméritos e heróicos em honra de minha pátria".¹⁰⁰

A exceção aberta por Macedo, ao elogiar alguém que não era sócio do instituto, foi pela figura ilustre que Osório representava. O herói deveria ser louvado e visto fisicamente como exemplo para as gerações futuras, logo, Osório deveria ser lembrado através de um monumento. De acordo com o trabalho de Andreas Huyssen¹⁰¹, *Seduzidos pela memória*, uma das marcas da relação entre o monumental e a memória é a memória feita em pedra na arquitetura. Certas formas de monumentalidade, características do século XIX, estão relacionadas com a memória nacional, pois, grandiosa e impressionante, elas trazem sensações de eternidade e permanência. A busca por heróis nacionais, pelas origens da nação e suas fundações míticas, atendia às necessidades de legitimação do Estado-nação em fase de consolidação.

[...] a busca de monumentos nacionais criava o primeiro passado nacional remoto que diferenciava cada cultura de seus pares tanto europeus quanto não-europeus. [...] o monumento veio a garantir a origem e a estabilidade bem como a largueza do tempo e do espaço de um mundo que se transformava rapidamente e era vivido como transitório, desenraizador e instável.¹⁰²

⁹⁹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889), *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a.156, n. 388, p. 563-564, jul/set. 1995.

¹⁰⁰ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XLII, p. 346, 1879.

¹⁰¹ HUYSEN, *Andreas*. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento e mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora; Universidade Cândido Mendes; Museu de Arte Moderna, 2001.p. 41-65.

¹⁰² *Idem*. p. 54.

O desejo de erguer um monumento a Osório – que só se realizará entre 1888 e 1894 – mostrava preocupação do instituto em tornar visível o passado, exaltando exemplos de heróis para o presente e para o futuro, que representassem parte da construção do Estado-nação no século XIX.

Afastado das funções no IHGB desde 1880, Joaquim Manuel de Macedo veio a falecer em 12 de abril de 1882. Durante esses dois anos, o escritor continuou sendo eleito orador, mas não produziu nenhum discurso, nenhum parecer e compareceu raramente às sessões – parece que Macedo foi sido eleito por mera homenagem, pois, segundo alguns biógrafos¹⁰³, já estava debilitado mentalmente.

A morte de Macedo teve todos os procedimentos protocolares do instituto, com um discurso na ocasião de seu enterro, suspensão de sessão ordinária do IHGB e elogio fúnebre na sessão magna. O primeiro discurso também foi lido na sessão ordinária de 9 de junho de 1882 e foi proferido – nas duas ocasiões – por um amigo que tinha precedido Macedo vinte dias antes de seu nascimento: Joaquim Norberto de Sousa Silva. Discurso bem feito e marcado pelo forte sentimento de tristeza, Norberto lembrou de outros amigos em comum que já tinham falecido – Araújo Porto Alegre e Gonçalves Dias – e do momento em que Macedo o tinha confortado, devido à perda de um ente querido. Por último, Norberto finalizou a fala da seguinte forma: “Disputaram-lhe a glória, e ela lhe pertence. Deifica-o esplêndida apoteose. Convertem-se as suas produções em estrelas brilhantes como a constelação do seu céu. É sua a posteridade”¹⁰⁴. Macedo, que tanto ajudou a escrever nomes na posteridade, agora, através da voz de Norberto, tinha o seu também escrito nela.

Com a morte de Macedo, era necessário selecionar o que viria a ser lembrado da vida do escritor, construindo a sua memória para a posteridade, principalmente, salvá-la do esquecimento. No final de 1882, o então orador do Instituto Histórico, Franklin Távora, fez o elogio fúnebre ao finado romancista. Construído paralelamente com o de Gonçalves Magalhães, o elogio dá ênfase à vida útil e fecunda do escritor, colocando-o como um dos formadores do romance nacional. De acordo com Távora, a morte do escritor significou várias perdas para a pátria.

Com essa morte desapareceram tesouros que não é fácil descobrir coligidos em um só posto. O romance nacional perdeu o seu fundador, o drama, um dos seus mais desvelados cultores, a poesia, uma das suas inspirações, a história pátria, uma

¹⁰³ Cf.: BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 143; e FLÁVIO, Alcides (pseudônimo de Antônio Fernandes Figueira). *Velaturas*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1920. p. 280.

¹⁰⁴ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XLV, p. 441, 1882.

das suas autoridades, a política, uma nome puro, a família, um esposo exemplar e um irmão capaz do sacrifício.¹⁰⁵

Tantas e tamanhas perdas levaram Távora a concluir que: “bem vedes, senhores, que tenho diante de mim, não o estudo de dois literatos, mas senão o da literatura nacional desde as primeiras manifestações do romantismo”¹⁰⁶. Macedo coligia vários “tesouros” em um só “posto”, com o homem morto, restava a construção de sua memória, pois, é através dela que ele viverá para a posteridade.

A perda não era total. Macedo, que tantas vezes construiu a memória histórica dos sócios finados, agora tinha a sua construída e eternizada. Exaltado em sua morte, Macedo deixou de ser aquele escritor que estava em desgraça com o público e passou a ser um dos fundadores do romance romântico nacional. Foi essa a memória gravada nas páginas da história – principalmente da literatura nacional. Nesse sentido, Macedo tinha conquistado a sua coroa e alcançado a posteridade.

¹⁰⁵ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XLV, p. 507-508, 1882.

¹⁰⁶ *Idem*. p. 509.

CONCLUSÃO

Joaquim Manuel de Macedo foi um dos escritores mais lidos de seu tempo, entretanto, chegou ao século XX e XXI como autor de um único romance, *A Moreninha*. Autor “facundo”, para usar a expressão de Antônio Cândido, Macedo teve diversas atividades, tendo se destacado também como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor do Imperial Colégio Pedro II.

Numa sociedade como a imperial, na qual havia poucos letrados, alguém que tivesse uma formação acadêmica adequada ocuparia postos relevantes no Estado, pois, havia mais postos para serem ocupados do que profissionais capacitados para exercê-los. Logo, um escritor do porte de Macedo certamente ocuparia uma função relevante. Era comum um intelectual de sua envergadura exercer diversas atividades, fato que possibilitava a convivência em espaços sociais diversos, formados pelo mesmo grupo de indivíduos. As poucas pessoas capacitadas e bem formadas ocupavam mais de uma função na sociedade imperial e participavam de diversas sociedades científicas e culturais.

Membro da boa sociedade imperial, o romancista circulou por diversos espaços sociais, conseguindo atender às práticas de sociabilidade de cada espaço que freqüentava. O escritor também conseguiu atender às normas de escrita exigidas por cada espaço que freqüentava, escrevendo de acordo com a exigência de cada tipo específico de público. Nesse sentido, a obra de Macedo é marcada pelos diversos espaços sociais que eram freqüentados pelo próprio escritor.

Sua obra foi escrita no momento em que a elite imperial estava preocupada com a construção de um projeto civilizatório com bases na civilização da corte francesa de Napoleão III, ou seja, a obra de Macedo, que era membro dessa elite, inscrevia-se nesse projeto. Assim, a principal preocupação naquele momento era saber como implementar esse projeto, que tinha como objetivo inserir a nação brasileira no rol dos países civilizados. A atividade de Macedo no IHGB estava, justamente, vinculada à implementação desse projeto, pois, junto com outros “homens de letras”, ele participou do momento fundador da historiografia brasileira, pensando a construção da nação.

Com moldes em instituições acadêmicas francesas, o Instituto Histórico estava de acordo com a cultura histórica oitocentista, a qual pensava que a história deveria ter uma função de *mestra da vida*, passando a ter um caráter mais “filosófico”. Os membros do IHGB teriam a tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados de uma história que estivesse

comprometida com o desvendamento do processo de gênese da nação brasileira e que deveria produzir uma visão de Brasil homogênea no interior das elites brasileiras. A criação do Instituto Histórico estava, por tanto, no bojo do processo de consolidação do Estado nacional, pois ela viabilizava um projeto de pensar a história do Brasil de forma sistematizada.

Macedo foi um membro bastante atuante no IHGB. Sua obra são os relatórios e discursos que produziu, respectivamente, nas funções de 1º Secretário e Orador. Não são obras de historiografia propriamente, mas sim uma produção de memória da instituição, são obras cerimoniais que atendiam aos protocolos institucionais. Seu principal grupo de escritos tem enfoque nas biografias, ora da nação – como sempre ressalta em seus relatórios –, ora dos membros falecidos do instituto – nos discursos como orador. Estes últimos são verdadeiras biografias histórico-pessoais, nas quais são descritos tanto o momento histórico em que as pessoas viveram quanto suas vidas. Como 1º Secretário, o enfoque de Macedo estava na preocupação com o progresso da nação brasileira, tentando ligá-la às nações civilizadas da Europa. Já como orador, Macedo apresentava a história como *mestra da vida* e buscava, nas biografias dos sócios falecidos, virtudes que servissem de exemplo aos vivos e aos vindouros.

A obra de Macedo apresenta a idéia de perda como característica marcante. Essa idéia, que está presente na tese médica, na obra ficcional e na produção de memória no IHGB, vincula-se à dialética memória e esquecimento e à nostalgia. Macedo, nesses três níveis de sua obra, trabalha o luto tendo em vista a perda de algo – a perda da pátria, que produz um sentimento de nostalgia; a perda do objeto amado, que leva o indivíduo à melancolia; e a perda do passado, que leva à construção da história. A primeira é sentida pelo indivíduo que está distante da terra natal e que se encontra impossibilitado de voltar, seja por sua condição social, seja por sua profissão. A segunda idéia é sentida pelo indivíduo afetado pelo amor e que, distante do seu objeto amado, torna-se melancólico. A terceira é percebida pelo indivíduo que tem a história como objeto de trabalho, visto que esta é construída levando em consideração as ausências do passado impossíveis de se recuperar.

Na tese de medicina, Macedo aborda a nostalgia do escravo. O sentimento de perda da pátria – a consciência de que é impossível reaver essa perda – desencadeia o aparecimento da nostalgia nesse escravo. A memória recorrente da terra natal causa saudade e leva à dor pela ausência, ou seja, à nostalgia. Ao evitar o esquecimento e recordar a terra natal, à qual a infância está associada, a memória idealiza esse solo pátrio e o torna presente na vida do escravo.

Na obra ficcional, a dialética memória e esquecimento aparece, de maneira geral, com a lembrança do objeto amado como causadora do sentimento de melancolia. Tal sentimento poderia fortalecer o amor, ou, no caso de impossibilidade deste se realizar, poderia levar o indivíduo à loucura ou à morte. Mais especificamente, essa dialética aparece também com a perda dos valores morais de determinados personagens que já tinham esses valores consolidados em seu âmago e que, devido à vivência dentro de uma falsa civilização, simplesmente esqueceram esses valores – por necessidade ou por conveniência.

Nos seus relatórios e orações fúnebres, produzidos no IHGB, a dialética memória e esquecimento está bastante presente na forma de preocupação com o esquecimento de algum aspecto da história do Brasil ou da agremiação. Os relatórios são as memórias da instituição gravadas nas páginas da revista para a posteridade, eles representam as lembranças dos feitos do Instituto Histórico. Num âmbito maior, também são uma parte da contribuição do instituto para a construção da história do Brasil e, com esse intuito, os relatos anuais de atividade se estendem para análises da história do Brasil. Nas orações fúnebres, a memória dos sócios falecidos, a boa reputação de seu nome, enfim, o exemplo de vida e a exaltação dessa memória representavam uma tentativa de impedir o desaparecimento total da memória desses sócios, ao mesmo tempo em que eram também um conforto para estes, pois, tinham a certeza de que sua memória e seus feitos também seriam exaltados e lembrados na ocasião de seu falecimento. Honrar a memória dos homens exemplares também era uma forma de mantê-los vivos, salvos do aniquilamento.

De uma maneira geral, Macedo procurava salvar do esquecimento eventos passados e pessoas exemplares, através da história, das “lições de moral”, das explicações das tradições e costumes e, principalmente, através das biografias. Assim, concluiu-se que, no regime historiográfico dos oitocentos, Macedo pensava a escrita da história dentro de um pensamento linear, cronológico, progressivo, teleológico e civilizador, conforme à cultura historiográfica de seu tempo, prevendo a redenção dos fatos passados e dos beneméritos pelos historiadores da posteridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I - Fontes Primárias:

a) Crônicas:

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Brasília: Editora UNB, 1988.

_____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991.

b) Poema:

MACEDO, Joaquim Manuel. *A nebulosa*. Typographia Imperial e Const. De J. Villeneuve. 1857.

c) Revistas:

GUANABARA, Rio de Janeiro, v. 1, 1850.

GUANABARA, Rio de Janeiro, v. 2, 1851.

GUANABARA, Rio de Janeiro, v. 3, 1855.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomos I-XLV, 1839-1882.

d) Romances:

MACEDO, Joaquim Manuel de. *A baroneza de Amor*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. 2 v.

_____. *A carteira de meu tio*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *A luneta mágica*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____. *A moreninha*. 34ª Ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série Bom Livro). Essa edição da Ática teve apenas a ortografia atualizada e os erros tipográficos corrigidos. Seu texto é integral.

_____. *As mulheres de mantilha*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. (Coleção Clássicos Brasileiros).

_____. *A namorada*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870.

_____. *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1869.

_____. *Memórias do sobrinho de meu tio*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1867-68.

_____. *Nina: romance*. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871. 2 v. em 1. E também na edição da editora Saraiva em 1951 (Coleção Rosa 26).

- ____. *O culto do dever: romance*. Rio de Janeiro: Domingos Jose Gomes Brandão, 1865.
- ____. *O forasteiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1856.
- ____. *O moço loiro*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1967 (Coleção Clássicos Brasileiros).
- ____. *O rio do Quarto: romance*. 3ª ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901. 281 p. (Coleção dos Autores Célebres da Literatura).
- ____. *Os dois amores*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966 (Coleção Clássicos Brasileiros).
- ____. *Os quatro pontos cardeaes. A misteriosa*. Rio de Janeiro: Off. Graf. do Jornal do Brasil, 1927. (Suplemento Romântico do Jornal do Brasil 5 e 6).
- ____. *Os romances da semana*. Rio de Janeiro: Domingos José Gomes Brandão, 1861.
- ____. *Rosa: romance*. Rio de Janeiro: Archivo Medico Brasileiro, 1849.
- ____. *Um noivo a duas noivas*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1872.
- ____. *Vicentina: romance*. Rio de Janeiro: Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito, 1854. 3 v. em 1.

e) Outras obras:

- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno biographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Instituto Artístico, 1876.
- ____. *Considerações sobre a nostalgia*. São Paulo: Unicamp, 2004.
- ____. *Discurso que na augusta presença de S. M. Imperial, na ocasião de tomar o Grau de Doutor em Medicina, recitou em nome de todos os doutorandos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no dia 20 de dezembro de 1844*. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de F. Paula Brito, 1844.
- ____. *Ephemerida histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Globo, 1877.
- ____. *Mulheres célebres*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1878.
- ____. *Noções de corographia do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Franco-Americana, 1873. 2 v.
- ____. *Suplemento do anno biographico*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1880.

II - Fontes Secundárias:

- ALENCAR, José de. *Como e por que sou romancista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- ALENCAR, Heron de. Macedo. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Sul Americana, 1956.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem no Império. In *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras. p.12-93.

ALMEIDA, Ana Maria. *Contradição e conciliação na obra de Joaquim Manuel de Macedo*. 1979. 186 f. Tese de Mestrado – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ALVES, Constâncio. A posição de Macedo na literatura brasileira. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24 de jun. 1920.

AMORA, Antônio Soares. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1955.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ANTOLOGIA nacional. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1963.

ASSIS, Machado de. O culto do dever de Joaquim Manuel de Macedo, *Semana Literária*, Rio de Janeiro, 8 mai. 1866.

AZEVEDO, Álvares de. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. (Coleção Prestígio).

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. vol. 5. p. 298-332.

BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994. (Biblioteca básica).

_____. *Romanticism and the rise of history*. New York: Twayne Publishers, 1995.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1983.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. “*As mulheres do Doutor Macedinho*”: *As representações do feminino na ficção de Joaquim Manuel de Macedo*. 2004. 77f. Monografia – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRASIL. Ofício de 15 de novembro de 1860, Seção Central, N. 53, do Sr. José Marques Lisboa, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Império do Brasil na França, ao Sr. João Luís Vieira Cansansão de Sinimbu, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

CAMPOS, Humberto de. As modas e os modos no romance de Macedo. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 5-45, out. de 1920.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8 ed. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1997.

_____. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

_____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____. Macedo, realista e romântico. Introdução a *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo. São Paulo: Martins, 1952.

CARVALHO, João Carlos. *As estratégias discursivas nos romances: A narrativa e o negro em “As Vítimas Algozes” e “Viva o Povo Brasileiro”*. 1993. 97 f. Tese de Mestrado – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1925.

CASAL, Aires de. *Corografia brasílica*. São Paulo: Edições Cultura, 1943.

CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Coleção Tópicos).

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Rumos da Cultura Moderna v. 52).

CAVALCANTI, Maria Luiza. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1963.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 133-143.

COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Sul Americana, 1956.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

CRUZ, Antônio Holzmlister Oswaldo. *Organizando o passado: a “fundação historiográfica” da nacionalidade nos manuais didáticos de Joaquim Manuel de Macedo*. 2001. 57f. Monografia – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss da língua portuguesa, versão 1.0. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2001. 1 CD-ROM.

- DOYLE, Plínio. Joaquim Manuel de Macedo no IHGB, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 291, 1971.
- DUTRA e MELO, A. F. A Moreninha, *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v. II, 24, p. 746-751, 15 de out. de 1844.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-27, 2001.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. vols. 1 e 2. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da educação, 2000. (Didática 1).
- FIGUEREDO, Jackson, Prefácio de *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.
- FLÁVIO, Alcides (pseudônimo de Antônio Fernandes Figueira). *Velaturas*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1920.
- FLEIUSS, Max. Macedo no Instituto Histórico, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 141, t. 87, p. 431-442, 1920.
- FURET, François. O nascimento da História. In *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1990. (Construir o Passado 8).
- GASPARELLO, Arlette. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.
- GIRON, Luís Antônio. *Minoridade crítica: a ópera e o teatro nos folhetins da corte 1826-1861*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889), *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a.156, n. 388, p. 459-613, jul/set. 1995.
- GUIMARÃES, Manuel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- _____. A Revista do IHGB e os temas de sua historiografia (1839-1857). Fazendo a história nacional. *Origens do IHGB: Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989. p. 21-41.

____. Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e escrita da História. *Humanas*. Porto Alegre, vol. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000.

____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 5, p. 184-200, set. 2002.

HADDAD, Jamil Almansur, Prefácio a *Memórias da Rua do Ouvidor* de Joaquim Manuel de Macedo. São Paulo: Comp. Edit. Nacional, 1952.

HARTOG, François. Plutarque entre les anciens et les modernes. Préface de *Vies Parallèles*, Plutarque. Paris: Gallimard, 2001. p. 7-49.

HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento e mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora; Universidade Cândido Mendes; Museu de Arte Moderna, 2001.

IHGB, *Novos Estatutos do IHGB*. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1851.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 12 abr. 1882.

JOZEF, Bella. *Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Agir, 1971.(Nossos Clássicos).

LE GOFF, Jacques. Memória. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. vol. 1. p. 11-50.

____. Documento/Monumento. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. vol. 1. p. 95-106.

LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LINHARES, Temístocles. Macedo e o romance brasileiro, *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, n.10, jun. 1958, p. 111-117; n.14, jun. 1959, p. 97-105; e n.17, p. 127-134.

LOPES, Myriam Bahia; POLITO, Ronald. Posfácio de *Considerações sobre a nostalgia*, de Joaquim Manuel de Macedo. São Paulo: Unicamp, 2004.

LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. São Paulo: Editora 34, 1994. (Coleção Trans).

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Joaquim Manuel de Macedo*. Seleção de textos, notas, estudos biográficos, histórico e crítico e exercícios por Douglas Tufano. São Paulo: Abril Cultural, 1981. (Literatura Comentada).

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vols. II, III e IV. São Paulo: Cultrix/USP, 1977.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

- MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000. (Coleção Aprendizado do Brasil 1).
- MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto imagem do Segundo Reinado. In *História da vida privada no Brasil: império*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 182-231.
- MELO, A. F. Dutra e. A Moreninha, *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v. II, 24, p. 746-751, 15 de out. de 1844.
- MENDONÇA, Salvador de. O Macedo, na coluna Cousas do Meu Tempo. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1913.
- MIRANDA, Veiga. A pedra da Moreninha. *Correio Paulistano*, São Paulo, 25 jun. 1920.
- MORAIS FILHO, Evaristo de (org.) *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MOTA, Artur. Perfis Acadêmicos: cadeira nº 20 – Joaquim Manuel de Macedo, *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano XXXII, n. 13, v. XXXV, maio de 1931.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Joaquim Manoel de Macedo: história e memória nacional. In: *VII REUNIÃO da SBPH*, 1987, Florianópolis.
- NORA, Pierre. Entre histoire et mémoire. In ____ (org.). *Les lieux de mémoire: la république*. Paris: Gallimard, 1984. p. XVII-XLII.
- OAKESHOTT, Michael. *Sobre a história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Topbooks/ Liberty Funds, 2003.
- OZOUF, Mona. Le Panthéon, l'École Normale des morts. In NORA, Pierre (org.). *Les lieux de mémoire: la république*. v. I. Paris: Gallimard, 1984. p. 139-166.
- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 165-191.
- PEREIRA, Astrogildo. As memórias de um sobrinho de meu tio, *Revista Acadêmica*, n. 46, set. 1939.
- ____. Prefácio a *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, de Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. Joaquim Manuel de Macedo. In: MACEDO, Joaquim Manuel de, *As Mulheres de Mantilha*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. (Coleção Clássicos Brasileiros).
- QUEIRÓZ, Raquel de. Prefácio de *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1945.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 96-141.

REVISTA do Livro, Rio de Janeiro, n.23/24, jul./dez. 1961.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Esboço da história do Brasil*. Brasília, MRE-FUNAG, 1992.

ROCHA, Fátima Cristina Dias. “Três passeios pela cidade carioca: figurações do Rio de Janeiro em Joaquim Manuel de Macedo, Lima Barreto e Rubem Fonseca”. In: OLIVEIRA, Ana Lúcia M. de. *Linhas de fuga: trânsitos ficcionais*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1943.

SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. 2ª edição. Tomo I. Paris: Casa de J. P. Aillaud Editor, 1845.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A Academia Imperial de Belas Artes e o Projeto Civilizatório do Império. *180 Anos de Escola de Belas Artes*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 1997. p. 127 – 146.

_____. A Cidade do Rio de Janeiro: de laboratório da civilização à cidade símbolo da nacionalidade. In *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: FUNAG; Buenos-Aires: Fundación Centro de Estudos Brasileiros, 2000. p. 149-175.

_____. Ciudad, civilización y proyecto en Río de Janeiro (1808-1906). *Estudios Sociales*, Santa Fé, Argentina, Año XI, n. 21, p. 55-68, 2001.

SENA, Ernesto. Joaquim Manuel de Macedo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 174, 24 jun. 1911.

_____. *História e histórias*. Paris, Buenos Aires: Casa Editorial Hispano-Americana, [19--]. p. 65 a 82.

SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: A luneta mágica do II reinado*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza*. 6ª ed. Tomo I. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1858.

SODRÉ, Néelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1960.

SOUSA, J. Galante de. *Machado de Assis e outros ensaios*. Brasília: Livraria Cátedra Ed.; RJ: MEC/INL, p. 133 a 195, 1979.

STAROBINSKI, Jean. A literatura: o texto e o seu intérprete. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p.132 - 143.

- _____. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 222-234.
- TÁVORA, Franklin. Discurso do orador do IHGB, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. XLV, 1882.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 239-263, 1988.
- VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- VON MARTIUS, Carl Friedich Philipe. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo VI, p. 381-403, 1845.
- WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- WERNECK, Regina Yolanda Mattoso. *O currículo pleno da escola de Joaquim Manuel de Macedo*. 1977. Tese de Mestrado – CFCH, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

A N E X O S

ANEXO I

BIBLIOGRAFIA³³⁷ DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO

1844	<p><u>Poesia</u>: “Campesina; A ilusão do beija flor”. <i>Minerva Brasiliense. Jornal de Ciências, Letras e Artes</i>. Rio de Janeiro, Vol II, n. 16, de 15/06/1844, p. 496-498 (Também em <i>A Rosa Brasileira</i>, 31/03/1850). “Menina a la moda”, “Soneto” e “Os dous consortes”. <i>Mosaico Poético</i>. RJ: Tipografia de Berthe e Haring, 1844. p. 21, 32 e 52.</p> <p><u>Tese</u>: “Considerações sobre a nostalgia”. RJ: Tipografia imparcial de F. de Paula Brito, 1844.</p> <p><u>Discurso</u>: “Discurso que na augusta presença de S. M. Imperial, na ocasião de tomar o grau de doutor em medicina, recitou em nome de todos os doutorandos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no dia 20 de dezembro de 1844”. RJ: Tipografia imparcial de F. de Paula Brito, 1844.</p> <p><u>Romance</u>: <i>A moreninha</i>. RJ: Tipografia Francesa, 1844.</p>
1845	<p><u>Poesia</u>: “O amor do vate”. <i>Ostensor Brasileiro</i>, Tomo I, p. 190-192 (também em <i>Arpejos poéticos ou Coleção de várias poesia modernas</i>. RJ: Tipografia Francesa, 1849).</p> <p><u>Cântico</u>: “A incógnita”. <i>Ostensor Brasileiro</i>, Tomo I, p. 293-295 (Também em <i>Guanabara</i>, fevereiro de 1852, Tomo II, n. 2, p. 37-40).</p> <p><u>Romance</u>: <i>O moço loiro</i>. RJ: Tipografia de Caros Haring, 1845.</p>
1846	<p><u>Poesia</u>: “A saudade”, “A esperança” e “A ela”. <i>Ostensor Brasileiro</i>, p. 392, 406 e 414 (Sob o pseudônimo de “Osas-Itabaraiense”).</p> <p><u>Crônica</u>: “São João de Itaboraí”, p. 179-181.</p>
1847	-
1848	<p><u>Romance</u>: <i>Os dois amores</i>. RJ: Tipografia do Correio Mercantil, s/d, 2 v.</p> <p><u>Hino Bíblico</u>: “O Amor da Glória”. <i>Revista do IHGB</i>, v. 11, p. 276-284.</p>
1849	<p><u>Teatro</u>: <i>O cego</i> (drama). Niterói: Tipografia Fluminense de Lopes e Cia, 1849.</p> <p><u>Poesia</u>: “A Itaboraí”. <i>A Rosa Brasileira</i>, de 20/07/1849.</p> <p><u>Romance</u>: <i>Rosa</i>. RJ: Tipografia Arquivo Médico Brasileiro, 1849.</p>
1850	<p><u>Poesia</u>: “Não sei”. <i>Guanabara</i>, Vol. I, p. 143-146. “A bela encantada”. <i>Guanabara</i>, tomo I, abril de 1850, p. 178-180.</p> <p><u>Crônica</u>: “Observatório de música”. <i>Guanabara</i>, tomo I, n. 5, abril de 1850, p. 166-170.</p>
1851	<p><u>Poesia</u>: “O beijo inocente”. <i>Guanabara</i>, tomo I, n. 9, agosto de 1851, p. 311-315.</p> <p><u>Crônica</u>: “Costumes campestres do Brasil” (I – “Introdução”). <i>Guanabara</i>, tomo I, n. 7, junho de 1851, p. 256-258. “Costumes campestres do Brasil” (II – “Fazenda do Rio Claro”). <i>Guanabara</i>, tomo I, n. 8, julho de 1851, p. 287-290.</p>
1852	<p><u>Poesia</u>: “O anjo da guarda”. <i>Guanabara</i>, tomo II, n. 1, janeiro de 1852, p. 1-4.</p> <p><u>Discurso</u>: “Discurso pronunciado por ocasião de dar-se à sepultura, no cemitério de Pedro II, o estudante Manuel Álvares de Azevedo”. <i>Correio Mercantil</i>, RJ, 01/05/1852 (Também nas <i>Obras</i>, de A. de Azevedo. RJ: 1855, tomo III, p. 254-256).</p> <p><u>IHGB</u>: 1º relatório, como 1º secretário do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1852.</p>

³³⁷ Só estão apontadas as primeiras edições.

1853	<p><u>Poesia</u>: “Minha esperança”. <i>Miscelânea Poética</i>. RJ: Tipografia do Jornal das Senhoras, 1853, p. 64-65.</p> <p><u>Discurso</u>: Discursos políticos. <i>A Nação</i>, 27/ 08 a 17/12 de 1853.</p> <p><u>IHGB</u>:2º relatório, como 1º secretário do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1853, no “Suplemento”.</p> <p><u>Romance</u>: <i>Vicentina</i>. RJ: Paula Brito, 1853.</p>
1854	<p><u>Teatro</u>: <i>Cobé</i> (drama). RJ: s/d.</p> <p><u>IHGB</u>:3º relatório, como 1º secretário do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1854.</p>
1855	<p><u>Romance</u>: <i>A carteira do meu tio</i>. RJ: Empresa Tipografia Dous de Dezembro – Paula Brito, 1855. 2v. <i>O forasteiro</i>. RJ: Paula Brito, 1855. 2 v.</p> <p><u>IHGB</u>:4º relatório, como 1º secretário do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1855.</p>
1856	<p><u>Teatro</u>: <i>O fantasma branco</i> (comédia). RJ: Tipografia Dous de Dezembro, 1856.</p> <p><u>Crônica</u>: <i>Jornal do Commercio</i>, na coluna “A Semana”, de 07/01/1856 a 05/09/1859.</p> <p><u>IHGB</u>:5º relatório, como 1º secretário do IHGB. Tomo XIX. “Suplemento”.</p>
1857	<p><u>Poema-Romance</u>: <i>A nebulosa</i>. RJ: Tipografia Imperial e Const. De J. Villeneuve e C. , 1857.</p> <p><u>IHGB</u>:1º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1857.</p>
1858	<p><u>Teatro</u>: <i>O primo Califórnia</i> (comédia). RJ: Tipografia Dous de Dezembro – F. de Paula Brito, 1858.</p> <p><u>IHGB</u>:2º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1858.</p>
1859	<p><u>Teatro</u>: <i>O sacrifício de Isaac</i> (drama). Publicado no <i>Jornal do Commercio</i>, Rio de Janeiro, 22/04/1859.</p> <p><u>Crônica</u>: <i>Revista Popular</i>, na coluna “Crônica da Quinzena”.</p> <p><u>IHGB</u>:3º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1859.</p>
1860	<p><u>Teatro</u>: <i>Luxo e vaidade</i> (comédia). RJ: Tipografia Dous de Dezembro – F. de Paula Brito, 1860. <i>Amor e pátria</i> (drama). Publicado n’<i>A Marmota</i>, a partir de 15/06/1860.</p> <p><u>Crônica</u>: <i>Jornal do Commercio</i>, na coluna “O labirinto”, de 20/05/1860 a 17/12/1860..</p> <p><u>IHGB</u>:4º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1860.</p>
1861	<p><u>Didática</u>: <i>Lições de história do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II</i>. RJ: Tipografia Imparcial J. M. Nunes Garcia, 1861.</p> <p><u>Crônica</u>: <i>Jornal do Commercio</i>, na coluna “Crônica da semana”, de 13/01/1861 a 03/02/1862.</p> <p><u>Contos</u>: <i>Os romances da semana</i>. RJ: Tipografia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, de Domingos José Gomes Brandão, 1861.</p> <p><u>IHGB</u>:5º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1861.</p>
1862	<p><u>Poesia</u>: <i>À estátua equestre do senhor dom Pedro Primeiro</i>. RJ: Tipografia de Paula Brito, 1862.</p> <p><u>Crônica</u>: <i>Jornal do Commercio</i>, na coluna “O quê sair”, de 02/03/1862 a 28/04/1862. <i>Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro</i>. RJ: Tipografia Imparcial J. M. Nunes Garcia, 1862.</p> <p><u>Histórica</u>: “Dúvidas sobre alguns pontos da história pátria”. <i>Revista do IHGB</i>, tomo 25, 1862, p. 3 a 41.</p> <p><u>IHGB</u>:6º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1862.</p>

1863	<p><u>Artigo</u>: <i>Semana Ilustrada</i>, n. 107, ano III, de 28/12/1862.</p> <p><u>Teatro</u>: <i>Lusbela</i> (drama). Paris: Typ. de Simon Rançon & Cia, 1863. <i>O novo Otelo</i> (comédia). RJ: Editora Garnier, 1863. <i>A torre em concurso</i> (comédia). RJ: Editora Garnier, 1863. <i>Teatro do doutor Macedo</i>. RJ: Garnier, 1863. 3 v (coletânea das peças de teatro).</p> <p><u>Crônica</u>: “Crônica Política”. <i>Bibliotheca Brasileira</i>: RJ: n. 1, de 07/1863.</p> <p><u>IHGB</u>: 7º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1863.</p>
1864	<p><u>Discurso</u>: “Questão Janrard”. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1864.</p> <p><u>IHGB</u>: 8º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1864.</p>
1865	<p><u>Romance</u>: <i>O culto do dever</i>. RJ: Tipografia C. A. de Mello, 1865 e RJ: Gomes Brandão Editor, 1865.</p> <p><u>Didática</u>: <i>Lições de história do Brasil</i>. RJ: Domingos José Gomes Brandão, 1865.</p> <p><u>IHGB</u>: 9º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1865.</p>
1866	<p><u>IHGB</u>: 10º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1866.</p>
1867	<p><u>Romancete</u>: <i>Mazelas da atualidade</i>. RJ: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1867.</p> <p><u>Discurso</u>: “Extrato do discurso do orador do IHGB. Na sessão solene de 15 de dezembro de 1866”. RJ: Tipografia Imperial e Cont. de J. Villeneuve e C, 1867.</p> <p><u>Crônica</u>: <i>Semana Ilustrada</i>.</p> <p><u>IHGB</u>: 11º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1867.</p>
1868	<p><u>Crônica</u>: <i>Memórias do sobrinho do meu tio</i>. RJ: Typographie Universale de Laemmert, 1867-1868. <i>Literatura pantagruélica</i>. “Os avestruzes no ovo e no espaço. (Ninhada de Poetas)”. RJ: Tipografia Progresso, 1868.</p> <p><u>IHGB</u>: 12º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1868.</p>
1869	<p><u>Romance</u>: <i>A luneta mágica</i>. RJ: Tip. João Ignácio da Silva, 1869. <i>O rio do quarto</i>. RJ: Tipografia Universal de Laemmert, 1869. <i>Vítimas-algozes</i>. 2 v. RJ: Tipografia Americana, 1869.</p> <p><u>Crônica</u>: Publicadas no jornal <i>A Reforma</i>.</p> <p><u>IHGB</u>: 13º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1869.</p>
1870	<p><u>Poesia</u>: “O tempo”, no jornal <i>A Comédia Social</i>. “Dueto-Lundu”, no jornal <i>A Comédia Social</i>, de 23/06/1870.</p> <p><u>Romance</u>: <i>Nina</i>. Publicado a partir de janeiro de 1870 no <i>Jornal das Famílias</i>. <i>As mulheres de mantilha</i>. RJ: Tipografia Franco-Americana, 1870. <i>A namoradeira</i>. RJ: Tipografia Franco-Americana, 1870 e RJ: Editora Garnier, 1870.</p> <p><u>Teatro</u>: <i>Remissão dos pecados</i> (comédia). Tip. Perseverança, 1870. <i>Romance de uma velha</i> (comédia). RJ: Livraria Cruz Coutinho, s/d (1870).</p>
1871	<p><u>IHGB</u>: 14º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1871.</p>
1872	<p><u>Romance</u>: <i>Um noivo a duas noivas</i>. RJ: Editora Garnier/Tip. Franco-Americana, 1872. 3 v. <i>Os quatro pontos cardeais</i> e <i>A misteriosa</i>. RJ: Editora Garnier, 1872.</p>
1873	<p><u>Teatro</u>: <i>Cincinato quebra-louça</i> (comédia). Paris: Typ. de Georges Chamerot, 1873.</p> <p><u>Histórica</u>: <i>Noções de corografia do Brasil</i>. RJ: Tipografia Franco-Americana, 1873.</p> <p><u>IHGB</u>: 15º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1873.</p>
1874	<p><u>IHGB</u>: 16º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1874.</p>
1875	<p><u>IHGB</u>: 17º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1875.</p>

1876	<u>Romance</u> : <i>A baronesa do amor</i> . Tipografia nacional, 1876. 2 v. <u>Histórica</u> : <i>Ano biográfico brasileiro</i> . RJ: Tipografia e Litografia do imperial Instituto Artístico, 1876. 3 v.
1877	<u>Teatro</u> : <i>Vingança por vingança</i> (drama). RJ: 1877. <u>Histórica</u> : <i>Efeméride histórica do Brasil</i> . RJ: Tipografia do Globo, 1877. <u>IHGB</u> : 18º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1877.
1878	<u>Crônica</u> : <i>Memórias da Rua do Ouvidor</i> . RJ: Tipografia Perseverança, 1878 (Saíram em folhetim no <i>Jornal do Commercio</i> , de 22/01 a 10/06 de 1878). <u>Didáticos</u> : <i>Mulheres célebres</i> . RJ: Editora Garnier, 1878. <u>IHGB</u> : 19º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1878.
1879	<u>IHGB</u> : 20º Discurso, como orador do IHGB, na sessão magna de 15 de dezembro de 1879.
1880	<u>Artigo</u> : <i>Jornal do Commercio</i> , de 10/02/1880. <u>Teatro</u> : <i>Antonica da Silva</i> (comédia). Tipografia da Escola de Serafim J. Alves, 1880. <u>Histórica</u> : <i>Suplemento ao ano biográfico</i> . RJ:1880.
1885	<u>Teatro</u> : <i>O macaco da vizinha</i> (comédia). RJ: Livraria Cruz Coutinho, 1885.
1904	<u>Romance</u> : <i>Panflilio com Voragem</i> . RJ: Editora J. R. dos Santos, s/d (<i>Voragem</i> já havia sido publicado nas <i>Mazelas da atualidade</i> , em 1867).
1933	<u>Romance</u> : <i>Amores de um médico</i> . Editora J. Ribeiro dos Santos, s/d.
1995	<u>Teatro</u> : <i>Uma pupila rica</i> . RJ: MinC/Fundação Biblioteca Nacional/ Prefeitura de Itaboraí, 1995.

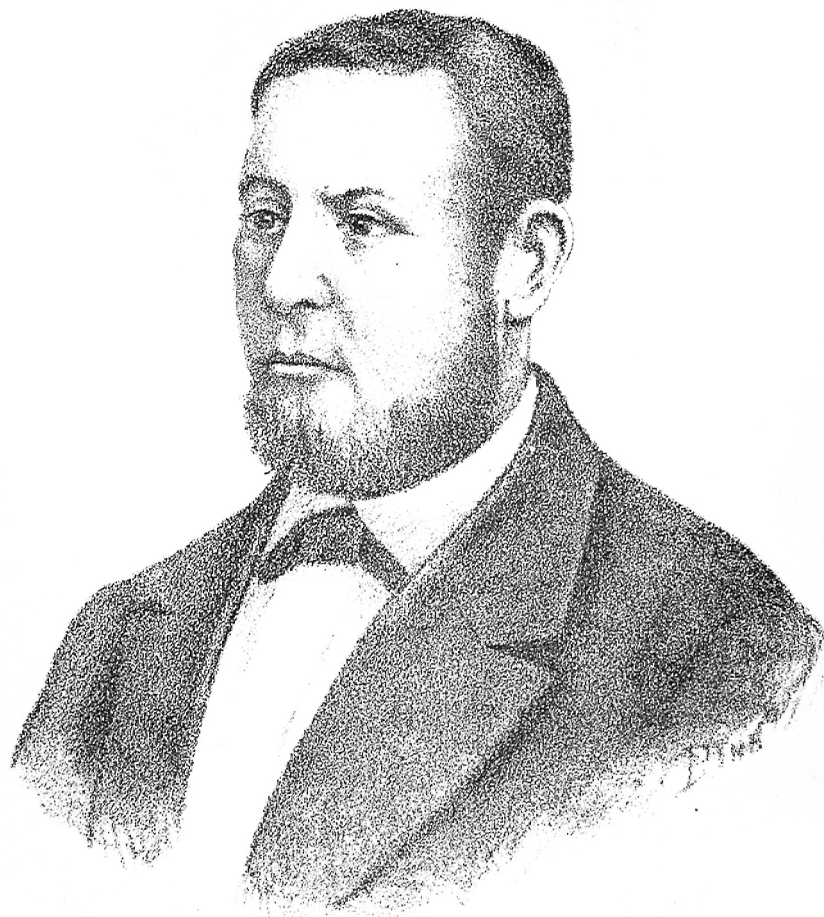
A N E X O II

Locais de Moradia de Joaquim Manuel de Macedo

- | | |
|--|--|
| 1844 → ? | 1865 → Idem. Idem. |
| 1845 → ? | 1866 → Idem. Idem. |
| 1846 → ? | 1867 → Idem. Campo da Aclamação, 24, Corte. |
| 1847 → ? | 1868 → Idem. Rua dos Barbonos (atual rua Evaristo da Veiga), 44, Corte. |
| 1848 → ? | 1869 → Idem. Rua do Conde (rua Visconde do Rio Branco), 4, Corte. |
| 1849 → ? | 1870 → Idem. Rua da Praia, 103, Niterói. |
| 1850 → ? | 1871 → Idem. Idem. |
| 1851 → Grau 6º da Ordem da Rosa. Rua do Regente (atual Regente Feijó), 51, Corte. | 1872 → Idem. Rua Duque de Caxias, 4, Niterói. |
| 1852 → Idem. Rua do Senado, 41 A, Corte. | 1873 → Idem. Rua Marquês de Caxias, 3, Niterói. |
| 1853 → Idem. Rua do Regente, 1, Corte. | 1874 → Idem. Idem. |
| 1854 → Idem. Idem. | 1875 → Grau 4º da Ordem da Rosa. Idem. |
| 1855 → Idem. Rua da Praia (rua Visconde do Rio Branco), 131, Niterói. | 1876 → Idem. Rua da Praia, 117, Niterói. |
| 1856 → Idem. Praça da Constituição (atual Praça Tiradentes), 43, Corte. | 1877 → Idem e Grau 2º da Ordem de Cristo. Idem. |
| 1857 → Idem. Idem. | 1878 → Idem. Rua Visconde de Itaboraí, 64, Niterói. |
| 1858 → Grau 5º da Ordem da Rosa. Idem. | 1879 → Idem. Rua Duque de Caxias, 1, Niterói. |
| 1859 → Idem. Rua do Regente, 38, Corte. | 1880 → Idem. Rua Visconde de Itaboraí, 69, Niterói. |
| 1860 → Idem. Idem. | 1881 → Idem. Idem. |
| 1861 → Idem. Idem. | 1882 → Idem. Rua da Direita, 115, Niterói. |
| 1862 → Idem. Idem. | |
| 1863 → Idem. Idem. | |
| 1864 → Idem. Campo da Aclamação (atual Praça da República), 30, Corte. | |

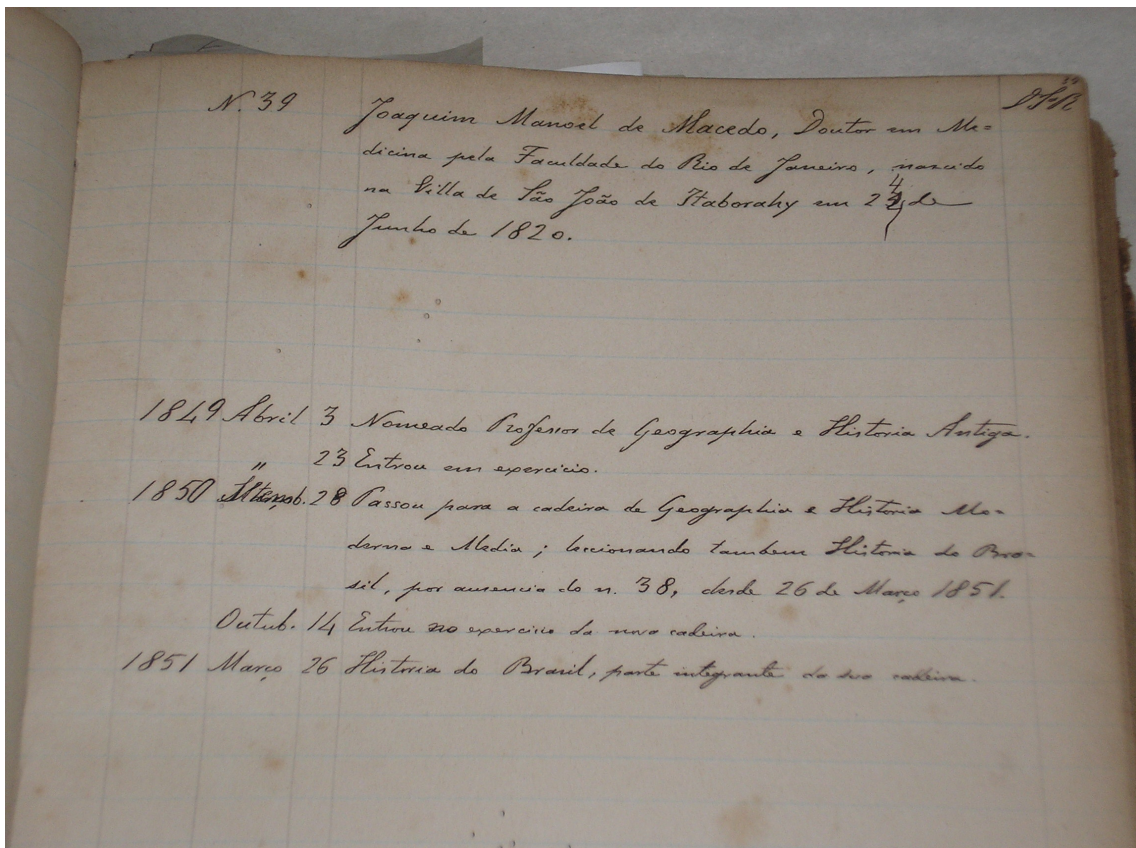
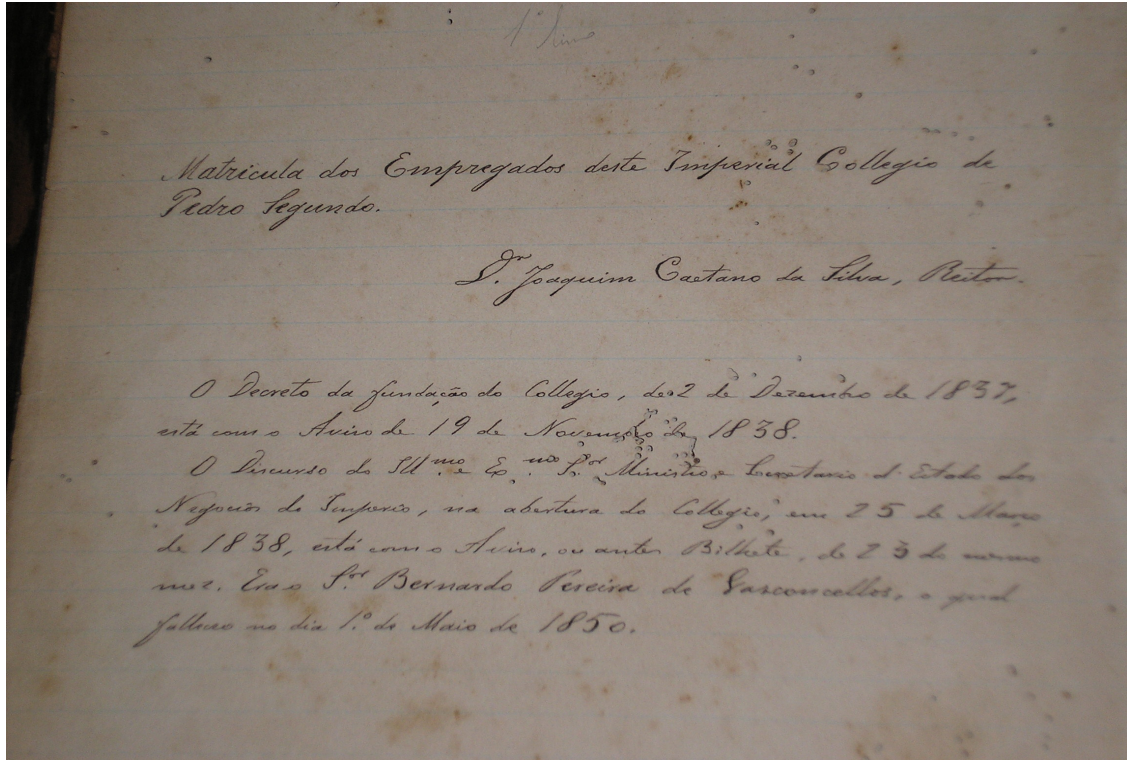
A N E X O III

IMAGEM DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO



ANEXO IV

MATRÍCULA DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO NO IMPERIAL COLÉGIO PEDRO II



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)